

BRASILIANA

6.ª SÉRIE DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

VOLUMES PUBLICADOS:

- 1 — Batista Pereira: Figuras do Império e outros ensaios — 2.ª edição.
- 2 — Pandiá Calogeras: O Marquês de Barbacena — 2.ª edição.
- 3 — Alcides Gentil: As idéias de Alberto Torres (síntese com índice remissivo).
- 4 — Oliveira Vianna: Raça e Assimilação — 3.ª edição (aumentada).
- 5 — Augusto de Saint-Hilaire: Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo (1822) — Trad. e pref. de Afonso de E. Taunay. — 2.ª edição.
- 6 — Batista Pereira: Vultos e episódios do Brasil. — 2.ª edição.
- 7 — Batista Pereira: Diretrizes de Rui Barbosa — (Segundo texto esboçadas). — 2.ª edição.
- 8 — Oliveira Vianna: Populações Meridionais do Brasil — 4.ª edição.
- 9 — Nina Rodrigues: Os Africanos no Brasil — (Revisão e prefácio de Homero Pires). Profusamente ilustrado — 2.ª edição.
- 10 — Oliveira Vianna: Avaliação do Povo Brasileiro — 3.ª edição (Ilustr. 75).
- 11 — Luis da Câmara Cascudo: O Conde d'Eu — Vol. Ilustrado.
- 12 — Wanderley Pinho: Cartas do Imperador Pedro II ao Duque de Coesfeld — Vol. Ilustrado.
- 13 — Vicente Licínio Cardoso: A margem da História do Brasil, 2.ª edição.
- 14 — Pedro Calmon: História da Civilização Brasileira — 3.ª edição.
- 15 — Pandiá Calogeras: Da Renascença à queda de Roxas — 3.ª volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").
- 16 — Alberto Torres: A Organização Nacional, 2.ª edição.
- 17 — Alberto Torres: O Problema Nacional Brasileiro, 2.ª edição.
- 18 — Visconde de Taunay: Pedro II, 2.ª edição.
- 19 — Afonso de E. Taunay: Visitantes do Brasil Colonial (Sec. XVI-XVIII), 2.ª edição.
- 20 — Alberto de Faria: Muvá (com tres ilustrações fóra do texto).
- 21 — Batista Pereira: Peio Brasil Maior.
- 22 — E. Roquette-Pinto: Ensaios de Antropologia Brasileira.
- 23 — Evaristo de Mornais: A escravidão africana no Brasil.
- 24 — Pandiá Calogeras: Problemas de Administração, 2.ª edição.
- 25 — Mario Marroquim: A língua do Nordeste.
- 26 — Alberto Rangel: Rumos e Perspectivas.
- 27 — Alfredo Ellis Junior: Populações Paulistas.
- 28 — General Couto de Magalhães: Viagem no Araguaia — 4.ª edição.
- 29 — Josué de Castro: O problema da alimentação no Brasil — Prefácio do prof. Pedro Escudero.
- 30 — Cap. Frederico A. Rondon: Pelo Brasil Central — Ed. ilustrada, 2.ª edição.
- 31 — Azevedo Amaral: O Brasil no crime atual.
- 32 — C. de Melo-Leitão: Visitantes do Primeiro Império — Ed. ilustrada. (com 19 figuras).
- 33 — J. de Sampaio Ferraz: Meteorologia Brasileira.
- 34 — Arlene Costa: Introdução à Arqueologia Brasileira — Ed. ilustrada.
- 35 — A. J. Sampaio: Fitogeografia do Brasil — Ed. ilustrada — 2.ª edição.
- 36 — Alfredo Ellis Junior: O Bardeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano — 2.ª edição.
- 37 — J. F. de Almeida Prado: Primeiros Povoadores do Brasil — (Ed. Ilustrada).
- 38 — Rui Barbosa: Mocidade e Exílio (Cartas inéditas. Prefaciadas e anotadas por Americo Jacobina Lacombe) — Ed. ilustrada.
- 39 — E. Roquette-Pinto: Rondonia — 3.ª edição (aumentada e ilustrada).
- 40 — Pedro Calmon: História Social do Brasil — 1.º Tomo — Espírito da Sociedade Colonial — 2.ª edição. Ilustrada (com 13 gravuras).
- 41 — José-Maria Belo: A inteligência do Brasil — 3.ª edição.
- 42 — Pandiá Calogeras: Formação Histórica do Brasil — 3.ª edição (com 3 mapas fóra do texto).
- 43 — A. Saboia Lima: Alberto Torres e sua obra.

- 44 — Estevão Pinto: Os Indígenas do Nordeste (com 15 gravuras e mapas) — 1.º volume.
- 45 — Basílio de Magalhães: Expansão Geográfica do Brasil Colonial.
- 46 — Renato Mendonça: A Influência africana no português do Brasil — Ed. ilustrada.
- 47 — Manoel Bomfim: O Brasil — Com uma nota explicativa de Carlos Maul.
- 48 — Urbino Vianna: Bandeiras e sertanistas baianos.
- 49 — Gustavo Barroso: História Militar do Brasil — Ed. ilustrada. (com 69 gravuras e mapas).
- 50 — Mario Travassos: Projeção Continental do Brasil — Prefácio de Pandiá Calogeras — 2.ª edição ampliada.
- 51 — Otávio de Freitas: Doenças africanas no Brasil.
- 52 — General Couto de Magalhães: C selvagem — 3.ª edição completa, com parte original Tupi-guarani.
- 53 — A. J. de Sampaio: Biogeografia dinâmica.
- 54 — Antonio Gontijo de Carvalho — Calogeras.
- 55 — Hildebrando Accioly: O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da America.
- 56 — Charles Expilly: Mulheres e Costumes do Brasil — Tradução, prefácio e notas de Gastão Penn'va.
- 57 — Flausino Rodrigues Vale: Elementos da Folclore musical Brasileiro.
- 58 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem à Província de Santa Catarina (1820) — Tradução de Carlos da Costa Pereira.
- 59 — Alfredo Ellis Junior: Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano.
- 60 — Emilio Rivinseau: A vida dos Índios Guaicurus — Edição ilustrada.
- 61 — Conde d'Eu: Viagem Militar ao Rio Grande do Sul (Prefácio e 19 cartas do Príncipe d'Orléans, comentadas por Max Fleiuss) — Edição ilustrada.
- 62 — Agenor Augusto de Miranda: O Rio São Francisco — Edição ilustrada.
- 63 — Raimundo Morais: Na Planície Amazônica — 4.ª edição.
- 64 — Gilberto Freyre: Sobrados e Mucambos — Decadência patriarcal rural no Brasil — Edição ilustrada.
- 65 — João Dornas Filho: Silva Jardim.
- 66 — Primitivo Moacir: A Instrução e o Império (Subsídios para a história de educação no Brasil) — 1923-1953 — 1.º volume.
- 67 — Pandiá Calogeras: Problemas do Governo — 2.ª edição.
- 68 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiaz — 1.º tomo — Tradução e notas de Cláudio Ribeiro de Lessa.
- 69 — Prado Maia: Através da História Naval Brasileira.
- 70 — Afonso Arinos de Melo Franco: Conceito de Civilização Brasileira.
- 71 — P. C. Hoehne — Botânica e Agricultura no Brasil no Século XVI — (Pesquisas e contribuições).
- 72 — Augusto de Saint-Hilaire — Segunda viagem ao Interior do Brasil — "Espírito Santo" — Trad. de Carlos Madureira.
- 73 — Lucia Miguel-Pereira: Machado de Assis — (Estudo Crítico-Biográfico) — Edição ilustrada.
- 74 — Pandiá Calogeras — Estudos Históricos e Políticos — (Res Nostra...) — 2.ª edição.
- 75 — Afonso A. de Freitas: Vocabulário Nhêengatú (vernalizando pelo português folgado em S. Paulo) — Língua Tupi-guarani. (com 3 ilustrações fora do texto).
- 76 — Gustavo Barroso: História secreta do Brasil — 1.ª parte: "Do descobrimento à abdicação de Pedro I" — Edição ilustrada.
- 77 — C. de Melo-Leitão: Zoologia do Brasil — Edição ilustrada.
- 78 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiaz — 2.º tomo — Tradução e notas de Cláudio Ribeiro de Lessa.
- 79 — Craveiro Costa: O Visconde de Sinimbuá — Sua Vida e sua atuação na política nacional — 1810-1889.
- 80 — Osvaldo R. Cabral: Santa Catarina — Edição ilustrada.
- 81 — Lemos Brito: A Gloriosa Sotahna do Primeiro Império — Frei Caneca — Ed. ilustrada.
- 82 — C. de Melo-Leitão: O Brasil Visto Pelos Ingleses.
- 83 — Pedro Calmon: História Social de Brasil — 2.º Tomo — Espírito da Sociedade Imperial.
- 84 — Orlando M. Carvalho: Problemas Fundamentais do Município — Edição ilustrada.
- 85 — Wanderley Pinho: Colegípo e seu Tempo — Ed. ilustrada.
- 86 — Aurelio Pinheiro: A Margem do Amazonas — Ed. Rustada.
- 87 — Primitivo Moacir: A Instrução e o Império — (Subsídios para a História da Educação no Brasil) —

- 2.º volume — Reformas do ensino — 1864-1889.
- 88 — Nello Lobo: Um Varão da República: Fernando Lobo.
- 89 — Coronel A. Lourival de Moura: As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil.
- 90 — Alfredo Ellis Junior: Evolução da Econômica Paulista e suas Causas — Edição Ilustrada.
- 91 — Orlando M. Carvalho: O Rio da Unidade Nacional: O São Francisco. — Edição Ilustrada.
- 92 — Almirante Antonio Alves Camara: Ensaio Sobre as Construções Navais Indígenas do Brasil — 2.ª edição Ilustrada.
- 93 — Serafim Leite: Páginas de História do Brasil.
- 94 — Salomão de Vasconcelos: O Pico — Minas e os Mineiros da Independência — Edição Ilustrada.
- 95 — Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz: Viagem no Brasil — 1865-1866 — Trad. de Edgar Süsskind de Mendonça.
- 96 — Osório da Rocha Diniz: A Política que Convém ao Brasil.
- 97 — Lima Figueiredo: Oeste Paranaense — Edição Ilustrada.
- 98 — Fernando de Azevedo: A Educação Pública em São Paulo — Problemas e discussões (Inquerito para "O Estado de S. Paulo" em 1926).
- 99 — C. de Melo-Leitão: A Biologia no Brasil.
- 100 — Roberto Simonsen: Historia Economica do Brasil, Edição Ilustrada em 2 tomos 100-100-A.
- 101 — Herbert Baldus: Ensaio de Etnologia Brasileira. — Prefacio de Afonso de E. Taunay. — Edição Ilustrada.
- 102 — S. Fróes Abreu: A riqueza mineral do Brasil.
- 103 — Sousa Carneiro: Mitos Africanos no Brasil — Edição Ilustrada.
- 104 — Arnaujo Lima — Amazonia — A Terra e o Homem. (Introdução à Antropogeografia).
- 105 — A. C. Tavares Bastos: A Provincia — 2.ª edição.
- 106 — A. C. Tavares Bastos: O Vale do Amazonas — 2.ª edição.
- 107 — Luis da Camara Cascudo: O Marquês de Olinda e seu tempo (1793-1870) — Edição Ilustrada.
- 108 — Padre Antônio Vieira: Por Brazil e Portugal — Sermões comentados por Pedro Calmon.
- 109 — Georges Rarders: D. Pedro II e o Conde de Gohneau (Correspondencia Inedita).
- 110 — Nina Rodrigues: As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil — Com um estudo do Prof. Afranio Peixoto.
- 111 — Washington Luis: Capitania de São Paulo — Governo de Rodrigo César de Menezes — 2.ª edição.
- 112 — Estevão Pinto: Os Indigenas do Nordeste — 2.º Tomo (Organização e estrutura social dos indigenas do nordeste brasileiro).
- 113 — Gastão Cruz: A Amazonia que eu Vi — Obidos — Tumuc-Humac — Prefacio de Roquette Pinto — Ilustrado — 2.ª edição.
- 114 — Carlos Süsskind de Mendonça: Silvio Romero — Sua Formação Intellectual — 1861-1890 — Com uma introdução bibliografica — Edição Ilustrada.
- 115 — A. C. Tavares Bastos: Cartas do Solitario — 3.ª edição.
- 116 — Agenor Augusto de Miranda: Estudos Piaulenses — Edição Ilustrada.
- 117 — Gabriel Soares de Sousa: Tratado Descritivo da Brazil em 1587 — Comentarios de Francisco Adolfo Varnhagen — 3.ª Edição.
- 118 — Von Spix e Von Martius: Através da Bala — Excerptos de "Reise in Brasilien" — Tradução e notas de Pirajá da Silva e Paulo Wolf.
- 119 — Sud Mennucci: O Precursor do Abolicionismo — Luiz Gama — Edição Ilustrada.
- 120 — Pedro Calmon: O Rei Filósofo — Vida de D. Pedro II. Edição Ilustrada.
- 121 — Primitivo Moniz: A Instrução e o Império (Subsidios para a História da Educação no Brasil) 3.º volume — 1854-1889.
- 122 — Fernando Saboia de Medeiros: A Liberdade de Navegação do Amazonas — Relações entre o Império e os Estados Unidos da America.
- 123 — Hermann Wäljen: O Dominio Colonial Holandês no Brasil — Um Capitulo da História Colonial do Seculo XVII — Tradução de Pedro Ceito Uchôa Cavalcanti.
- 124 — Luiz Norton: A Corte de Portugal no Brasil — Notas, documentos diplomaticos e cartas da Imperatriz Leopoldina. Edição Ilustrada.

- 125 — João Dornas Filho: O Padroado e a Igreja Brasileira.
- 126 e 126-A — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes — Em dois tomos — Edição ilustrada. — Tradução e notas de Cláudio Ribeiro de Lessa.
- 127 — Ernesto Ennes: As Guerras nos Palmares (Subsídios para sua história) 1.º Vol.: Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra" — Prefácio de Afonso de E. Taunay.
- 128 e 128-A — Almirante Custódio José de Melo: O Governo Provisório e a Revolução de 1893 — 1.º Volume, em 2 tomos.
- 129 — Afrânio Peixoto: Clima e Saúde — Introdução bio-geográfica à civilização brasileira.
- 130 — Major Frederico Rondon: Na Rondônia Ocidental — Edição ilustrada.
- 131 — Hildebrando Accioly: Limites do Brasil — A fronteira com o Paraguai — Edição ilustrada com 8 mapas fora do texto.
- 132 — Sebastião Pagano: O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817 — Edição ilustrada.

A' margem da
Historia do Brasil

372

Serie 5.^a

BRASILIANA

Vol. 13

BIBLIOTHECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

VICENTE LICINIO CARDOSO

A' margem da Historia do Brasil

(LIVRO POSTHUMO)

2.^a EDIÇÃO

Prologo de ACÁCIO FRANÇA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Porto Alegre

1938

DO AUTOR

ESTHETICA E ENGENHARIA

1916 — Relatório apres. & Congr. da Esc. Polytechnica sobre Architectura dos Estados Unidos (trabalho relativo ao "premio da Viagem" da turma de engenheiros civis de 1912).

PHILOSOPHIA

1917 — Prefacio á Philosophia da Arte — typ. do "O Jorn. do Commercio" — 101 pgs. — These apresentada á Esc. de Bellas Artes (Cadeira da "Historia das Bellas Artes"). (Concurso annullado em consequencia de irregularidades commettidas).

1918 — Philosophia da Arte — 300 pgs. — Ed. Leite Ribeiro & Cia. — Rio.

1927 — A' Margem das Architecturas Grega e Romana — Principios Geraes Modernos de Hygiene Hospitalar. Theses de concurso para a cadeira de Architectura da Esc. Polytechnica do Rio de Janeiro.

1935 — Philosophia da Arte — 2.ª edição — 403 pgs. — Ed. José Olympio — Rio.

HUMANISMO

1924 — Pensamentos Brasileiros — 319 pgs. Ed. Anuario do Brasil — Rio.

1924 — Vultos e Ideias — 281 pgs. Ed. Anuario do Brasil — Rio.

1925 — Figuras e Conceitos — 288 pgs. Ed. Anuario do Brasil — Rio.

1925 — Affirmações e Commentarios — 332 pgs. Ed. Anuario do Brasil — Rio.

1938 — A' Margem da Historia do Brasil — 1.ª edição — 246 pgs. —

Ed. Comp. Edit. Nacional — S. Paulo.

1934 — Maracá — 232 pgs. — Comp. Editora Nacional — S. Paulo.

1937 — Pensamentos Americanos — 288 pgs. — Rio.

A PUBLICAR

Varios Escritos — collecção de artigos publicados no "O Estado de S. Paulo" em 1925 e 1926.

LIVROS EM QUE SE ENCONTRAM TRABALHOS SOBRE HISTORIA DO BRASIL

Na Obra A' margem da Historia da Republica — (Inquerito por escriptores da geração nascida com a Republica), o capitulo A' MARGEM DA REPUBLICA.

Pensamentos Brasileiros — Da geographia como factor da unificação nacional.

Vultos e Ideias — A' margem da historia da insurreição republicana em 1824.

Figuras e conceitos — Dos descobrimentos americanos dos portuguezes anteriores á viagem de Pedro Alvares Cabral.

Pensamentos Americanos — O valor da obra dos bandeirantes. A verdadeira historia da Cisplatina. Erros da politica exterior do Imperio. O que foi ganho com a perda da Cisplatina. O depolimento de um Capuchinho do sec. XVII. Novos pontos de vista da Hist. do Brasil. O Elemento Negro na Hist. do Brasil. Alberto Torres. Travares Bastos. Oliveira Lima. Cisplatino de Abreu. Calogeras.

INDICE

PROLOGO	11
ADVERTENCIA ANTIGA	19
RIO S. FRANCISCO — RIO SEM HISTORIA	23
Simplicidade da ignorancia	27
Rio sem historia	34
O «Descobrimento» official do S. Francisco	43
A Historia esquecendo a Geographia	49
O RIO S. FRANCISCO — BASE PHYSICA DA UNIDADE DO IMPERIO	57
O sermão da terra	63
As tres historias: os Brasís	72
O assombro da unidade	78
«Descobrir» o Brasil é conhecermo-nos	82
A' MARGEM DO DOMINIO ESPANHOL NO BRA- SIL	89
DIOGO ANTONIO FEIJO' — UM FANTASMA DO SEGUNDO REINADO	113
A' MARGEM DO SEGUNDO REINADO	131
Historia politica	133
A crise de 1864	141
Economia na historia	145
Eloquencia dos numeros	151
Uma these grave	156
A gravidade do problema da emancipação	160

Desapparelhamento economico	163
O homem e o meio	168
Democratização pela terra	177
A illusão dos partidos	183
O «abyssmo dos desilludidos»	188
A realidade do chão	196
Instrução e educação	200
Politica exterior	205
O ambiente de Pedro II	213
Os documentos virgens	217
O imperante	223

EUCLYDES DA CUNHA

I A maior descoberta de Euclides	231
II O erro de Nabuco sobre a prophcia de Mitre .	243
III «In memoriam»	249

PROLOGO

Quer a illustre escritora Leontina Licinio Cardoso que figurem palavras minhas nesta 2.ª edição de A' MARGEM DA HISTORIA DO BRASIL. E' mais uma das innumeraveis gentilezas com que me vem honrando essa bondosa amiga. Explica-se. Ella sabe que eu faço da memoria do autor, seu irmão, o grande Vicente, objecto de um culto irrestricto, esse que todos devemos professar pela mais ampla admiração ao talento e á cultura unidos ás virtudes de um character.

Era isso o Vicente.

Gratissimo pela distincção, transcrevo para aqui trechos de um artigo que publiquei, em 1933, no "BOLETIM DE ARIEL" (1), no qual procuro salientar a feição primacial de Vicente Licinio Cardoso:

"A educação do nosso povo foi para Vicente, com verdade, a méta culminante, o ideal a cujo serviço elle pôs todo o seu talento, toda a sua cultura, todas as suas aptidões e energias, todo o seu coração, dando-lhe a propria vida, quando um mal entendido psychico o fez julgar-se incapaz de proseguir na

(1) Rio — Junho — 1933.

luta. Falo em mal entendido psychico e justifico, lembrando que Vicente, de si um grande sentimental, commetteu o grave erro de julgar ter forças bastantes para submeter ou, antes, subjugar a qualidade, que lhe era precipua, ao dominio do cerebralismo. Tudo em holocausto e para a victoria do seu ideal. E o resultado foi aquelle de ha dois annos, é esse que ainda agora deploramos, amargamente. Do conflicto entre a razão e o sentimento, do cérebro a querer absorver o coração, acabou succumbindo a parte mais fraca — o homem!... (2) Como bem observou Fernando de Azevedo, Vicente Cardoso "consumiu-se na chama do seu proprio ideal". É que a natureza requer certas harmonias e impõe uns tantos equilibrios, que se não devem desafinar nem abalar, tão pouco, sem prejuizos fataes.

A feição espiritual que se pretenda attribuir a Vicente Licinio Cardoso será sempre, em todos os pontos de vista, vária, polymorpha, intensa e extensa, porém com certa tendencia para o mesmo

(2) Sig. Freud — *Un souvenir d'enfance de Leonad de Vinci* — trad. de Marie Bonaparte — Lib. Gallimard — Paris — 1927.

fim. Que o digam as suas obras já publicadas e o immenso cabedal de artigos e conferencias, os quaes irão, brevemente, apparecendo, enfeixados em novos livros, para maior gloria da cultura brasileira. Nessa figura inconfundivel, conjugam-se — pelos multiplos assumptos que versou, discutiu, criticou e doutrinou — o scientista, o philosopho e o sociologo. Estudou muito, accumulou conhecimentos, assimilou-os e os expôs com discernimento, criterio e persuasão — o scientista. Analysou, comparou, synthetizou e generalizou as materias aprendidas, numa ansia incontida da verdade sobre os homens e as cousas, para melhor a evidenciar, explicar e ensinar aos seus semelhantes — o philosopho, o humanista. Também estudou e visitou, com olhos experientes, outros povos, afim de me-lhor conhecer, pelo confronto, a nossa gente, de quem elle tanto sabia e por quem tanto se interessava — o sociologo.

Mas Vicente Licinio Cardoso comprehendia como poucos (e o nosso mal é serem pouquissimos) que, num pais qual o Brasil, por isso ou por aquillo, terra tão pobre de letras, as generalizações hão de

se perder, fatalmente, por carencia de ouvidos que as escutem e de cabeças que as entendam. Tal a razão por que elle se fez educador. E' por isso que elle, nos ultimos annos da sua vida, se entregou, de todo, á obra, apparentemente modesta, da brasilidade, isto é, da educação do nosso povo, plasmando-lhe um character com o signal da raça e suggerindo-lhe ideas proprias, de modo que esse possa, em pouco, dignamente enfrentar-se com as velhas e as novas nações. Aliás, tem sido essa uma das preoccupações primaciaes dos maiores espiritos da jovem America, o que faz suppôr ser isso um como pendor ou vocação imperativa neste continente: — aquelles que se crêem mais generalizadores de idéas e aspirações demonstrem, a cada passo, o fundo nacionalista de seus espiritos, segundo as tendencias das respectivas raças, influenciadas estas pelas forças ambientes. Nos Estados Unidos, é, antes de todos, Benjamin Franklin, depois, Longfellow, dentro do romantismo e do lyrismo dos seus poemas, tão seus, a cantar, por exemplo, no A Psalm of Life, a poesia da acção, o pragmatismo norte-americano, pôsto depois em doutrina pelo philosopho seu patricio William James. E

este ultimo, é opportuno frisar, sobre ser um philo-
sopho, isto é, um generalizador, foi também um
pedagogista, um educador, como bem o provam os
seus Talks to Teachers e Talks to Pupils. Tam-
bém, estadunidense é John Dewey, hoje nome em
justa voga. Na Argentina, que cêdo muito se inte-
ressou pelo assumpto da educação, destacam-se os
vultos admiraveis de Sarmiento e de Alberdi; depois,
Ramos Mejia e Agustín Alvarez; mais tarde, Carlos
Octavio Bunge, Ingenieros, Manuel Ugarte e Ricar-
do Rojas. O pequeno Uruguay cresce, amplia-se
aos nossos olhos, quando reflectimos sobre ser elle
o berço do conspicio Varela e do gigante Rodó.
Para não citar outros de outros países, lembrem-se,
quanto ao Perú, o altissimo poeta Santos Chocano
e o eminentissimo sociologo Francisco García Cal-
derón. Montalvo, no Equador. Homens da scien-
cia e da arte, homens de governo, alguns dados a
generalizações, em todos elles predominando, porém,
a nota marcadamente americana, o cunho fundamen-
talmente nacionalista e educativo. Do nosso Brasil,
será preciso nomear individualidades de tal quilate?
Ha um constituinte de 1824, medico e philosopho.

cujos projectos, abundantes nos annaes da época, são provas cabaes do seu americanismo avançado e da sua comprehensão amplissima dos problemas brasileiros, então esboçados, com o que se mostrou um antecipador de idéas bem digno de nota. Aqui, a justiça, estou certo, salva a possível inmodestia da minha parte. Refiro-me a Antonio Ferreira França. Passando a outras eminencias, ignorará quem foram José Bonifacio, Diogo Feijó, Gonçalves Dias, Tavares Bastos, José de Alencar, Castro Alves, Manoel Victorino, Alberto Torres, Eucllydes da Cunha, Sylvio Romero, Ruy Barbosa, Benjamin Constant, Licinio Athanasio Cardoso, Heitor Lyra, Amoroso Costa, Tobias Moscoso, Amaury de Medeiros e Manuel Bonfim? E toda essa pleiade de medicos, engenheiros, juristas, scientistas, artistas, militares e estadistas, alguns delles dados a generalizações, versaram, discutiram e propuseram questões educacionaes sob o ponto de vista brasileiro. Dos vivos, destacam-se Afranio Peixoto, Gilberto Amado, João Ribeiro, Ignacio Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Miguel Calmon, Tristão de Athayde, Leonel Franca, Vivaldo Coaracy, Fernando de Azevedo,

Fernando de Magalhães, Jonathas Serrano, Renato Jardim, Alcides Bezerra, Miguel Couto, Roquette Pinto, Liberato Barroso, José Augusto e outros. Insisto nesse facto e rememoro esses nomes apenas para demonstrar que Vicente Licinio Cardoso, dedicando-se, mais que a tudo, á "modestissima" causa da educação do povo — muitas e repetidas vezes por elle appellidada de BRASILIDADE — foi, por isso mesmo, uma das maiores cerebrações que a nossa patria ainda produziu, tanto o seu talento, quanto a sua cultura, tamanha a sua abnegação em pról dessa mocidade que sera o Brasil de amanhã MAIOR E MELHOR!..."

Era o que eu dizia em 1933. Esta obra, que acaba de lograr 2.^a edição, como as outras publicadas antes e após a sua morte prematura, é bem uma bella amostra da feição mental de Vicente Licinio Cardoso : SOCIOLOGO — EDUCADOR.

Rio, 1938.

*ACACIO FRANÇA
(Technico de Educação)*

ADVERTENCIA ANTIGA (*)

A grafia empregada neste trabalho é a corrente, aquella comumente usada no país pelos autores e pela imprensa. Não é porém essa a grafia por nós empregada em nossos escritos, atendendo a que a reforma grafica tendente á simplificação do modo de escrever os vocabulos sculo, a nosso vêr, justa e racional, obteve mui naturalmente, desde algum tempo, a nossa aprovação e adezão.

O que fazemos agora em publico é, portanto, uma larga prova demonstrativa de que não attribuimos importancia magna ao problema da grafia dos vocabulos, quando comparado aos problemas relativos ás proprias ideias ou noções contidas ou expressas por essas mesmas palavras ou vocabulos.

Com o decorrer dos tempos, o modo de grafar as palavras varia em verdade dentro de certos limites. No portuguez, especialmente, a variação não tem sido pequena e por tal forma se tem operado, rapida e intensa, que difficil mesmo se tornaria a referencia englobada, se acaso

(*) A «Advertencia» acima tem exposta, nesta mesma graphia, em todas as obras publicadas ainda em vida do autor, a contar da «Philosophia da Arte», 1.^a edição, (1918).

não se tornasse aqui de todo inoportuno qualquer exemplo nesse sentido. É bem de ver que sendo a língua a própria "fala" do povo, grafia certa é aquela que goza de uso corrente, de uma popularidade maior ou de uma accitação mais geral... Longe de nós, portanto, pretender, aqui ou allures, trazer o nosso concurso ás discussões sobre "ortografia"...

Esta advertencia inicial serve apenas para mostrar publicamente a relatividade com que julgamos acertado dever encarar as razões desenvolvidas sobre assuntos daquela natureza. Não ha em nosso proceder incoerencia, quando abandonamos a grafia simplificada usada em nossos escritos para apresentar em publico as nossas ideias. Ha tolerancia e isenção apenas, desde o momento que não consideramos de nenhum modo oportuna a insistencia ou discussão sobre questões de grafia. A isenção define a relatividade da importancia do problema; a tolerancia serve ainda melhor ao nosso serviço de propaganda.

Em tempo breve, acreditamos que se faça em nosso meio a reforma ortografica já suficientemente esboçada; em país novo as ideias caminham naturalmente ligeiro por

não encontrarem a resistencia do pezo morto do habito que uma longa hereditariedade estabelecc. Mais a mais, em país onde os analfabetos constituem a maioria apavorante dos milhões para humilhação de uma minoria letrada, a simplificação será inestimavel. Por isso mesmo, o auxilio que cada um de nós puder prestar ao problema vital da instrução não deve ser desprezado nem apoucado. A tarefa é tão grande, os resultados serão tão valiosos e o descuido tem sido tão geral nesse sentido, que se não deve prescindir nem mesmo da cooperação das melhores forças. Os fins justificam, ás mais das vezes, os meios. As considerações etimologicas devem ceder ás exigencias do utilitarismo. O prazer de uma pequena casta de letrados deve ser sacrificado pelo serviço prestado a uma grande maioria a educar, a instruir, a socializar ou a nacionalizar.

Rio S. Francisco - Rio sem historia

RIO S. FRANCISCO — RIO SEM HISTORIA

A Theodoro Sampaio

Conferencia realizada (29-VI-923) na Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, acompanhada de projecções de vistas tomadas no trecho Pirapóra-Joazeiro.

“Certamente, a força centripeta da realza revigorada com a vinda inopinada de João VI e 15.000 acompanhantes; reforçada pelo genio do egregio patriarcha, domando o animo varonil de Pedro I; refundida pela energia asper-rima de Diogo Feijó, no momento talvez mais critico de nossa historia, e revigorada depois pela intelligencia culta de Pedro II servida pelo braço firme de Caxias e orientada pela visão politica de Itaboraahy, Paraná, Nabuco e o primeiro Rio Branco; certamente, dizia, foi inestimavel a acção do throno na tessitura de nossa unidade politica, reagindo aos regionalismos cosmicos veementes, e contrabalançando com firmeza o federalismo em seus arroubos insulados mas violentos”.

“Porém, quanto mais reflexiono, mais acredito que de nada teria valido aquella força de centralização coesiva se não tivesse o throno representado a sua função historica, movimentando-se num *tablado geographico* formidavel, dentro do qual fôra feita a união dos

centros basicos de norte a sul mal unidos e mutuamente mal amparados ao longo da costa immensa sem ligações estaveis. Nem invoco a unidade da lingua, nem o valor decisivo da unidade religiosa, como forças preeminentes daquella unificação, por isso que o exemplo do fraccionamento das nacionalidades espanholas do Pacifico é um attestado insophismavel da relatividade de seus valores em face dos imperativos geographicos differenciadores e categoricos da unidade politica dos povos. E o proprio genio de Bolivar, impotente apesar da cooperação opulenta de seus generaes intimoratos, é, por si, a confirmação do pouco que nos teria valido a cultura de José Bonifacio, alliada ao impeto de Pedro I, se acaso o grande valle do rio S. Francisco não tivesse, como *factor historico-geographico*, contrabalançado todos os demais factores cosmicos differenciadores, pela costa afóra, de nossa propria unidade ethnica, social e politica dos primeiros seculos".

Simplicidade da ignorancia (1)

Varias vezes, tenho encontrado, nos escritos geographicos sobre nossa terra, uma affirmação que seria comica se não fôsse antes dolorosa pelo que nella se resume da ignorancia ingenua sobre as nossas cousas. Refiro-me á “extraordinaria simplicidade de nossa hydrographia”, asserto que vejo repetido em livros varios, sem que saiba, todavia, quem tenha sido o seu primeiro autor... Porque, excluido o facto generico de não “correrem

(1) O facto de haver eu mesmo viajado larga extensão do rio S.Francisco (1921) faz com que não me interesse em descrevel-o, por agora. Aconselharia, no entanto, ao leitor sagaz, a realização dessa viagem, certo de que não lhe haveria de ser escasso o lucro. E nem rememoro difficuldades proprias de quem viaja. Ao contrario, posso mesmo informar que tudo me foi facil; trem de ferro do Rio a Pirapóra, 9 dias, tocando em todos os portos fluviaes entre Pirapóra e Joazeiro e vencendo os 1369 kilometros de percurso a vapor e via ferrea, de Joazeiro á Bahia. Era verão. A vantagem das aguas altas faz nascer o destemor pelo calor. A unica difficuldade por vencer foi... antes da partida. Essa foi séria. Perdi, de facto, varios dias antes de descobrir quem me pudesse dar informes sobre a viagem e o horario dos navios fluviaes. Porque, no litoral, ninguem sabe que aquillo existe: nem os guias de viagens! nem as agencias de transporte de bagagens! E foi então que encontrei o engenheiro Octavio Carneiro da «Companhia de Viação Mineira» (Pirapóra), a

para cima" as aguas de nossos rios e de procurarem todos elles as aguas do oceano — como todos os rios do planeta — aquella "simplicidade" apontada se converte apenas num lôgro formidavel.

Assombra muito, ao contrario, a diversidade, condição segura e saliente da complexidade de nossos systemas hydrographicos, destarte, tão justamente revelada. Recordemos. Ao sul, aquella anomalia interessantissima do Tietê e Parapanema, correndo para dentro da terra, de costas voltadas para o mar, e convidando o homem para a vida sertaneja, como, primeiro que outros, observou Theodoro Sampaio ao explicar o destemor com que os paulistas fecundaram com as suas coragens a virgindade dos sertões. Ao norte, o tremedal immenso, a ultima pagina ainda a escrever de "genesis", como opinou Euclides ao de-

quem devo indicação muito grato do conselho de escolher o «Wenceslau Braz», navio de sua Companhia e, naquelle tempo como hoje, o unico decente em que se podia viajar, dada a velustez naturalissima dos navios cansados da Companhia de Navegação Bahiana.

Naquelle tempo, não estava o S. Francisco na moda como agora: nem Pearse nem Mello Vianna o haviam «descoberto» ainda...

Eu li, e por certo o leitor tambem leu, a noticia do interesse com que o actual presidente de Minas está olhando o grande rio, depois de viajar uma parte do seu curso. Oxalá não se percam em palavras aquelles desejos de acção. Apenas, no Brasil, onde o verbo é fluente e a acção muitas vezes timorata, eu me reservo sempre para applaudir as realizações, aguardando a confirmação posterior das palavras dos programmas. Mas, seja como fôr, um passo já foi dado, porque, pela primeira vez na Republica, está sendo «descoberto officialmente» o S. Francisco...

frontal-a e de onde traria aquella descrição viva e soberba do Purús, como rio em plena "infancia", e do vultoso Amazonas na luta veementissima contra a propria terra das margens baixissimas de continuo soladas. "Não ha fixar, sob o aspecto topographico, em linhas definitivas. De seis em seis mêses, cada enchente que passa é uma esponja molhada sobre um desenho mal feito: apaga, modifica ou transforma os traços mais salientes e firmes, como se no quadro de suas planuras desmedidas andasse o pincel irrequieto de um sobrehumano artista incontestavel" (E. da Cunha, Pref. ao "*Inferno Verde*").

"Afim de contas, a "terra cahida" bem pôde ser a definição do Amazonas. Por vezes, no seu terreno aluvial tudo repentinamente caviila e se afunda, mas se reconstitue aos poucos. Cae a terra aqui, acolá a terra se accresce. De sorte que, quando o mesmo sólo naufraga, só essa alma fluctua, salva na arca do proprio peito, onde uma grande esperança volta sempre, mal cessa o cataclysmo, que arrasta o caboclo, poupando-o" (Alberto Rangel).

Mas não é tudo: continua ainda a mutação do quadro vasto. Passam ao extremo opposto as condições do systema hydrographico nordestino, depois da zona de transição, por si mesmo interessante, das terras do Maranhão. Agua de mais no tremedal, transformando terras baixas em mares

temporarios de agua dôce. Agua de menos nos sertões semi-aridos do nordeste, em que o declive farto do sólo accelera o desequilibrio da distribuiçãõ annual mal regada. Admira-me que o proprio Euclides não tivesse invocado a imagem inversa, appellando para aquelle mesmo "sobrehumano artista incontentavel". Porque tudo se passa como se cada estio apagassem, num estertor de morte, a vida daquelles valles originalissimos de erosão, cavados pelas proprias aguas despenhadas com veemencia dos chapadões asperos e dos contrafortes geralmente desnudos: "rios intermitentes", sêccos por varias vezes, desfigurados pelo proprio homeni ao transformar as cacimbas de seus leitões, em campos esporadicos de cultura, antes que desçam de novo as enxurradas vultosas, precipitadamente despencadas, sem tempo de respeitarem os seus proprios cursos de outros annos.

Ha mais. Antecedentes imperiosos da diversidade de nossas bacias hydrographicas, são tambem caracterizadamente differenciados entre si os nossos systemas orographicos. Conheceis, talvez, a fantasia luxuosissima que o mais honesto dos estudiosos estrangeiros de nossas cousas levou ás nossas cartas geographicas incipientes. Refiro-me ás cordilheiras, ás linhas de cumiadas, distribuidas sem avareza, no começo do seculo passado, por Eschwege, nos mappas de Matto-Grosso, Goyaz e Minas. Interessante o caso. Habitudo

com o que vira na serra do Mar, do Espinhaço e no valle do alto S. Francisco, logo imaginou o geologo eminente, por simplificação propria do espirito humano, repetições generalizadas de sistemas orographicos. Dahi, os desenhos fantasticos de uma grande serra, dividindo, entre a Bahia e Goyaz, o valle do S. Francisco, das aguas vertentes do Tocantins e outros mais em Matto-Grosso, separando as bacias do Prata e do Amazonas, linhas de cumiadas abstractas que, mais tarde, fôram substituidas pela realidade dos grandes *chapadões* e planaltos interiores interessantissimos, quando nós, brasileiros, compreendemos que nos cabia o estudo de nossa propria geographia. E a correcção das cordilheiras matto-grossenses é de todo recente, observemos honestamente, o que faz dizer que o erro de Eschwege tornou-se em parte secular. Lembrando trabalho analogo, passado meio seculo antes na Russia, quando os geographos nacionaes fixaram os relevos do solo de sua patria, diluindo as cordilheiras mestras forjadas pelos cartographos de gabinete, Rondon realizou entre nós a obra memoravel e asperrima com que traçou uma parte larga da chorographia matto-grossense. Mas defendo Eschwege, todavia, amparado na propria honestidade de sua obra. Aquelles mappas constituian esboços apenas, como elle mesmo accentuou, desenhados sobre informações daquella época. Seu

é apenas o mappa de uma parte de Minas Geraes, trabalho vultoso para aquelle tempo, e em que fôram resalvadas ainda assim, com a indicação de seus proprios caminhamentos, as fantasias das quaes não quis legitimar a sua paternidade.

E, no entanto, como disse antes, apesar de todas essas originalidades e diversidades de nossa geographia, convencionou-se continuar a falar na "*extraordinaria simplicidade do nosso systema hydrographico*"...

Todavia, mesmo o S. Francisco, isoladamente, já é por si um rio originalissimo e complexo. Primeiro, a direcção esdruxula de que é exemplo a sua mutação inesperada, pelo vigor com que infletem as aguas para a costa, depois de percorrerem varias leguas num rumo seguro que lhe era proxivamente parallelo. Ainda o perfil, convém notar, fundindo em seu typo todos os typos communs dos rios. Em seguida, a *transição* entre o rio de planalto (plenamente navegavel de Pirapóra a Sobradinho) e entre o agitado do alto S. Francisco, dum lado, e o encachoeiramento perigoso, preparando, de longe, a quéda formidavel de Paulo Affonso, de outro lado, constitue, seguramente, facto notavel. Isso explica a difficuldade que houve em descrevel-o com pericia, até o trabalho de Milner Roberts, dividindo o seu curso nas 5 secções diversificadas, depois dos estudos notaveis com que corrigiu, apoiando o alvitre de Krauss,

a opinião anterior de Halfeld no ponto em que opinára aquelle (Krauss) pelas obras de melhoramento entre Boa Vista e Jatobá (259 Kl.) em complemento a outros de menor vulto entre Sobradinho e Boa Vista (162 Kl.).

E, mais do que tudo isso, assombra a diversidade de aspectos do valle respeitavel, na transição violenta com que se succedem as zonas de differenciação tão vigorosa. Sem o haver percorrido todo, no que preparou a defesa de alguns enganos que commetteu, generalizando sobre as terras e as gentes do trecho médio, o que vira nos sertões adjacentes de Caiudos, Euclides da Cunha transmittiu-nos, no entanto, uma affirmação clara e robusta da falta de homogeneidade do S. Francisco, logo reflectida, não só na historia de penetração e da conquista de seu valle, mas na evolução da fixação de suas gentes: “Deixa as regiões alpestres, cidades alcandoradas sobre serras, reflectindo o arrojo incomparavel das bandeiras; atravessa depois os grandes “*geraes*”, desmedidas arenas afeitas á sociedade rude, libérrima e forte dos vaqueiros; e attinge por fim as paragens pouco appetecidas, amaninhadas pelas sêccas, talhadas aos roteiros lentos e penosos das missões”.

Contrastes desses não possui nem o Mississipi, apesar da extensão e direcção do curso que lhe differencia os climas entre a foz e as nascentes; nem o Danubio despenhado inicialmente dos

Alpes, mas estabilizado depois numa corrente suave em que descansam as suas aguas amarelladas, tão diversas do tom azul de seus primeiros formadores altos; muito menos o Amazonas, apesar da transição andina, suavemente lenta em grande parte; e ainda menos o Nilo, na homogeneidade com que vivifica as margens apertadissimas de dois desertos lagos.

Rio sem historia

Do valle do Amazonas, disse Euclides ser *terra sem historia*, completando, syntheticamente; uma série agudissima de observações feitas em tórno do proprio ambiente cosmico daquelle mundo em formação. Admira-me, todavia, que não tivesse dito — elle que acabára de conhecer um trecho das terras voltadas para o S. Francisco — que o S. Francisco é *rio sem historia*, phrase que define, como nenhuma outra, a ignorancia rebelde e perigosa em que temos incidido sobre as nossas proprias cousas.

“Porque, afinal, é lastimavei que ainda hoje procuremos nas velhas paginas de Saint-Hilaire... noticias do Brasil. Alheamo-nos desta terra. Criamos a extravagancia de um exilio subjectivo que della nos afasta, emquanto vagueamos como somnambulos pelo seu seio desconhecido”.
(*Contrastes e confrontos*).

“E’ a terra por tal fôrma grande que, em querendo a gente conhecê-la, reconhece o pouco que della sabe ainda. . .” Isso que poderia ter ôito um chronista do seculo XVI, quando fôram feitas as primeiras descrições parcellares e ingenuas de nossa terra, de suas gentes e de suas riquezas: isso, que poderiam ter repetido os bandeirantes que durante os seculos XVII e XVIII traçaram com arrojô a epopéa da conquista dilatada de nossos latifundios; isso, que poderia ter sido proferido pelos naturalistas estrangeiros que no seculo XIX illustraram os seus nomes, estudando uma parte notavel do nosso hinterland; isso, essa mesma afirmação, em summa, pôde ainda ser repetida hoje, em outra escala, pelos geographos nacionaes, sem que nò entanto contenha ella qualquer menosprezo pelos serviços até agora exêcutados em torno da descrição cartographica de nossa patria”. (V. L. Cardoso, “*Pensamentos Brasileiros*”, 1924).

“Não pretendo, todavia, assustar sem fundamento a curiosidade do leitor que me vae lendo. E observo, por isso mesmo, que as descrições sobre o S. Francisco fôram feitas até hoje, tão somente, por estrangeiros illustres interessados no estudo de nossa terra: Martius, Spix, Burton, Saint-Hilaire, Halfeld, Krauss, Milnor Roberts, Liais, etc. A unica excepção séria, que conheço, authenticada pela descrição notavel de um trecho

largo daquelle rio, é a de Theodoro Sampaio, porém mesmo esse autor, figura eminente entre os que conhecem a nossa terra, realizou aquella viagem subordinado á companhia de visitantes estrangeiros" (1).

"Accrescento, ainda, que os unicos levantamentos completos executados no São Francisco são os de Halfeld, engenheiro allemão contratado por Pedro II, cujas plantas e mappas, valiosissimos, servem até hoje á navegação precaria daquelle rio magnifico e imponente."

"Lembro, de outro lado, que o que delle disseram Capistrano de Abreu e João Ribeiro (2), em seus escritos de historia patria, é bem pouco ainda do muito que ha a dizer sobre a influencia daquelle mesmo rio no nosso desenvolvimento his-

(1) «O rio S. Francisco e a Chapada Diamantina» (1906, S. Paulo) Viagem realizada em 1879. Como engenheiro ajudante da Comp. chefiada por W. Milnor Roberts, Theodoro Sampaio, além da descrição dos trechos percorridos, apresentou croquis e desenhos por elle mesmo executados durante a viagem. Atravessando depois a chapada diamantina, fixou a chorographia de uma região interessante do Estado da Bahia, corrigindo uma série de fantasias sobre as serras e sua distribuição desde ha muito repetida em nossos mappas.

(2) ... «excluindo o mar, caminho de todas as civilizações, o grande caminho da civilização brasileira é o rio S. Francisco; é nas suas cabeceiras que pairam as grandes bandeiras e ali se expande e ondula o impulso das minas; é no seu curso médio e inferior que se expande e propaga o impulso de criação, os dois maximos factores do povoamento. As suas ondulações extremas desde S. Paulo (ligado a Minas) até o Piauby (ligado a Pernambuco) abraçam o que hoje se poderia chamar o «Brasil brasileiro» (João Ribeiro, «Historia do Brasil», 1900).

torico. Outros historiographos silenciaram, de todo, sobre o assumpto. (V. L. Cardoso, "*Figuras e Conceitos*", 1924).

Rio sem historia. . . Porque, de facto, não ha historia sem sequencia, e, do povoamento e penetração do valle do S. Francisco, nos ficaram, apenas, depoimentos isolados, dados escassos ou detalhes insignificantes.

Procurando reconstituir a penetração dos missionarios, criadores de povoados sertanejos em substituição aos velhos aldeamentos de indios, abruptamente desamparados (1758) pelo golpe inoportuno no Brasil, da mão energica de Pombal, logo sentenciou Euclides, ao defrontar a magreza de documentos em que pudesse firmar o seu estudo: — "Não tiveram, as missões, um historiador". Suppós, todavia, que se tivessem fixado os missionarios jesuitas e franciscanos, especialmente, entre Itapicurú e Geremoabo e, dahi, acompanhando o S. Francisco no secu'lo XVII, até aos sertões de Rodellas e Cabrobó ou, mais abaixo e com menor intensidade, até os chapadões de Jacobina, de onde descem, nas épocas de chuva, o Itapicurú e o Jacuipe. Os dados são confusos; nem permitem acompanhar o seguimento de penetração, logo baralhados com outros, tambem escassos, em que surgem as referencias á colonização de bahianos ou de paulistas, durante a segunda metade do secu'lo XVIII. Lembro, todavia, haver no-

tado que velhos templos abandonados, alguns arruinados, das povoações daquelles sertões, indicam, provavelmente, uma penetração missionaria muito mais larga do que aquella, medrosamente compendiada pela historia.

Marcos mudos, aquelles templos vetustos asombram pela audacia, com que a energia humilde dos missionarios cruzou — cruzou ou precedeu — com a ousadia arrogante dos bandeirantes paulistas ou das proprias penetrações bahianas, abertos que haviam ficado ao longo do Paraguassú, do rio das Contas e do Jequitinhonha os caminhos das primeiras entradas enganosas, acanhadas e infructiferas, do seculo XVI. E desafiam a curiosidade dos pesquisadores dos archivos não consumidos ainda pelas traças, pelos desatinos miseraveis dos politiqueiros desalmados ou pela credence parva dos sertanejos retrogradados... Remirei-os, silencioso. Triste, porque soubera que, nos disturbios cangaceiros de 1920, até os papeis antigos dos cartorios serviram de bucha para picapáos antiquados, processo de utilização no interior (do interior) do Brasil, nas regiões onde escasseia o papel com que em tempo de guerra se substitue a bucha dos foguetes na adoração inadiavel do "divino"... E aquelles sertões têm sido continuamente agitados... Nem foi, certamente, por méra coincidência que o viram convulsionado, durante suas proprias viagens, Martius, Burton,

Theodoro Sampaio... e outros mais. E o “divino”, antes do papel fácil dos jornaes, sempre foi adorado com foguetes...

Rio sem historia... De facto, não ha como seguirl-a no emmaranhamento desconnexo de dados isolados, sem datas que se superponham ou referencias que se completem. Faz-se o vazio entre indicações avaras e sovinas: o bandeirante Domingos Sertão, vindo do sul, “centralizando nas suas cincoenta fazendas de criação o circulo animado da vida sertaneja”, (sertão de Rodellas, segunda metade do seculo XVIII); a fundação por Lancastre, com o indigena catechizado, do arraial da Barra e de outros aldeamentos ao longo do médio S. Francisco ao terminar o seculo XVIII; o senhorio feudal de Antonio Guedes de Brito, potentado residente no Morro do Chapéo com o titulo de Mestre de Campo “Regente do S. Francisco”, a quem fôram doadas 160 leguas medidas até ao rio das Velhas; as correrias do paulista Januario, reprimidor da pirataria desenfreada de então, civilizando a barbaria e legando o seu nome á villa de Mathias Cardoso; a fundação do arraial de Maria da Cruz, typo interessante de um patriarchado feminino. Eis quase tudo do relato mingado colligido por Theodoro Sampaio, Euclides da Cunha e Diogo de Vasconcellos, visando a historia do povoamento dos sertões, quer bahianos, quer mineiros, pelas duas levas oppostas que

se chocaram ao longo do grande rio. E, antes delles, aquella informação talvez honesta num livro eminentemente ingenuo de Ignacio Accioli (*“Informações ou descrições topographicas e politicas do rio S. Francisco”*, Bahia, 1847). “Em minhas investigações archeologicas, apenas tenho achado noticias officiaes da sesmaria concedida, nos começos da povoação deste rio (São Francisco), aos famigerados paulistas Mathias Cordeiro (?) e Manoel Francisco de Toledo que haviam, entre outros delictos, tomado parte activa nos bandos e facções que fizeram tomar o nome de rio das Mortes ao que era assim conhecido na provincia de Minas Geraes, e de algumas concessões ou datas de terras para o assento de villas, parochias e missões de indios: quanto ás sesmarias de particulares, nada achei; e no entanto não se encontra, ao longo desse rio, um palmo de terra, e o mesmo nos seus afluentes, de que alguem não se diga proprietario. Só a casa da Torre chama agora ao dominio não pequena parte do districto das tres villas — o da Barra, Campo Largo e Santa Rita do Rio Preto”.

“Em meio dessa falta de sequencia de dados sobre aquelles movimentos migratorios, uma carta régia de 1701 prohibindo quaesquer communicacões daquella parte dos sertões bahianos com as minas dos paulistas nos sertões mineiros. As penas eram severas. Claro que a lei não foi cum-

prida: e aquella prohibição é apenas o maior attestado affirmativo do commercio de gentes e de productos ao longo do S. Francisco naquelle limiar do proprio seculo XVIII. . .

Não fôram mais felizes os pesquisadores posteriores: Rocha Pombo (*"Historia do Brasil"*), Calogeras (1905, *"As Minas do Brasil"*), Cap. de Abreu (1907, *"Capitulos da Historia Colonial"*), Basilio de Magalhães (*"Expansão geographica do Brasil até fins do seculo XVIII"*, 1914), Borges de Barros (*"Bandeirantes Bahianos"*, 1919).

Mas, ainda assim, tudo indica que, durante o seculo XVIII e apesar da decadencia prematura do apogeu das minas de ouro, a influencia daquelle valle como "*condensador de gente*", como opinou, com argucia rara, Capistrano de Abreu em seu primeiro estudo, não era desprezivel. Andou, pois, mal Southey, e com elle os seus repetidores, quando affirmou, desalentadamente: "Pelos fins do seculo XVIII não lhe povoavam as margens do meio do seu curso para cima senão alguns pescadores, que de seu peixe viviam, fazendo um pouco de commercio em sal, e vagabundos dispersos, talvez mais numerosos, que fugidos á vingança particular, que haviam merecido, ou á justiça publica, que provocado tinham, escondiam-se nestes sertões, vivendo do gado que das fazendas furtavam".

Presumo também mais verdadeira a informação de Diogo de Vasconcellos (*"Historia Média de Minas Geraes"*, 1918), que não esquecera anteriormente as correrias selvagens dos bandoleiros foragidos, determinando até mesmo, como medida de protecção civilizadora, aquelle senhorio feudal opulentissimo de Guedes de Brito, o "Regente do S. Francisco": "Pelo rio, fazia-se um largo commercio da Bahia para as Minas, como por elle subiam todos os generos de conforto e de luxo, segundo as necessidades dos moradores seleccionados naquella cidade, então a mais opulenta do Brasil".

De resto, provas robustas existem, pelo testemunho sempre louvado de Pedro Taques (*"Nobiliarchia Paulista"*), de que numerosas fôram as familias paulistas aclimadas naquelles sertões. E de outro lado, como observou João Ribeiro, não sendo aquelles sertões de gadaria gravados com impostos, como as terras litoraneas, quer do Sul, quer do Nordeste, tudo indicava constituirem elles um campo convidativo aos que quisessem viver independentes do fisco. Fiado nesses informes, logo alvitrou Euclides, traçando o verdadeiro esboço do movimento daquellas ondas de penetração humana beneficiadas por taes isenções: "Abrindo aos exploradores duas entradas unicas; á nascente e á fóz, levando os homens do Sul ao encontro dos homens do Norte, o grande rio erigia-se desde

o principio com a feição de um unificador ethnico, longo traço de união entre as duas sociedades que se não conheciam. Porque, provindos dos mais diversos pontos e origens ou fôsem os paulistas, de Domingos Sertão, ou os bahianos, de Garcia d'Avila, ou os pernambucanos de Francisco Caldas, com os seus pequenos exercitos de Tabajáras alliados, ou mesmo os portuguezes de Manoel Nunes Vianna, que dali partiu da sua fazenda do Escuro, em Carinhanha, para commandar os emboabas no rio das Mortes, os forasteiros, ao attingirem o amago daquelle sertão. raro voltavam”.

Em summa, um colorido de pouca intensidade de áquelle quadro secco de Martius, anterior de mais um seculo: “Quando os colonos europeus entre 1674 e 1700 se espalharam da Bahia para a provincia do Piauhy e, mais tarde, no principio do seculo passado (XVIII), começaram a viajar de Minas Geraes pelo rio S. Francisco abaixo, diversas missões fôram fundadas á margem desse rio pelos franciscanos da Bahia”.

O “Descobrimento” official do S. Francisco

Todavia, se a Republica o tem deixado no olvido, a Monarchia o descobrira desde cêdo. Descobrira e estudára. São notaveis as contribuições daquelle tempo. Do alto S. Francisco.

occuparam-se Eschwege, Saint-Hilaire e Liais, especialmente. Mais tarde, O. Derby, deixando em seu trabalho de geologo o grande elogio á obra notavel de Eschwege.

Do valle, em geral, Martius e Spix (1817-20) naquellas viagens memoraveis nunca assás lembradas.

Depois, Gardner (1836-41), o exp'lorador inglês honesto, emigrado de suas funções no Jardim Botânico da India, que, evitando os trajectos de Martius, entrou pelo Ceará, foi ao Piauhy e a Goyaz, atravessou os sertões bahianos, cruzando o S. Francisco em Macahubas, e penetrou, finalmente, o districto diamantino em Minas. Mais tarde, Burton, outro inglês amigo de nossa terra (1867), o narrador interessante da travessia de todo o rio das Velhas e de todo o médio e baixo S. Francisco. E, enfim, Theodoro Sampaio (que fez parte da commissão do norte-americano Milnor Roberts em 1879), o autor da descrição interessante, acompanhada de croquis, não só do baixo e médio S. Francisco, mas de um trecho largo dos chapadões diamantinos bahianos, corrigindo as fantasias geographicas de então nesta ultima zona.

Mas Pedro II fez mais. Commissionou o allemão Halfeld que, de 1852 a 54, executou o trabalho notabilissimo do levantamento completo e detalhado daquelle rio desde Pirapóra até ao

Oceano. E ouvia depois a opinião abalisada de Krauss, de um lado, e de Milnor Roberts, de outro, chefiando este os trabalhos de Plácido Amarante, Orville Derby, Saboia e Theodoro Sampaio.

Halfeld opinára pelo não aproveitamento do rio entre Bôa Vista e Jatobá (295 kms.), julgando onerosas as obras. Indicava a solução ferroviária. Dahi, as concessões de 1853 e 1855 das estradas do Recife ao S. Francisco, e da Bahia ao S. Francisco (Joazeiro). Krauss discordou, insistindo pelo melhoramento do rio, julgando-o inaproveitavel apenas entre Piranhas e Jatobá, trecho para o qual projectou a via ferrea que foi mais tarde realizada.

Milnor Roberts formou escola. Amarante iniciou, sem completar, as obras de correcção ás corredeiras do Sobradinho (40 kilometros a montante de Joazeiro), primeiro passo de um programma alentado, cêdo posto de lado pela Republica. Theodoro Sampaio e Derby individualizaram as suas figuras em seus proprios trabalhos e relatos.

Depois, as décadas tristes do descaso e das fantasias. O hiato largo, só uma vez quebrado pelo verbo veementissimo de Euclides. Descaso, nessa insistencia, criminosa por ser longa, com que não tem sido cuidada a propria navegação livre do rio, naquelle trecho soberbo de mais de

1.300 kilometros entre Pirapóra e Sobradinho (ou Joazeiro na época de aguas altas) (1).

Não ha um unico pontão de atracação construido, enquanto envelhecêram os navios do tempo da Monarchia, que são quase todos, com excepções raras como o "Wenceslau Braz", que recorda pelo nome o presidente da Republica, que teve um momento ligeiro de attenção pela navegação daquelle rio.

Não insisto. Appello para a eloquencia do proprio mappa, num país como o nosso, sem a industria do ferro ainda organizada, em que é carissima a construcção ferroviaria. Eile nos mostra, de facto, attentamente observado, o absurdo de se pensar no projecto ousado da "Pirapóra-Belém" (2.500 kms. proxivamente; 300.000 contos custo provavel) antes de ser cuidada e intensificada a navegação dos 1.369 kms. do médio S. Francisco. E mostra mais, pelos projectos governamentaes actuaes ferroviarios (mensagem de 3 de Maio, 1925), que não houve ainda pensamento na Republica — como houvera na Monarchia, desde os meados do seculo passado — de ligar a rêde fluvial do S. Francisco á rêde ferroviaria do norte por ser construida e desenvolvida.

(1) Além desse trecho navegavel, além do baixo S. Francisco, de navegação ainda mais fraca, além de trechos do rio das Velhas, são navegaveis varios de seus affluentes em extensão de todo notavel; especialmente o Rio Grande (350 klm. de navegação), o Rio Preto (269 klm.) e o rio Correntes (125 klm.).

E' evidente a intelligencia do projecto actual sobre a "Belém-Pirapóra": 1.741 kms. de construcção, permittindo completar a união ferroviaria de 15 capitaes entre si e com a Capital Federal. Mas elle mesmo indica — pela insistencia da ligação de Montes Claros (Minas) e Sincorá (Bahia) através de 770 kms. por construir sobre chapadões largos e rudes de escasso valor — *a nenhuma attenção dispensada á navegação do S. Francisco* (1).

(1) Reproduzo o proprie trecho da Mensagem presidencial (3-5-925) no ponto a que me acabo de referir:

«Os mesmos embaraços que têm impedido realizar todas as providencias necessarias, para augmentar e aperfeiçoar o apparelhamento das entradas de ferro, não têm permitido imprimir actividade intensa ao prolongamento dellas pelo interior do paiz. Não seria, entretanto, licito, quaesquer que fossêm as difficuldades a vencer, abandonar, por completo, a construcção de algumas linhas que attendem ás necessidades vitaes e inadiaveis de diversas zonas do nosso territorio, ou que interessam á conservação da unidade politica do Brasil, pela solidariedade dos seus interesses economicos. Sobrelevam, entre ellas, as que se destinam a completar a ligação do extremo sul ao norte e das diversas capitaes entre si.

«Da grande linha longitudinal, que realizará esse proposito, inauguraram-se em 1924, na seccão Rio-Bahia, 46 kms., do prolongamento da Central do Brasil e 28 kms., do prolongamento da Central da Bahia. A ligação ferroviaria entre as duas capitaes já conta 1.522 kms. em trafego, faltando, para completal-a, 788, parte dos quaes está atacada.

«A' junção da Rêde Bahiana que se prolonga por todo o Estado de Sergipe, com a rêde que une Alagoas, Pernambuco, Parahyba e Rio Grande do Norte, falta sómente o trecho entre Collegio e Cajueiro, com cerca de 200 kms. Com a conclusão destes e com as linhas iniciadas, que ligarão a Parahyba ac Ceará e este á capital do Piauihy, formando um total de 1.741 kms. a construir, ficarão unidas, por estradas de ferro, as capitaes de 15 Estados entre si e com a Capital da Republica».

Falei das fantasias durante as décadas republicanas. Referia-me aos projectos de canaes do S. Francisco ao Jaguaribe e a outro mais, visando outros valles, que bem denotam o arrojo, muitas vezes esteril de nossa imaginação tropical, no des-temor com que desrespeita as realidades concretas do mundo physico. Mappas posteriores, organizados pela Inspectoria de Seccas, então sob a che-fia de Aarão Reis, vieram pôr em fôco o dispa-rate de taes projectos, nessa maneira lamentavel e inopinada de projectar canaes sem levantamen-tos geographicos preliminares de referencia. Não exaggero. Lembro o livro de Bouchardet que recheou o nordeste, alliviando-o das seccas, com uma série fantastica de canaes, sangrando o S. Francisco... inoffensivo dos mappas.

* * *

Sem opinião publica devidamente orientada, não pôdem haver boas e efficazes realizações go-vernamentaes. Acredito, pois, que em breve uma opinião collectiva de particulares incentivará o governo da Republica ao zelo e melhoria daquella grande dadiva, que a natureza nos legou sem avareza. E' recordo que se avolumam as vozes isoladas. E' com prazer, pois, que registro o ap-parecimento proximo do relatorio de H. Wille-mans, compendiando uma série de estudos geolo-gicos importantes levados a effeito por órgãos do

Ministerio da Agricultura em varios sectores daquelle valle. E menciono, de outro lado, uma série de nomes de autores de conferencias recentes sobre o S. Francisco, como Souza Bandeira, Elpidio de Mesquita, Octavio Carneiro e Affonso Costa, formadores todos dessa opinião publica inicial anonyma que fez levar, ha pouco, o inglês Pearse (1921) áquelle valle, para vaticinar-lhe, em relatorio especializado, um futuro notavel em nossa patria, como productor possivel de algodão em larga escala. Mas não esqueço, tão pouco, a memoria do Instituto de Manguinhos, assignada por Lutz e Belisario Penna, naquella viagem interior larga e interessante através dos sertões da Bahia, Piahy, Goyaz e Minas, em que fôram proferridos e documentados julgamentos severissimos, mas honestos, sobre as condições miseraveis de varios dos nossos núcleos de população interior.

A Historia esquecendo a Geographia

O que é certo, porém, é que se o relato dos historiographos sobre o povoamento do S. Francisco foi mingudadamente bordado num tecido compôsto de vazios, menor foi ainda a attenção por elle merecida por parte dos autores de nossa historia patria, ou dos escriptores que reproduziram a nossa evolução social, descrevendo as aventuras vencidas e os destinos provaveis de nosso

povo, nesse jogar veemente em que se embaralharam gentes de todas as côres num tablado geographico formidavel (1).

Porque não ha negar que o descaso foi geral.

Natural nos primeiros cronistas ingenuos, como Gabriel Soares de Souza, Gandavo e Frei Vicente do Salvador (2), no tempo do "esgravatamento da costa", antes da descoberta das terras

(1) «Vêm-se ali todos os matizes da população polychroma de nossa terra». «Neste particular é o valle do S. Francisco um vasto cadinho em que todas as raças representadas na America se fundem ou se amalgamam.

«Nestas paragens, o deserto é apenas apparente. O Brasil é em verdade mais habitado do que se pensa e menos rico do que se presume.

«A população vive alheia ás leis economicas. Produz apenas o preciso para viver. Não importa, porque não produz para trocar, nem troca ou permuta, porque não tem mercado, onde fazel-o». (Theodoro Sampaio — «O Rio S. Francisco e a Chapada Diamantina», S. Paulo, 1906).

(2) «No inverno, não traz tanta agua (o S. Francisco) nem corre como no verão e no cabo das ditas vinte leguas (para o interior a partir da fôz) faz uma cachoeira por onde a agua se despenha e impede a navegação; porém dahi por deante se pode navegar, em barcos que lá se armarem, até um sumidouro, onde este rio vem dez ou doze leguas por baixo da terra. E também é navegavel dahi para cima oitenta ou noventa leguas, podendo navegar barcos, ainda mui grandes, pela quietação com que corre o rio quasi sem sentir-se, e os indios Amaupirás navegam por elle em canôas.

E' gentio este que ainda não foi tratado e dizem que se ataviam com algumas peças de ouro, pelo que Duarte de Albuquerque Coelho, senhor que foi de Pernambuco, tratou no reino desta conquista, mas nunca se fez, nem o rio se povoou até agora mais que de alguns curraes de gado e roças de farinha ao longo do mar, sendo assim que é capaz de boas povoações, porque tem vador — «Historia do Brasil», ed. Cap. de Abreu, 1918, pg. 104). muito páu Brasil e terras para engenhos». (Frei Vicente do Sal-

interiores: desculpavel ainda na obra de relato interessantissimo de Antonil, apesar das referencias ao "rio dos curraes", ou em Rocha Pitta, no des-temor de suas fantasias; elle começa a avultar na obra opulenta de Southey, tão arguto na desco-ber-ta da trama de nossa historia. Assombra, porém, posteriormente, pelo silencio esteril, em Varnhagen, Pereira da Silva, Mello Moraes e Joa-quin Nabuco, reproduzindo a ausencia da *função historica* daquelle grande valle que não haviam vislumbrado Eschwege, Martius, Saint-Hilaire e Armitage, tão operosos na tessitura inicial de nos-sa historia. Assombra, ainda mais tarde, em Ely-sée Réclus, no descaso com que falou do valle, sem perceber a sua função *unificadora central*, o mes-mo autor, precisamente, que tão grande cornucopia de observações sagazes espalhou entre nós na-quelle estudo largo e memoravel em que tratou de nossa terra e de nossas gentes.

Reduzida, pois, a uma simples phrase na obra inicial de Capistrano de Abreu ("*Condensador de gente*"), e a uma passagem singela, poste-riormente, na synthese historica notavel de João Ribeiro, quando falou do "grande caminho inte-rior da civilização brasileira", as reflexões sobre a *função historica* do rio S. Francisco ficaram nullas até o limiar de nosso seculo, quando Eu-clydes da Cunha, retomando a affirmacão, re-centissima então, do segundo daquelles historia-

dores patricios, descobriu, por conta propria, que a influencia daquelle rio "*balanceia a do proprio Tieté*" ao sul, cujo phenomeno historico interessantissimo de "convite ao homem para a conquista da terra" a intelligencia de Theodoro Sampaio deixára antes gravado com lucidez. Então, disse a verdade opulentissima, desvirginando o mysterio da unidade impuente de nosso imperio: "As entradas de um e outro lado da meridiana, improprias á dispersão, facilitavam antes o entre'acamento dos extremos do país. Ligavam-n'os no espaço e no tempo. Estabelecendo no interior a continuidade territorial, que faltava ainda em parte na costa e surgindo entre os nortistas, que lutavam pela autonomia da patria nascente, e os sulistas, que lhe alargavam a área, abastecendo-os por igual com as fartas boiadas que subiam para o valle do rio das Velhas ou decahiam até ás cabeceiras do Parnahyba, aquella rude sociedade, incompreendida e olvidada, constituia o cerne vigoroso de nossa unidade politica". ("*Os Sertões*": "nacionalidade", no texto. e não "unidade politica" como escrevo).

Mas não foi attendido, como tambem não o fôra, em sua passagem sagacissima, João Ribeiro. Isso explica o silencio dos que vieram depois. O de Rocha Pombo, Calogeras, Basilio de Magalhães, de um lado; o de Silvio Romero, Arthur Orlando, Oliveira Lima, Alberto Torres,

Victor Vianna, Gilberto Amado e Oliveira Vianna, de outro; uns, estudando a penetração e conquista da terra, tão sómente; outros, procurando explicar e definir especialmente a nessa evolução social e politica através dos eventos do passado. E espanta o facto, por isso que todos os sociologos apontados se preocuparam esforçadamente, sob aspectos varios, em fixar as condições imperiosas e categoricas de nosso "federalismo centrifugo" neutralizado pela potencia coesiva da realza. E admira tambem — porque occultar? — o proprio silencio posterior de Euclýdes, por isso que nas suas obras outras que fôram, com mais calma e maior clareza, a expressãe maxima de seus engenhos, não retomou o assumpto grave e opportuno, com a aggravante de se haver delle esquecido naquelle balanço imponente em que falou, com pompa austera, da historia do Imperio, fixando pelo verbo de seu estylo brasileiro e seu perfil inesquecivel em nossas letras. (*"À Margem da Historia"*).

Certamente, a força centripeta da realza, revigorada com a vinda inopinada de João VI e seus 15.000 acompanhantes, reforçada pelo genio do egregio patriarcha, domando o animo varonil de Pedro I, refundida pela energia asperrima de Diogo Feijó, no momento talvez mais critico de nossa história, e revigorada depois pela intelligencia culta de Pedro II, servida pelo braço

firme de Caxias e orientada pela visão politica de Itaborahy, Paraná, Nabuco e o primeiro Rio Branco, certamente, dizia, foi inestimavel a acção do throno na tessitura de nossa unidade politica, reagindo aos regionalismos cosmicos veementes, e contrabalançando, com firmeza, o federalismo em seus arroubos insulados, mas violentos.

Porém, quanto mais reflexiono, mais acredito que de pouco teria valido aquella força de *centralização coesiva*, se não tivesse o throno representado a sua função historica, movimentando-se num *tablado geographico* dentro do qual fôra feita a união dos centros basicos, de norte e sul, mal unidos e mutuamente mal amparados ao longo da costa immensa sem ligações estaveis.

Nem invoco a unidade da lingua, nem o valor decisivo da unidade religiosa, como forças preeminentes daquella unificação, por isso que o exemplo do fraccionamento das nacionalidades espanholas do Pacifico é um attestado insophismavel da relatividade de seus valores em face dos imperativos geographicos diferenciadores categoricos da unidade politica dos povos. E o proprio genio de Bolivar, impotente apesar da cooperação opulenta de seus generaes intimoratos, é, por si, a confirmação do pouco que nos teria valido a cultura de José Bonifacio alliada ao ímpeto de Pedro I *se acaso* o grande valle do rio S. Francisco não tivesse, como factor historico e geogra-

phico, contrabalançado todos os demais factores cosmicos diferenciadores, pela costa afóra, de nossa propria unidade ethnica, social e politica dos primeiros seculos de nossa evolução.

No limiar do seculo XIX, quando João VI, sob a tutela inspiradora do grande Cayrú, traçou sem consciencia clara as bases indissoluveis da unidade do Imperio, como nação, elle encontrou, sem o saber, o valle do S. Francisco povoado por gentes do sul e outras vindas do norte, durante todo o seculo XVIII, povoações anonymas de missionarios, bandeirantes e vaqueiros que forjaram, pelo "fundo" com que transformaram o quadro plano da costa num relevo impressionante, o embasamento tôsko, mas sufficientemente vasto sobre o qual fôram depois trabalhadas as peças do edificio maximo que a Republica recebeu das mãos da Monarchia extincta: o Imperio, a unidade empolgante do Imperio.

Ao defrontarmos, em pleno seculo XX, as aguas do S. Francisco em seu curso médio, repetamos, pois, com uma consciencia nova de conceito nella contido, aquella phrase admiravel do missionario humilde do seculo XVII, ao pisar as margens daquelle rio: "que eloquente sermão é por si mesma toda esta terra!" E compreendamos que "o milagre da unidade", obtido pela força centripeta da realza teria sido diluído pelos imperativos cosmicos diferenciadores do littoral de

norte a sul, se pelo centro da terra immensa, percorrendo os geraes dos planaltos e ligando as terras altas interiores de Minas aos sertões semi-aridos do nordeste, não tivesse o S. Francisco fixado a “base physica” da unidade empolgante do Imperio, constituindo aquelle grande tablado geographico em que populações de missionarios, bandeirantes e vaqueiros realizaram, com o vigor proprio das causas anonymas, o embasamento do Imperio e fixaram o cérne da unidade politica indestructivel.

O Rio S. Francisco - Base physica da unidade do Imperio

O RIO S. FRANCISCO — BASE PHYSICA DA UNIDADE DO IMPERIO

A Licinio A. Cardoso

Conferencia realizada no *Instituto Historico e Geographico de S. Paulo* (2-8-1925) como homenagem de respeito aos estudos historico-geographicos brasileiros iniciados em S. Paulo por Azevedo Marques, A. de Toledo Piza, Eduardo Prado, O. Derby, Theodoro Sampaio, Washington Luis e que trouxeram perspectivas novas ao quadro de nossa historia patria.

“No limiar do seculo XIX, quando João VI sob a tuteia inspiradora do grande Cayrú traçou, sem consciencia clara, as bases indissoluveis da unidade do Imperio como nação, elle encontrou, sem o saber, o valle do S. Francisco povoado por gentes do sul e outras vindas do norte durante todo o seculo XVIII, povoações anonymas de missionarios, bandeirantes e vaqueiros que forjaram, pelo “fundo” com que transformaram o quadro plano da costa num relevo impressionante, o “embasamento” tôcco, mas sufficientemente vasto, sobre o qual fôram depois trabalhadas as peças do edificio maximo que a Republica recebeu das mãos da Monarchia extincta — o Imperio, a unidade empolgante do Imperio,

“Compreendamos, pois, que o *milagre da unidade*, obtido pela força centripeta da realidade, teria sido diluído pelos imperativos cósmicos, diferenciadores do littoral de norte a sul, se pelo centro da terra immensa, percorrendo os geraes dos planaltos e ligando as terras altas interiores de Minas aos sertões semi-áridos do nordeste, não tivesse o S. Francisco fixado a *base physica* da unidade empolgante do Imperio, constituindo aquelle grande *tablado geographico* em que populações de missionarios, bandeirantes e vaqueiros realizaram, com o vigor proprio das cousas anonymas, o *embasamento do Imperio* e fixaram o *cérne da unidade politica indestructivel*”.

A these aqui apresentada é a do rio S. Francisco como *base physica da unidade do Imperio*.

Como, porém, a *extensão de unidade politica* é maior do que a *base*, compreendo as duvidas que possam surgir no espirito do leitor, por isso que o S. Francisco não pôde explicar, senão indirectamente, nem a conservação do Rio Grande do Sul nem a do valle do Amazonas dentro do assombro de nossa unidade historica. Mas, logo, respondo.

O S. Francisco manteve a união entre o centro do sul — Rio, S. Paulo e Minas — e o centro do norte — Bahia, Pernambuco — que eram até o seculo XIX os grandes núcleos, exclusivos quase de nossa civilização inci-

piente. Isolado do "todo", sem ligações fáceis, pelo interior ou pela costa, o extremo sul estava destinado ao desmembramento, só impedido depois da luta rude pelas armas durante varios annos. Divorciado do "todo", esteve ainda por seu turno, por largo tempo, o valle do Amazonas. Salvou-o, primeiro, o impedimento da navegação estrangeira, fechado que esteve o rio ao commercio externo até á guerra do Paraguay. Salvou-o, mais tarde, a colonização sertaneja de nordestinos na exploração do caucho.

Convenhamos que, se tivessem sido estrangeiros os 2.000.000 de conquistadores do Acre, teriamos visto nascer o maior perigo internacional encravado no coração brasileiro do continente sul-americano.

Nem posso esquecer, de outro lado, o grande beneficio da guerra do Paraguay, como insufladora do robustecimento da nossa unidade politica, conforme tive já eu mesmo occasião de assignalar (*"Pensamentos Brasileiros"*, 1924), observação que, depois della, as lutas fratricidas de tendencias separatistas transformaram-se em lutas politicas parlamentares. De resto, o beneficio da guerra, neste sentido da unidade cimentada por gentes do sul e do norte nas pelepas rudes do Paraguay, foi a repetição mais complexa e mais larga daquelle mesmo phenomeno mais facil de ser observado no Uruguay e na Argentina. "Amollecido, primeiro, nos charcos do Paraguay, foi em verdade só depois daquella luta que o barro americano acabou sendo modelado

com a formação dessas tres novas nacionalidades do continente”.

Mas insisto sobre a função historico-geographica do S. Francisco, porque aquella união interior tecida pelo grande rio foi a base primeira que permittiu posteriormente, ao sul e ao norte, a dilatação de nossa unidade politica, dentro do Imperio, desde as campinas riograndenses até ao tremedal immenso e formidavel do Amazonas.

O sermão da terra

“Que eloquente sermão é por si mesma toda esta terra”, assim proferiu deante do S. Francisco um missionario humilde, obreiro anonymo, como aquelles muitos outros que deixaram, em nome das suas ordens religiosas, uma das paginas mais energicas da nossa historia patria, qual aquella da conquista de um trato largo de terra immensa e da fixação ao solo subsequente, opportunissima e intelligente, do aborigene catechizado, de parceria com a tutela ao escravo fugido do littoral ou ao colono delle intencionalmente extraviado.

“Todavia, as missões jesuitas não tiveram ainda o seu historiador”... sentenciou Euclides da Cunha (1902), ao observar o vazio em que se perdem os dados historicos relativos ao povoamento dos sertões do Nordeste. E pouco depois, honestamente, Capistrano de Abreu (1907), numa obra que representa um marco alentado na evolução de nossa historiographia (“*Capitulos de Historia Colonial*”), affirmou com displicencia rara, invocando os archivos (como lembrára antes Martius) virgens de nossas pesquisas, das or-

dens religiosas da Europa central — “Antes de uma historia dos jesuitas será presumpçoso quem quizer escrever a do Brasil” . . .

Em verdade, se o acto opportuno de Pombal, expulsando os jesuitas de Portugal, não tivesse sido nefasto ao Brasil pela inconsciencia criminosa, inopportuna e perigosa, com que faz seccar aqui a seiva utilissima da obra de educação e civilização levada a effeito, por toda a parte, pelas ordens religiosas, só aquelle acto, dizia, mereceria repulsa veemente nossa pelo embaralhado que nos trouxe com a sonegação e expatriação de uma série notavel de documentos em que ficára archivada a penetração de um trecho vasto de nossa terra. Porque, não ha negar, sem o trabalho do missionario (o jesuita, o franciscano, o carmelita, o dominicano), não haveria de ter sido conquistado e colonizado por portuguezes o tremedal amazonico, nem a zona de transição dos campos do Maranhão, nem, tão pouco, os sertões asperos e seccos do nordeste de uma e outra banda do S. Francisco.

Mas, de outro lado, logo reponta uma outra face do dedalo de nossa evolução historica, porque, tambem não ha negar, ficou por ser escrita até ao nosso seculo a verdadeira *Historia das bandeiras* paulistas, a grande epopéa da raça formada com a conquista da propria terra. Espanta, de facto, o descaso dos histographos do se-

culo passado, sem se aperceberem do valor da obra portentosa, naquelle esquecimento estulto e criminoso em que nos deixaram as arrancadas paulistas dos seculos XVI e XVII, especialmente, que nos trouxeram a conquista de toda a região sulina durante aquellas décadas bravas de caça ao gentio missionado, por tal modo energicos e vivazes que, com o desastre formidavel de Mbororé, logo em 1641, já estava proxinamente fixada toda a configuração futura do Brasil ao sul, crescido até as lindes das missões do Tape e do Uruguay.

Espanta, de facto, não ha negar, que a figura do portugûes Antonio Raposo Tavares, o maior bandeirante “paulista” — o vulto interessantissimo do seculo XVII pela audacia brutal e selvagem com que varou os sertões do sul, do norte e nordeste — só houvesse sido historicamente fixada em 1905 pela operosidade de Washington Luis.

E’ lamentavel, em verdade, que tenhamos de confessar que a historia completa das *bandeiras paulistas* só agora tenha vindo a lume, graças aos trabalhos notaveis de Affonso Escragnole Tainay, figura mestra actual, sem nenhum favor, entre os que seguem a rota inicial fixada por Azevedo Marques, Antonio de T. Piza, Eduardo Prado, Derby, Theodoro Sampaio, estudos estes que prepararam em grande parte os compendiamientos de Rocha Pombo, (*Historia do Brasil*); de Calogeras (1905), (*As Minas do Brasil*); de Diogo

de Vasconcellos (1904, "*Historia Antiga de Minas Geraes*" e "*Historia Média*", 1918); de Capistano de Abreu (1907, "*Capitulos de Historia Colonial*" e de Basilio de Magalhães (1914, "*Expansão Geographica do Brasil até fins do seculo XVII*") até hoje o melhor relato, pela generalidade do conjunto abarcado sobre o assumpto.

De modo que, sem a *historia* — humilde e opulenta ao mesmo tempo — da *catechese jesuita no tremedal* do norte e no seu caminho de penetração através dos campos do Maranhão, ou dos sertões do Nordeste, e sem a *historia das bandeiras paulistas*, devidamente compreendida e compendiada em sua estructura originalissima e formidavel, de modo que dizia — sem esses relatos imprescindiveis sobre a *conquista da terra*, ficou a nossa historia emmagrecida de suas riquezas imponentes, por isso que se fartaram os historio-graphos no compendiamento, apenas, de *historia littoranea* e mais especialmente ainda no arrumar os dados relativos propriamente á *historia administrativa da Colonia*. Dir-se-ia, afinal, historia escrita por portuguezes e não por brasileiros, tanta era a reproducção, sensaborona muitas vezes, dos modelos das antigas *cronicas reaes* tornadas quase como exemplos no elogio farto aos governantes.

Mas, com isso, ficou sem pompa a nossa historia patria. E, mais, ficou sem epopéa, tomada

que foi á epopéa do cyclo dos descobrimentos brillantissimos como *epopéa de emprestimo* ou, pelo menos, superior áquella outra do seculo XVII relativa á expulsão dos hollandêses na costa do nordeste (1).

Foi um logro lamentavel, engano indesculpavel, porque a verdadeira *epopéa brasileira* e todas as historias dos povos são bordadas sobre um tecido inicial de epopéas — foi *a da conquista da terra immensa* em que sobressairam as bandeir-

(1) Contrariando Rocha Pombo (*Historia do Brasil*, 10 vol.) que tratou com maior extensão a reconquista do nordeste do que a epopéa bandeirante, disse Capistrano de Abreu (*Capitulos de Historia Colonial*, 1907):

«A invasão flamenga constitue méro episódio da occupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeitoz o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tenne fio litoraneo».

Não vêm fóra de proposito outras affirmações do mesmo autor collidas na mesma obra:

«Queixam-se os primeiros chronistas de amarem os contemporaneos arranhando a areia das costas, como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior. Fazel-o seria facil em S. Paulo, onde a caçada humana e deshumana attrahia e occupava a actividade geral, ou na Amazonia toda cortada de rios caudalosos e desimpêdidos, com preciosos productos vegetacs, extrahidos sem cultura. Nas outras zonas interiores, o problema pedia solução diversa. A solução foi o garlo vacuum».

«Um escritor anonymo dizia, a respeito dos paulistas, pouco depois de 1690: «É supposto que estes paulistas, por alguns casos succedidos de uns para outros sejam tidos por insolentes, ninguem pôde negar que o sertão todo que temos povoado neste Brasil elles o conquistaram do gentio bravo que tinha destruido e assolado as villas de Cayrú, Boipeba, Camamú, Jaguaripe, Maragogipe e Pernaçú no tempo do governador Afonso Duarte de Men-

ras paulistas pela ousadia atrevida com que, arremettendo pelos sertões a dentro, acabaram — de parceria com a humilde energia dos missionarios em outros pontos — por conquistar nada menos de dous terços de toda a nossa terra.

Attentae, senhores, no que isso bem significa. Aprofundae, examinae com clareza a nossa historia e concluireis que não ha exemplo no mundo mais flagrante da relatividade do valor dos textos dos tratados, das palavras em summa, em face da acção realizada. Porque o Brasil já estava delimitado... antes mesmo de seu descobri-

donça, o que não puderam fazer os mais governadores antecedentes por mais diligencias que fizeram para isso. Tambem não se lhes pode negar que fôram os conquistadores de Palmares de Pernambuco, e tambem se podem desenganar que sem os paulistas com o seu gentio nunca se hade conquistar o gentio bravo que se tem levantado no Ceará, no Rio Grande e no sertão do Parahyba e Pernambuco, porque o gentio bravo por serras, por penhas, por mattos, por catinga, só com o gentio manso se ha de conquistar e não com algum outro poder e dos paulistas deve-se valer S. M. para a conquista de suas terras».

«Mais que as guerras e revoluções politicas, deveria attender-se ao modo por que em pouco mais de cem annos povoou-se o littoral desde Maranhão até Cananéa, como no seculo XVII os paulistas conquistando o Parahyba abriram o caminho para Minas Geraes, os bahianos communicaram com o Maranhão pelo Paraguassú e Parnahyba, e o Ceará ligou-se a Pernambuco pelo Salgado e Capibaribe; como no seculo XVII, descobertas as minas, povoaram-se electricamente os sertões, e a necessidade de encontrar esquadros para o Norte fez navegaveis o Madeira, o Tapajoz e o Tocantins; como em nosso seculo, introduzido o vapor, definhou o sertão ao mesmo tempo que o littoral prosperava e as viagens desviaram de suas direcções antigas para outras totalmente diversas». (Capistrano de Abreu, Pref. á trad. de Sellin, «*Geographia do Brasil*», 1888).

mento em consequência do tratado interessantíssimo de 1914 (Tordesilhas) em que dois reis apoiados por um papa julgaram, ingenuamente, que lhes coubesse partilhar as terras do planeta...

“O Brasil nasceu, na verdade, envolto em complicações diplomáticas”, como disse Oliveira Lima naquella bello estudo (1900, “*O descobrimento do Brasil*”), em que mostrou a habilidade sagacíssima dos diplomatas portuguezes rematada naquella lance de genio (pela troca de possessões com a Espanha) do nosso Alexandre de Gusmão, orientando Pomba: “em cohonestar o *status* produzido pela invasão audaciosa” dos bandeirantes, deflorando escandalosamente a virgindade mysteriosa da terra, avaríssima em esconder o primeiro ouro dos betas e os primeiros diamantes de alluvião. Estudando o mesmo assumpto, com posteridade de data, assim opinou Clovis Bevilacqua na memoria (*Rev. do Inst. Hist. e Geogr.*, tomo especial, 1915) em que salientou a honestidade de João III e a má fé posterior de uns e outros dos contratantes: “O tratado de Tordesilhas e as capitánias hereditarias representam o arbitrio do homem; a formação de Brasil, quebrando essas medidas arbitrarías, significa a força social na grandeza do seu movimento e a vida humana, tallhando as suas formas adequadas.

Porque, não ha negar, delimitado antes de 1500, respeitadas com prudencia honesta por Por-

tugal as lindes da raia divisoria por occasião da partilha das capitánias hereditarias, unificado dentro da corôa espanhola de 1580 a 1640, o Brasil desrespeitou todos os tratados, todos os textos, todas as palavras officiaes e *cresceu por si, por conta propria, independentemente dos desejos da mãe patria*. Não conheço exemplo maior, nem mais notavel, do que esse que, de maneira tão esplendida, bem demonstra o pouco, o pouquissimo que vale a vontade dos *governos* em face de uma *opinião publica* generalizada e devidamente orientada.

Emfim, como opinou João Ribeiro, o grande modelador inicial de nossa historia patria, expurgando-a das ingenuidades de Rocha Pitta, despindo-a das fantasias enganosas e pomposas de Pereira da Silva e Mello Moraes, e realizando em portugûês a obra resumida daquillo que Martius esboçára em München, mais de meio seculo antes em projecto synthetico sobremodo notavel: "Só a formação de uma raça inteiramente acclimatada ao sólo e ao céo do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados" (1900, "*Historia do Brasil*").

E observo, por conta propria, insistindo no valor marcado da acção anonyma da sociedade brasileira em face da pompa, ficticia muitas vezes, das palavras e gestos officiaes dos governos, invocando em favor de minha these a *contra-prova*

historica decisiva e notavelmente esclarecedora do phenomeno: Todas as conquistas officiaes de terras no Brasil redundaram em fracassos veementes: a Guyana ao Norte, a Colonia do Sacramento ao Sul, apesar da teimosia de João VI e Pedro I e apesar ainda do tratado de Utrecht (1715), que reconhecêra a conquista do Sacramento de 1680. *Ficou apenas incorporada ao patrimonio nacional a conquista anonyma* — os dous terços actuaes do nosso sólo para além da raia de Tordesilhas, naquella linha originalissima e de todo inesperada nos primeiros seculos, a linha divisoria extensissima com que Pombal, inspirado por Alexandre de Gusmão, fixou o accôrdo de 1750, revigorado depois no tratado preliminar de S. Ildefonso (1777).

E não é só. Bem sabeis que o territorio do Acre foi incorporado ao nosso país, durante as décadas republicanas, depois que sertanejos, batidos pe'as sêccas do Nordeste, realizaram o milagre de uma outra epopéa anonyma em nossos tempos. Ahi tendes, senhores, a obra maxima de Rio Branco. Elle exigiu apenas, no limiar do seculo XX, como Gusmão fizera no anno médio do seculo XVIII, que fôssem respeitadas as conquistas anonymas dos filhos de nossa terra: *Missões* ao sul, defendendo as conquistas paulistas do seculo XVII; *Amapá*, a legitimação de nossos direitos em face de argumentos capciosos da diplo-

macia francesa; *Acre*, no extremo nordeste, consolidando a conquista dos sertanejos cearenses naquella arremettida violenta de energia, cujo elogio, com magua, força é confessar haver partido, antes do que da nossa, de uma bocca estrangeira amiga de nossa terra. Mas Rio Branco fez mais, senhores: elle restituiu ao Uruguay, num gesto inedito de honestidade internacional, aquillo que nos fôra indebitamente doado anteriormente. Chegavam-nos, demais, as posses honestas, e, por isso, num gesto vivo de “antithese ao príncipe machiavelico”, — na phrase do grande Rodó — realizou Rio Branco a mais bella de suas victorias: o app'auso e o respeito dos povos civilizados á ética de nossa nacionalidade.

As tres historias: os Brasís

De sorte que, como havia dito, a nossa historia patria é composta de tres historias que se superpõem e entrelaçam, espelhando as proprias terras altas, os chapadões e os taboleiros, vinculados todos á costa pelas trajectorias variadissimas de nossos rios. E, sem a historia dos jesuitas, ainda por ser escrita, sem a historia das bandeiras, só agora em execução avançada — ficou a nossa evolução historica debilmente resumida na *historia da costa*, dos alvarás, dos donatarios, das

côrtes, dos piratas e conquistadores de nacionalidades varias em suas arremettidas dos primeiros seculos a *historia official* dos reis, em summa. E, destarte, descidos os detalhes aos pontos extremos, enquanto ficamos sabedores dos segredos, nem sempre limpos, das concubinas de Pedro I ou das gallinhas innumeraveis consumidas pela voracidade doentia de João VI, conservamo-nos na ignorancia, pasmosa e lastimavel, dos verdadeiros feitos de Antonio Raposo Tavares, do Anhanguera e de outros varios bandeirantes, atrevidissimos, no desvendarem a terra formidavel, sequiosos que estavam em encontrar o ouro que a natureza escondia com avareza propria de gente rica; como ficamos, ainda, no desconhecimento dos lances com que foi desfeita, especialmente no nordeste, a penetração dos missionarios, ficando o tapuia naquelle sector enormissimo em que se conservam até hoje, como mostrou Theodoro Sampaio, os proprios nomes daquellas antiquissimas localidades indigenas missionadas.

E, igualmente, perdemos os traços da conquista ao longo do S. Francisco, rio que constituiu a pedra basilar da união imponentissima effectivada entre as gentes do norte e as do sul. Porque, não ha negar, o vazio de nossa historia nesse relato é vergonhoso. E, por isso, pela carencia de dados, pelo silencio com que os historio-graphos "enterraram" o S. Francisco, apagan-

do-o de nossa geographia historica, ficou esquecida aquella causa magna reguladora e mantenedora da União tornada possivel dentro do Imperio. Porque tudo indicava e tramiava a desaggregação: o espirito do federalismo das capitancias; a dualidade do governo inicia!; a diversidade de processos de conquista do solo (missões abnegadas ao norte, bandeirantes destruidores da catechese ao sul); a differenciação de climas; a inversão interessantissima de invernos (chuvas), como primeiro observou Liaís, entre o Sul e o Nordeste; as difficuldades de navegação (ventos) impedindo a união ao longo da propria costa, como apontou Southey sagazmente (naquele ponto em que explicou a subordinação directa do Pará a Lisbôa e não á Baía ou ao Rio); a deficiencia e irregularidade de colonização portuguesa; o desequilibrio entre as regiões menos escassamente occupadas; a variedade de culturas; e, sobremodo grave, a febre do ouro e dos diamantes, deslocando abruptamente a séde do governo da Bahia para o Rio. E, mais ainda, a conquista sulina para baixo de Cananéa, pela costa, e de Piratininga, pelo interior, feita á revelia da côrte portuguesa, e, demais, em contacto franco com os espanhoes durante mais de meio seculo, como demonstra o episodio de Amador Bueno naquelle gesto dos paulistas denunciador do interesse pequeno pela de-

nominação portuguesa naquelle tempo em que a restauração era festivamente recebida ao Norte.

De resto, os maiores e melhores depoimentos históricos tornam bem flagrantes as condições propicias ao desmembramento. Quero crer que vos lembreis da palavra do grande Vieira ou daquella outra, menos pomposa e mais honesta, de Frei Vicente do Salvador, naquelles pontos em que falou do estado de independencia do Maranhão e Pará em relação ao governo geral. Dei-me eu mesmo uma vez (*"Figuras e Conceitos"*, 1924) ao trabalho de compendiar as melhores afirmações históricas sobre os *"Brasís"*, realidade concreta daquillo que no começo do seculo passado era abstractamente apenas tomado como um todo unico, o *"Brasil"*, por aquelles que os governavam e exploravam. E lá cataloguei, então, as observações sagacissimas de Southey ao apontar as *condicionaes perigosissimas* attentadoras da unidade desejada, apesar do optimismo contumaz desse verdadeiro *"pae de nossa historia"*, optimismo proprio, aliás, de quem não palmilhára o nosso solo; o julgamento severo de Saint-Hilaire, prevenido a repetição, na costa do Atlantico, daquella desagregação que se processára nas colonias espanholas depois da Independencia; a *"descoberta"* histórica de Martius, apresentando a differenciação dos quatro *nucleos basicos brasileiros*, denunciadores da falta de homogeneidade social e de

unidade politica, descoberta que, intelligentemente trabalhada por João Ribeiro, trouxe a remodelação de nossa historia patria, logo depois ampliada, aliás sem referencias, por Capistrano de Abreu e Rocha Pombo; a summula do relato de Varnhagen, autor, não do titulo de sua obra ("*Historia da Independencia*") mas sim, como honestamente confessou, *das historias das independencias das provincias*, tanta era a precariedade das ligações politicas daquella época, emancipadas que fôram então as provincias sem unidade. E recordei, ainda sem detalhar, o apoio tacito sobre essa mesma falta de unidade em que rdundam os quadros parcellados, que nos fôram deixados por Armitage, Eschwege, Mawe, Luccock, ao sul, e Koster e Tollenare, ao norte, em que não fôram esquecidas as impressões de perigo que colheram todos elles, estrangeiros, visitando a nossa terra e conhecendo de perto (o que não fizera Southey) as insufficiencias organicas de um país extensissimo, gozando de pouca penetrabilidade, escassamente povoado, geographicamente diferenciado, desorganizadamente administrado, desigualmente evoluído e aparelhado, em summa, sobre o qual pairavam ameaçadoras as possibilidades gravissimas de um desmembramento politico. Nem esqueci a exposição de Oliveira Martins durante a segunda metade do seculo passado, insistindo ainda pela *dualidade do Brasil*; nem, tão pouco, os escritos modernos de Oli-

veira Vianna, que nos legaram todos, cada um por sua parte, completando e ampliando o esboço inicial de João Ribeiro, a *verdadeira consciencia da nossa propria historia patria*.

E esqueci, todavia, de citar um projecto originalmente comico (denunciador do ambiente da época), de Silvestre Pinheiro Ferreira, aquelle portuguez diplomata e publicista para aqui emigrado, e que em 1843 propunha a Pedro II nada menos do que a “divisão do Imperio do Brasil em cinco monarchias confederadas” (Mello Moraes, “*Historia das Constituições*”, 1871).

Não fiz, de resto, naquelles trechos, nenhuma referencia á obra silenciosa e notabilissima do grande “solitario de nossas letras”. Lembro-vos, porém, agora, com emphase, o nome illustre de Tavares Bastos, o grande critico dos vicios do Imperio, uma das mentalidades mais robustas de nossa raça, aquelle grande espirito queimado aos trinta e poucos annos, depois da realização de uma obra opulenta que não tem sido lida — e menos ainda citada — como devêra. Tavares Bastos foi o pae, em verdade, dos escritos politicos nacionaes em que foi firmado e provado o nosso *federalismo organico*, reflexo seguro do regionalismo peculiar ao nascimento e crescimento de nossos núcleos de população.

O assombro da unidade

Certamente, “o maior assombro de nossa historia é a unidade nacional”, como disse Tristão de Athayde, ou, como affirmaram Oliveira Vianna, Ronald de Carvalho e Pontes de Miranda, em outros termos, recentemente; e nem eu vejo maior affirmação de força dos melhores escritores de minha geração do que nesse respeito com que olham o passado, circumspectos quanto á gravidade do presente, mas corajosos nas promessas de realização para o futuro, como provaram juntos, mas sem conchavos, reunidos em tórno de um livro, grande e honesto, que não lembra nenhum outro dentro de nossa historia, porque elle é, de facto, o livro de uma geração, representando por isso mesmo uma opinião collectiva sem os prejuizos proprios das forças que pensam e actuam sem coesão (“*A' Margem da Historia da Republica*”, Inquerito por escritores da geração nascida com a Republica, 1924).

Mas aquelle assombro de que falaram os nossos, logo augmenta no confronto de paralelo com a historia das demais colonias americanas. Sentiu-o bem Oliveira Lima, no grande quadro em que ambientou o evoluir de todas as nacionalidades americanas, aquelle grande espirito que, sem nenhum onus, só tem dignificado o nosso

nome e a nossa cultura nos países de civilização mais avançada.

Presumo serem bem raros aquelles que não vêem, na vinda de João VI e na Constituição subsequente do Imperio, motivos veementes aniquiladores daquelle federalismo ingenito e robusto reportado em 1817 e 1824, sem falar nos outros movimentos, anteriores e posteriores, de não menor audacia. De igual sorte, supponho serem escassos, apesar da zoeira de alguns iconoclastas barulhentos, aquelles que não vêem em José Bonifacio a intelligencia culta, domando o ímpeto aventureiro de Pedro I, permittindo, pela clarividencia de seu espirito, pela austeridade de sua figura centralizadora e pela força de seu saber, a transição politica pacifica, difficil e perigosamente executada — do 7 de Setembro de 1822 ao 7 de Abril de 1831, sem a qual teria talvez o Brasil, no fim do primeiro quartel do seculo XIX, estrçalhado a sua unidade politica imponentissima.

“A figura de José Bonifacio é, de facto, inconfundivel: só elle, educado na Europa, onde aprendêra a ver e a sentir o Brasil como um todo, sem nenhum espirito regionalista, poderia ter feito aquella obra eminente que lhe garante o titulo insigne de patriarcha: José Bonifacio evitou, de facto, a transição violenta, com o perigo ameaçador da guerra externa e civil, dominando o ambiente de seu tempo: monarchico, por perceber

prematura a Republica, elle não teve nenhum receio de estreitar relações com os portuguezes que nos governavam, porque elle se sentia o maior brasileiro de então, aquelle em que estavam mais vivas e robustas as fibras da nacionalidade incipiente". (V. L. Cardoso, "*Figuras e Conceitos*", 1924).

Supponho, porém, que sem o *caminho interior* do S. Francisco, todo aquelle desejo ardente de estabelecimento e conservação da unidade tivesse redundado em simples traços nagua, logo apagados de nossa topographia historica com a facilidade com que os acontecimentos sociaes dissolvem, muitas vezes, os traços dos desenhos e projectos officiaes dos governantes. Ilusões, haveriam de ter sido, "aradas scòre as ondas do mar", como disse das idéas que não vingam aquelle genio forte de Bolivar, que não conseguiu manter a unidade daquellas terras que não haviam sido, senão escassamente, coésas durante a propria Colonia. E o parallello se impõe de chòfre. Nem a continuidade dos desejos da mãe patria, nem a uniformidade das riquezas exploradas pelos colonos, nem o genio de Bolivar, conseguiram, de facto, fixar a unidade, fraccionado que estava o todo, por não ter ligações senão instaveis, difficilimas que eram as estradas interiores, bisonhas as communicações maritimas á mercê da inconstancia dos ventos, e inexistente um *caminho inte-*

rior qualquer *andante* que acompanhasse, corrigindo pela fixação interior das gentes, a discontinuidade das occupações insuladas da costa imensa.

E, no entanto, o S. Francisco — aquella "dádiva opulentíssima da natureza — não mereceu a atenção da nossa história. Esqueceram-na, mesmo, aquelles que admiraram o assombro da unidade, invocando causas mais pomposas e menos verdadeiras.

A terra é o esqueleto dos organismos sociaes, eis a maior e mais harmoniosa descoberta sociologica do seculo passado, só attingida, com sacrificio, depois de affirmações isoladas ou exaggeros prejudiciaes sobre as raças, os climas e os alimentos humanos. O S. Francisco é a coluna magna de nossa unidade politica, o fundamento basilar que reagiu e venceu todos os imperativos caracterizadamente centrifugos offerecidos pelo littoral. Porque, enquanto os federalistas republicanos da costa norte reagem aos monarchicos unitarios, do sul nos começos do seculo XIX, aquelle caninho interior já havia fixado as migrações, quer do sul quer do norte, naquellas caravanas anonymas que se repetem ainda hoje nas arremettidas dos bahianos que vão fecundar a riqueza dos cafezaes paulistas, e nas peregrinações dos mineiros que vão ao Bom Jesus da Lapa, ou, muito

mais longe, aos fundões do Ceará por occasião das romarias.

“Descobrir” o Brasil é conhecermo-nos...

Quando penso na costa sem ligações estaveis mesmo hoje — entre Bahia e Rio de Janeiro — quando rememoro o character precario da navegação á vela de outrora, durante os primeiros seculos de nossa historia, quando compreendo o valor do *caminho andante* que o S. Francisco representa no intercambio entre os bandeirantes do sul e os do nordeste, eu avanço sem nenhum temor de erro, que sem aquelle rio, sem *aquella estrada natural interior*, teria sido impossivel manter a unidade de nossa patria, unidade contra a qual se insurgiram sempre gravames causticantes, em face dos quaes teria sido impossivel o desejo dos politicos e estadistas se não tivesse existido aquelle laço cosmico de ligação fundamental, vinculando, desde a colonia, o Sul ao Norte do país.

A ignorancia do passado do S. Francisco explica falhas fundamentaes e lamentaveis de nossa propria historia patria. A ignorancia do presente daquelle valle exprime e exemplifica, ao mesmo tempo, esse perigo, largo, em que temos incorrido tantas vezes, vivendo no littoral, mas pen-

sando, de contínuo, como se a nossa cabeça estivesse... na própria Europa.

“O desconhecimento do grande valle do S. Francisco symboliza e concretiza, como nenhum outro, a ignorancia que sobre as terras e gentes interiores, conservam os centros cultos littoraneos”.

“Não cuide o leitor que devaneo ou exaggero nessa insistencia com que o venho irritando para dizer, por conta tambem propria, da exuberancia de provas em que se alteia aquella ignorancia estulta, sobre a nossa terra e as nossas gentes interiores, denotando, aberrantemente, uma inópia mental aterradora”.

“Eu pergunto, singelamente: poderia haver argumento mais decisivo, se ainda perdurassem duvidas sobre aquella ignorancia, do que a teimosia com que se tem falado em ligar por via ferrea a Capital ao extremo norte, desprezando, portanto — num país em que é carissima a construcção ferroviaria — aquelles 1.300 kilometros de navegação franca e soberba que separam Sobradinho (a 40 km. a montante de Joazeiro e Petrolina) de Pirapóra? Hontem, era a imponencia do projecto ousado da Pirapóra-Belém (estudada; 2.500 km. aproximadamente, 300.000 contos de orçamento provavel) estirada pelas terras immensas e vastas do Goyaz longinquo. Hoje, pelo sabor da novidade, a insistencia de traçados nos

papeis dos mappas (projectos de ligação do ramal de Montes Claros a Joazeiro, “parallelamente” ao S. Francisco!) parecendo desconhecer de todo aquella dádiva immensa que a natureza nos legou sem nenhuma avareza de donataria”.

“Não lembro, aqui, os rios muitos que um pontilhado medroso dos mappas mal encobre a trajetoria segura por fixar ou descobrir ainda. Não rememoro, tão pouco, as descobertas portentosas de Rondon, associando, desprendidamente, na sua gloria, o nome ousado de Roosevelt. Nem recordo os mysterios da Amazonia, onde “o espaço é como o espaço de Milton, que se esconde em si mesmo, como opinou Euclides ao defrontal-a. Mas insisto sobre o desconhecimento do valle do S. Francisco, porque elle torna flagrante, mais do que qualquer outro trecho do nosso sólo, essa falta de lastro perigosa com que caminhamos para o futuro, deixando ao lado da nossa trajetoria tumultuaria os marcos inglorios em que se registam e archivam, com bruteza, as nossas proprias incapacidades de commando e direcção. É contrista, de facto, rio tão imponente como aquelle, valle-celleiro tão digno de outra sorte, trafegado por calhambeques tão modestos”... (V. L. Cardoso, “*Figuras e Conceitos*”, 1924). Dos sertões de um trecho do S. Francisco, trouxe Euclides um livro formidavel e, mais, energias revigoradas para commettimentos não menores.

Os sertanejos forjaram o drama violento dos sertões de Canudos; Canudos exigiu um livro: o livro fixou depois um estylo brasileiro.

Continuemos, pois, honestamente o descobrimento de nossa terra e de suas gentes interiores em boa hora encetado pelo arremesso atrevido de Euclides da Cunha. Não para aprender com os nossos sertanejos o seu falar estropiado, o seu cantar sonoro, mas ingenuo, ou as suas fabulas mestiças, espalhando a mestiçagem violentissima do proprio homem. Mas para compreender que carecemos de educal-os, nacionalizal-os, integral-os, em summa, á nossa propria civilização do littoral.

O resultado a colher por aquelles homens de consciencia, que penetrarem os nossos sertões, as nossas terras e as nossas mattas, será farto e seguro. Por menos que o não queiram, haverão de compreender, então, as responsabilidades formidaveis que lhes pesam sobre os hombros, quaes aquellas decorrentes de se sentirem chamados, no momento presente, a serem os emissarios intellectuaes nas cidades littoraneas dos milhões de analfabetos de letras e de officios que vegetam nos latifundios enormissimos do país. Nesse sentido, sem nenhum esforço quase, qualquer um de nós poderá ter milhões de eleitores, quando quiser, criando, por si mesmo, energias respeitabilissimas, quaes aquellas que synthetizam e symbolizam

as forças incultas dessa massa amorpha dos milhões de analphabetos perdidos, sem coesão, naquellas terras extensissimas de nossa patria.

Penetremos o sertão, para revigorarmos-nos, nessa nova "*bandeira de nacionalismo*" de nosso seculo, de que falou a intelligencia culta de Afranio Peixoto, mas varemos os nossos rios e percorramos as nossas terras com o espirito formado de homens cultos, como o fizeram Martius, Spix, St.-Hilaire, Eschwege, Reclus e Agassiz e como realizou Euclides; aprendamos a conhecer a terra, para construir para o futuro os destinos de nossa propria nacionalidade.

"Não nos illudamos. Encaremos, face a face, a verdade sombria que nos atormenta por mais que a queiramos evitar. Confessemos:

"O Brasil é o symbolo concreto de todas as nossas riquezas em potencial para o futuro. Porém elle é, também, o symbolo vivo de todas as nossas difficuldades gravissimas e tenebrosas do presente.

Descobril-o é conhecermo-nos... (V. L. Cardoso, "*Figuras e Conceitos*", 1929).

Tempo é já chegado de comprehendermos que somos aquillo que fatalidades cosmicas e historicas vêm exigindo que sejamos sem remissão escapatória, sem nenhuma alternativa de duvida, sem nenhuma possibilidade de evasiva: *americanos e brasileiros*: americanos por não sermos euro-

peus, apesar do desejo mal velado de muitos de quererem ser europeus bem transplantados...; brasileiros, pela civilização latina com que foi alimentada historicamente e espiritualmente o nosso determinismo cósmico tropical nesta pátria imensa em que se chocaram, sem repulção pela primeira vez no mundo, homens de todas as cores, representantes das raças as mais diversas.

Creio que atingimos um divisor de águas de nossa história, diverso daquele de que nos falou Nabuco em sua obra mestra. Ecoam pelos chapadões ensolarados, pelos vales opulentos e pelas vertentes rudes — verdejantes umas e agrestes outras — aquelles tumultos robustos em que se resumiram as lutas heroicas do homem contra a terra conquistada.

Vingámos, bem ou mal, a subida perigosa de quatro séculos de palmilhar inseguro e inconsciente. Agora, descansados, por um momento, nessa alegria inopinada de horizontes largos e descampados do viajor que vem de alcançar o planalto alto e vasto, esquecemo-nos dos trabalhos asperrimos e tenebrosos que nos aguardam de soslaio. Festejamos então, como crianças, com foguetes caros, sem attendermos que, no Brasil, *commemorar o passado deve significar implicitamente projectar para o futuro.*

“Estamos, de facto, condemnados á civilização”. “Ou progredimos ou desaparecemos”,

como opinou Euclides naquelle seu livro mestre anterior áquelles escritos outros, em que com maior calma e mais certeza vaticinou que haveremos de ser “uma componente nova entre as forças cansadas da humanidade.”

Mas não seremos nós mesmos a carne de nossa carne, o espirito de nosso espirito, sem que saibamos fundir numa *consciencia nacional* “a politica de nossa raça, ou de nossas raças, de nossa indole, de nossos proprios destinos”, como disse a voz austera e amargurada de Alberto Torres, a figura eminente vencida na batalha do silencio, o estadista gorado sem ambiente que lhe tivesse feito espocar o seu genio de politico, deflorando as energias do seu espirito masculino.

E nem nos esqueçamos de que: “*Examinados, serena e severamente, os acontecimentos que exigiram a instituição da Republica, força é convir na verdade contida na asserção humilhante: a Republica não trouxe nenhum idealismo congenito: consequencia politica da evolução social sob o ideal abolicionista, o novo regime fixou, apenas na carta constitucional, pequenas ideologias, sem deixar sequer esboçado o verdadeiro idealismo organico e constructor nacional.*” (V. L. Cardoso, “*Affirmações e Commentarios*”, 1925).

A' margem do dominio
espanhol no Brasil

A' MARGEM DO DOMINIO ESPANHOL NO BRASIL

A A c á c i o F r a n ç a

I

Os historiographos nacionaes, ao modelarem a historia do Brasil, incorreram num engano lamentavel e estranho: esqueceram-se nada menos do que da epopéa da conquista da propria terra...

Presos aos processos historicos europeus, repetiram aqui a historia das instituições e da administração, desde a Colonia até ao Imperio, sem se aperceberem, todavia, da novidade esplendida com que o homem no Brasil havia illustrado a conquista da propria terra.

Certamente, sabiam elles que a historia dos povos começa sempre numa epopéa, a "sagração" de uma nacionalidade que vae nascer, o "baptismo" de um organismo social que vingará com o evoluir dos tempos. E pesquisaram. Procuraram, mas não acharam. Como encontrar, se procuram nos papeis europeus aquillo que lá não fôra senão escassamente averbado, concretizado que ficára no proprio sólo com o descobrimento e a conquista da terra immensa?

A historia brasileira dos archivos portugêses era a "historia da costa". Nem podia ser outra, escassa que foi a penetração official da terra brasileira. Demais perigosa. Duas vezes perigosa. Uma, por incidir no ajustado no tratado de Tordesilhas (1494), acceita como fôra "a raia" limitrofe com os dominios da Espanha; outra, por não ser rendosa, desesperançados que ficaram aquelles que fôram ou que mandaram que se fizessem as primeiras "entradas" ao norte pela terra a dentro.

A conquista da terra no Brasil foi, antes de tudo, "*particular*". Contrastando com o officialismo régio dos descobrimentos e com a repartição régio-feudal da terra descoberta em nome da corôa, o núcleo mestiço de habitantes concentrado no planalto de Piratininga executou a sua grande epopéa aventureira por conta propria, particularmente, independentemente dos desejos da mãe-patria.

As capitánias haviam sido doadas: nellas, pois, installados os aulicos com suas nobrezas, titulos, escravos, direitos, privilegios e regalias. E, apesar da enormidade da terra naquella costa immensa, sobre que se contaram as leguas de doação, accomodaram-se mal tantos direitos e posses em tão vastos latifundios... Cêdo vieram, sem despacho, de Portugal, o "drama e a tragedia", como opinou João Ribeiro, fundindo no seu re-

lato aquillo que a intelligencia de Oliveira Martins com mestria havia observado, anteriormente, como resultado dos primeiros tempos de dominio iberico: o “drama” para as colonias espanholas e a “tragedia” para as terras portuguezas.

Estava toda a costa praticamente tomada... As capitánias, porém, não vingaram. De Portugal, vinham poucos colonizadores, presas que estavam as melhores energias ao encantamento natural das riquezas esplendidas da India. Escassa a contribuição de ilhéus, julgada, aliás, oportuna desde cêdo, e talvez mesmo a mais valiosa, por vir experimentada da cultura da canna e não do trigo ou do centeio.

João III intervém, instituindo o governo geral (1549), interessando-se directamente pela terra americana, já que não eram poucos os perigos á mercê dos quaes vivia a colonia, visitada que se tornava pela pirataria européa cedo insufflada. Continuava a colonização da costa, apenas. Demais, honestamente, insistia sempre com cautela o rei, em respeito ao tratado de Tordesilhas, dando instrucções aos seus subditos para que não violassem aquelles limites, que sempre ficaram praticamente vagos, apesar da precisão com que, theoreticamente, haviam sido retalhadas, com endosso do papa, as terras novas do globo entre as corôas de Portugal e Espanha.

João III lançou, em summa, os fundamentos da “fazenda portuguesa” (Oliv. Martins) ao norte. Portugal estaria, porém, em breve exaustão; fôra grande demais a gloria da epopéa marítima e terrestre por nação de gentes tão escassas. Cêdo, veio a “syncope” em terras africanas (Alcacer Kibir, 1578) e com ella, logo depois, a dominação espanhola em terras portuguezas (1580).

Lucrou o Brasil. Perdia o reino e ganhava a colonia. A unificação de uma só corôa apagou o pesadelo da “raia” de 1494. As primeiras “entradas” officiaes definitivas ao norte datam, de facto, dessa época. Não havia mais o receio de invadir o alheio; e havia, de outro lado, a esperança de encontrar nas terras voltadas para o Atlantico aquella mesma fartura de ouro com que se enriquecêra a Espanha ao tomar conta da costa do Pacifico. O colono penetrava o interior e alargava a conquista da costa. As datas são symptomaticas. Não ha fugir á confissão do beneficio. Notou-o um historiador robusto. E’ uma questão de honestidade apenas no enfileiramento das datas. “A expansão geographica da colonia portuguesa pelo littoral estendeu-se de Itamaracá até o Amazonas, em trinta e dois annos, desde 1584 — conquista da Parahyba — até 1616 — occupação do Pará; toda essa enorme região estava, desde o descobrimento, inteiramente abandonada, apesar das mallogradas tentativas de

colonizal-a, logo ao tempo das capitánias hereditárias. O Brasil attingia assim, em 1616, pelo littoral do norte, o seu meridiano extremo, que era o da linha da demarcação. E' verdade que fomos ainda além dessa linha, conquistando o Amazonas, mas esse meridiano resultava de um accôrdo com a Espanha (tratado de Tordesilhas) e Portugal e Espanha eram uma e única nação nesse tempo" (João Ribeiro, "*Historia do Brasil*").

Era o resultado benéfico ao Norte: claro, persuasivo, symptomatico. Esconderam-nos os autores portuguezes ou os historiographos brasileiros, que lhes seguiram as pegadas. Não ha porém como negal-o, insophismavelmente, registado que ficou na propria historia da conquista da nossa terra numa ampliação veemente de domínios da Colonia, quer em extensão pela costa, quer nas primeiras penetrações parciaes pelo sertão. Demais, mesmo antes do dominio da Espanha, já ficára archivado o auxilio particular espanhol na pesquisa do ouro, durante as primeiras investidas pelo sertão bahiano: a expedição de Espinosa, 1555, que talvez tenha attingido, depois de seguir o curso do Jequitinhonha, o proprio valle do alto S. Francisco. E era de todo natural o recurso ao "faro" dos espanhóes para a tentativa das descobertas das minas, treinados que estavam elles, com o que haviam encontrado em terras voltadas para o Pacifico.

Poderá, porém, objectar o leitor que a dominação espanhola, apesar daquelles beneficios todos, perfunctoriamente lembrados, redundou em prejuizo grande, trazendo, como foi o caso, a guerra e a invasão dos hollandêses no nordeste. Esse foi, de facto, o motivo invocado pelos Países Baixos como direito á conquista da colonia americana, já que eram hostís naquelle tempo as suas relações com a metropole espanhola. E, pelo menos, o movel da guerra, apresentado e desenvolvido no relato de Barloeus, obra historica fraca, muito mais respeitada pelos que a citam do que propriamente pelos que a conhecem de leitura. Quero crêr, porém, que essa tenha sido uma “razão diplomatica” apenas. O motivo da cobiça era maior, bem maior, sendo por aquella época, como era, o nordeste brasileiro a “maior região do globo productora de assucar”. Encontrei essa informação interessantissima, desconhecida em nossa historia, num autor moderno de todo insuspeito: um hollandês preocupado apenas com a historia do assucar (“*The World's Cane Sugar industry*”, H. C. Prinson Geerlings, 1912, Amsterdam), que por certo a colhêra nos archivos hollandêses melhor pesquisados do que o fôram por Netscher e José Hygino (1).

(1) A' Margem da Historia da Insurreição Republicana de 1824», em «Vultos e Idéas», 1924 — V. L. Cardoso, ed. do «Ann. do Brasil».

Portuguesa ou espanhola que fôsse a Colonia, a cobiça seria a mesma; a febre, a fome européa pelo assucar, forçando a conquista do seu maior centro productor. Demais, estava aberta a luta veemente entre o “commercio livre” e o “monopolio official”, como entre nós explanou com mestria João Ribeiro. Duas escolas, duas épocas, dois principios antagonicos que se enfrentavam em pleno seculo XVII, quando a doutrina de Grotius, da liberdade relativa dos mares, vencida a doutrina papalina que dividira, nos ultimos annos do seculo XV, os grandes oceanos (extra europeus) do planeta entre as duas nacionalidades ibéricas. A guerra, pois, viria de qualquer fórma, notavel que era a presa cobiçada. Demais, se não fôssem os hollandêses os autores do plano de conquista — por serem os mais apparelhados pelo que aprenderam, quando subjugados pelos espanhóes — não faltariam outros candidatos. . . Mesmo em terras brasileiras, ora ao sul, ora ao norte, francezes e inglêses mostraram que não lhes era pequeno o desejo de posse ou de commercio da colonia americana. E, já de longe, frei Vicente do Salvador sustentava a these, ampliada depois por Capistrano de Abreu, da vantagem dessa constancia da cobiça estrangeira ás nossas terras: cada pirata, cada tentativa de conquista estrangeira determinava, de facto, uma reacção portuguesa: uma expulsão, uma posse revigorada, uma con-

quista nova. A terra era grande demais, imensa a costa: desse modo, o organismo incipiente não reagia por si mesmo ás suas próprias insufficiências: “defendia-se apenas, quando atacado, externamente”. . .

Desse modo, conquistado o nordeste por holandêses a espanhóes ou a portuguezes, o resultado seria o mesmo, já que, na expulsão subsequente, foi a “terra”, com o homem nella acclimado, quem maior parcella de força forneceu na reconquista, mesmo quando abandonada a causa ingrata pelo reino.

Esse o beneficio, ligeiramente aqui apontado, da dominação espanhola: ao norte, a ampliação da conquista da terra, pela cósta, em extensão notavel, e pelo interior, em tentativas organizadas de penetração apesar do minguado dos resultados, um contacto mais decisivo com a bruteza do sertão nordestino.

Ao sul, porém, foi interessante e muito mais benefico ainda o resultado da dominação espanhola no Brasil colonial.

Rio — agosto — 1925.

A' MARGEM DO DOMÍNIO ESPANHOL NO BRASIL

II

Quanto ao Sul, fôram maiores ainda as vantagens decorrentes da unificação das duas corôas ibéricas. Raciocinemos, friamente, sobre os factos, com calma de espirito exigida por mais de tres seculos de sedimentação historica.

A capitania de S. Vicente — doada a Martim Affonso — começava em Cananéa: esse era, pois, o limite austral da Colonia portuguesa americana, limite acceto por João III, quando honestamente quis respeitar o tratado, embora elastico, de 1524. Theoricamente, a raia estava definida com precisão rigorosa. Praticamente, porém, sem locação pelo interior, o limite das duas colonias ia sendo tecido de duvidas, de parte a parte. Todavia, sabiam os colonos do planalto, os primeiros povoadores de Santo André e de Piratininga, que não muito além de suas terras passaria a raia divisoria dos limites com Espanha: sabiam do respeito do rei pelo accôrdo de Tordesilhas e, por isso mesmo, satisfaziavam-se em adiar a penetração pelo sertão. Demais, não era facil

a empreitada. Destarte, a aggressividade da terra e do indio reforçava aquelle impedimento.

Mas, depois da dominação espanhola, transmuta-se a situação da colonia. Clandestina até 1580, a influencia espanhola nos sertões paulistas torna-se depois franca e publica, aproveitando como foi, de communi accôrdo, o caminho de penetração ao Paraguay, em sentido inverso áquella trajectoria ousadissima com que o allemão Schmi-del alcançara o Atlantico, partindo das margens do Paraná.

Reporto-me a dados detalhados e insophismaveis endossados por Affonso de E. Taunay — a maior autoridade nossa no assumpto, compendia-dor robusto da grande obra sobre as *Bandeiras Paulistas*, para a qual tem devotado os seus talentos e capacidades de historiador. E' toda uma série em pleno desenvolvimento: "*S. Paulo nos primeiros annos*", 1920; "*Na era das Bandeiras*", 1920; "*Collectanea de Documentos da antiga cartographia paulista*", 1922; "*Annaes do Museu paulista*", t. I, 1922; "*Historia Geral das Bandeiras paulistas*", tomos I e II, 1924, 1925.

A historia patria registava, até então, dados escassos, medrosos, isolados: relações entre espanhóes e portuguezes nas proximidades de Guayrá, a travessia terrestre do Governador do Paraguay, Nuno Cabeça de Vaca (1540), desembarcando em Santa Catharina e aproveitando parte do cami-

nho português de Piratininga a Guayrá; a represália de Thomé de Souza em 1553, mandando fechar e vigiar aquelle porto de desembarque espanhol; as instrucções das autoridades espanholas no Paraguay ou dos portugueses em S. Vicente e Piratininga, insistindo em dever ser seguido para os colonos espanhóes o caminho fluvial do Prata, como trajectoria, visando o Paraguay; e, finalmente, indicações vagas sobre a attitude de benevolencia ou applauso tacito com que os colonos espanhóes do Paraguay viam e acompanhavam o ataque, saqueio e expulsão dos paulistas ás missões jesuitas. Mas tudo isso, confusamente, medrosamente, duvidosamente. Coube a Taunay, apoiado em documentos espanhóes, recentemente tornados publicos em sua obra, reconstituir as relações de outrora, fixando a grande influencia benefica, exercida, directa ou indirectamente, em São Paulo, em consequencia da dominação espanhola em Portugal.

Certo, desde antes de 1580, existiam relações entre espanhóes e portugueses, em alguns pontos, facilitadas, aliás, pelo facto de serem portugueses alguns dos missionarios do rio Paraná, apagadas como estavam então entre os jesuitas as noções de patria e nacionalidade. Por outro lado, desde 1552-53 fizera Ulric Schmidel a travessia terrestre do Paraguay a S. Vicente, o que sobremodo facilitou as incursões dos paulistas em sentido in-

verso. A historia regista, de facto, a presença de escravistas de S. Vicente, desde 1554, na região de Guayrá. Demais, a atenção exercida sobre os espanhóes por S. Vicente e Santos não podia deixar de ser intensa, como portos de exportação de as-sucar, fechados que lhes estavam a Bahia e Pernambuco, naquella época, e escassissima que era a produção em suas colonias americanas, onde a febre do ouro, facilmente achado, não permittia o estabelecimento da agricultura como nas terras da colonia portuguesa trabalhada pelos ilhéus aqui emigrados.

Faltam-nos dados sobre esse ponto interessante, mas comprehende-se que assim devia ter sido. E, como remate, accrescentamos, o frio intenso da embocadura do Prata afugentava, durante uma parte longa do anno, os colonos desprotegidos e sem habitos de supportal-o, fomentando desse modo a teima dos espanhóes em procurarem alcançar por terra o Paraguay, varando os sertões paulistas. Não faltavam, pois, motivos de aproximação; antes sobejavam: havia, porém, a separação official, cujo respeito mantido era uma *garantia* da parte dos portugúeses, abertos que ficariam então os direitos ao desrespeito em outras colonias da Asia terrivelmente cobiçadas. Portugal respeitava na America, para ser respeitado, no Oriente.

Mas, depois de 1580 se transmuta a situação, rapidamente, e, embora com muito acerto, tenha a Espanha conservado em seus postos as autoridades portuguesas, compreende-se a diversidade de situações então criadas.

E tanto assim foi, que Affonso de Taunay acaba de apresentar provas robustas nesse sentido, apoiado em documentos espanhóis (inéditos varios delles, copiados dos archivos de Sevilha) recentemente apenas tornados publicos. Observo, todavia, ao leitor, a isenção de animo desse autor, por isso que não foi por elle sustentada a these a que me venho referindo aqui sobre o *beneficio daquela influencia castelhana em terras brasileiras*, preso que ficou naturalmente o seu espirito, tão somente, á descripção chronologica paciente dos eventos.

Abundam as provas. Compendiou-as Affonso d'E. Taunay em seus dois volumes ultimos, tomos primeiros de uma obra em plena realização (*"Hist. Geral das Bandeiras Paulistas"*, I, II, 1924-1925). Convém, especialmente, fixar as mais importantes. Visita em 1603 de Villari-guenhos a Piratininga para ajustarem a conservação de um caminho commum entre as duas povoações; contacto interessantissimo entre Luís de Céspedes Xéria (1628) e os bandeirantes paulistas, acompanhado que por elles foi até até Guayrá

por ocasião de sua viagem para Ciudad-Real e Villa-Real: “notabilissima a effusão de sangue castelhano em S. Paulo” (tom. I, pag. 125) documentada pelos proprios nomes de bandeirantes paulistas de origem espanhola; falta de hostilidade por parte dos colonos espanhóis do Paraguay aos ataques dos paulistas ás missões jesuitas (João Ribeiro, Rocha Pombo), incentivando e aplaudindo indirectamente aquella penetração; notavel protecção de Céspedes, Capitão Geral do Paraguay, aos paulistas, impedindo não só aos indios *mas tambem aos jesuitas o uso de armas de fogo* (tomo II, pag. 24, 50); “não podemos crer não tenha havido entre Luís de Céspedes e os apresadores de indios formal accôrdo”; “já estivemos inclinados a pensar de outro modo, mas hoje, conhecidos de documentação nova e abundante, não nos parece possivel deixar de ter a Céspedes como cúvido e destituido de escrupulos” (tomo II, pag. 169).

Essa questão das armas de fogo foi evidentemente categorica. Na America, foi sempre esse o instrumento — como primeiro observou Montesquieu — que permittiu a victoria de dezenas de ibericos sobre milhares de indigenas, mesmo os melhores, organizados como estavam os do Mexico e do Perú. O largo relato de Taunay vem mostrar justamente que as missões jesuitas fôram sempre assaltadas, quando desprovidas daquelle

elemento imprescindível de defesa. A excepção começa apenas em 1639, preambulo do “tremendo desastre paulista” de Mbororé (1641), em que os bandeirantes encontravam os jesuitas armados até mesmo de um canhão.

Mas que melhor argumento global poderia haver do que esse relativo á *affirmação de que a historia das bandeiras paulistas do sul foi archivada e mdocumentos espanhóes*, vazios que ficaram sobre o assumpto os archivos portuguezes?

E que outra contraprova melhor poderia existir do que aquelle desejo de *autonomia* em 1640 com a tentativa mallograda do governo offerecido a Amador Bueno? Pois não ficou nisso flagrante a influencia espanhola até então exercida sobre as gentes dos planaltos paulistas?

De facto, o prurido de autonomia não era senão uma reacção á submissão portuguesa, recebida ao sul que fôra com frieza e indifferença a restauração da monarchia em Portugal, tão festivamente commemorada por todo o resto da colonia americana.

Ha, porém, mais.

Foi a propria influencia espanhóla que orientou e estimulou as bandeiras paulistas na conquista do sul ao longo do grande valle do Paraná e do Uruguay. Raciocinemos com isenção. A alma *das bandeiras* viera formada da peninsula iberica: era a ousadia latina em seu pleno apogeu de glo-

ria: em terra ou no mar, era o mesmo ardor em desvendar o mysterio, em fecundar a virgindade das florestas, ou em desvirginar até o mysterio dos oceanos. Tanto assim que os primeiros bandeirantes brasileiros eram portuguezes (1). Foi portuguez João Ramalho, o precursor na investida no sertão; foi luso, ainda, Antonio Raposo Tavares, uma das maiores figuras brasileiras do seculo XVII, aquella mesma que, por ironia da sorte, ficou deslembrada, confundida e esquecida até 1905, quando Washington Luis a desenterrou do olvido e da lenda, em plenitude opulenta de realidade na sua gloria immensa de desbravador intemorato da terra brasileira. Apenas em S. Paulo, *aquella alma de bandeirante* logo se acclimou, se abrasileirou, tornou-se em summa fecunda, ampla e vivaz, cruzada que fôra com o proprio sangue da terra (2).

Demais, tudo eram facilidades. Sem a aggressividade semi-arida dos sertões bahianos ou do nordeste, logo que transpôsta a faixa viçosa litoranea, sem a rebeldia selvagem das florestas do grande valle amazonico, os planaltos paulistas convidam á conquista e penetração dos latifundios.

(1) Ou espanhóes... como *Espinosa nos sertões bahianos*. Foi espanhol ainda o primeiro bandeirante que encontrou ouro em Minas Geraes.

(2) «Entretanto, crescia uma raça de homens, ferozes sim e intrataveis, mas que, com a mistura do sangue indigena, adquiriram uma actividade constitucional e incansavel» (Southey). Igualmente assim o affirmaram Oliveira Martins e João Ribeiro.

Transpôsta a serra do Mar, bem menos aspera do que nas adjacências da baixada fluminense, o Tieté era por si o “caminho andante” dos próprios aventureiros, como haveria de descobrir um dia a intelligencia de Theodoro Sampaio, explicando, pela primeira vez, aquillo que logo depois foi repetido por Euclýdes da Cunha. no quadro em que foi differenciada a geographia das regiões sulinas em confronto com a configuração da terra, as diversidades dos processos de penetração, posse e estabelecimento dos colonos.

Reatemos agora o nosso raciocinio

Braz Cubas, em 1560 (apesar das controversias de detalhes), varou o sertão paulista na direcção de Minas Geraes, alcançando as proximidades das vertentes do alto S. Francisco. *Era o inicio.* Seria, pois o *norte* a direcção geral, normalissima, dos bandeirantes paulistas-portuguêses. Nem foi outra proximamente, convenhamos, a direcção da interessantissima bandeira (Glimmer), de 1662, levada a effeito no tempo do Governador geral Francisco de Souza, que viera com a recommendação especial de Espanha de mandar investigar as possiveis minas do Brasil.

Todavia, logo depois, na primeira metade do século XVII, a direcção se torna outra: ao invés do norte, demandam os paulistas o *oéste e o sul*. E por que? Pelas facilidades decorrentes do contacto com os espanhóes, se facilitará sobremodo a pe-

netração paulista naquellas direcções, tornada commum a espanhóes e portuguezes, a trajectoria natural do proprio Tieté. Avultam os documentos na obra de Taunay: são espanhóes os primeiros rudimentos da cartographia de S. Paulo, como é dessa origem o relato interessantissimo de Céspedes, descrevendo a sua viagem ao Paraguay por terra, facilidade permittida pelos paulistas em consequencia dos proprios papeis officiaes portuguezes por elle trazidos de Lisbôa e Rio.

Mas, no entanto, abruptamente, rompe-se depois a corrente sulina. E ha nisso uma data singularissima.

E' o seculo XVII, de facto, a grande centuria das bandeiras, mas interessante é notar a variação de direcção da ousadia dos bandeirantes accentuadamente para *oeste* e para o *sudoeste* até a grande derrota soffrida em Mbororé (1641) á margem direita do rio Uruguay (territorio hoje argentino); ella passará depois a ter como direcção especialmente o *norte* (Matto Grosso e Minas Geraes) a mesma, em summa, proximamente esboçada com energia nas tentativas audaciosas de Braz Cubas e Glimmer.

Os nossos historiographos haviam observado a mudança daquella orientação. Especialmente Rocha Pombo, que nella insistiu. Outros accentuaram, por outro lado, a anomalia do sertão de Matto Grosso haver sido devassado antes das ter-

ras altas de Minas Geraes. Mas faltava um dado importante da questão, omisso que havia ficado o desastre formidável de Mbororé, fixando por si mesmo, na historia dos bandeirantes paulistas, uma *quebra de direcção*, esmagado que foi naquella ponto longinquo e naquella época, pela reacção espanhola, o impeto conquistador dos bandeirantes.

E haverá um méro acaso naquelle encontro de data? Entre a restauração da monarchia em Portugal (1640) e a derrota brasilico-portuguêsa de 1641?

Não creio. A criteriosa exposição chronologica de Taunay permite, justamente, concluir que o desastre de Mbororé fixa, de maneira insophismavel, a reacção espanhola ao atrevimento das arrancadas paulistas. Protegidos os nossos bandeirantes, durante todo o Governo de Céspedes, pela prohibição tornada effectiva aos indios e jesuitas de não possuirem armas de fogo, aquella data é de todo symptomatica.

A reacção jesuita-espanhola começa, de facto, em 1638; a derrota paulista de Caasapaguasú foi o preambulo ao revés maior de 1641; mas força é convir que não poderia ter havido uma simples coincidencia daquellas datas historicas. Emquanto uma só era a corôa, bem se comprehende que colonos portuguezes e espanhóes estivessem de accôrdo. A situação do Paraguay lembra, de algum modo, aquella outra occorrida no Mara-

nhão, quando grandes fôram as divergencias entre missionarios e colonos. O que se pode até affirmar é que o elemento indio não chegava numa mesma zona para os dois candidatos ao seu braço agricola escravo... Eram antagonicos os processos dessa utilização. Ora, ao sul, não podendo os colonos espanhóes atacar directamente as missões jesuitas que lhes ficavam de algum modo proximas... deixaram aos paulistas a empreitada da obra. Mas, por isso mesmo que houvera um applauso áquella arrancada continuada dos paulistas (1), enquanto um só era o throno, não poderia subsistir o mesmo ponto de vista a partir de 1640, quando Portugal conseguia reaver o dominio de sua corôa.

Não existindo documentos portuguezes sobre esse episódio da historia das bandeiras, deixou aquelle desastre de impressionar os nossos historiographos, que com elle muito pouco se occuparam (2). Isso explica o nenhum interesse que

(1) Em rigor «portuguezes» como sempre chamaram os castelhanos; o adjectivo «paulista» só se generaliza em fins do seculo XVII (Taunay).

(2) Documentos paulistas e portuguezes sobre a batalha de Mbororé jámais os vimos, nem cremos existam, numerosos e circumstanciados» (Taunay, tom. II pag. 36).

Embora crevendo recentemente, julgou Alfredo Ellis Junior («o Bandeirismo Paulista e o recuo do meridiano») ter sido sceundario aquelle revés, e de «modestas proporções a bandeira paulista» que o soffreu, pag. 109, 110).

Ao contrario Affonso de E. Taunay, compulsando varios documentos espanhóes, reputa aquella bandeira como «a maior

houve no confronto daquellas datas e, consequentemente, o silencio sobre a these por mim aqui perfunctoriamente apresentada, relativamente ao beneficio que trouxe ao Brasil, ao seu crescimento, á sua expansão sulina, em summa, o dominio espanhol de 1580 a 1640.

Recapitulando as datas da conquista da costa norte e referindo-as ao periodo da dominação espanhola, concluiu honestamente João Ribeiro (*"Historia do Brasil"*, 1900), mostrando os beneficios que trouxe ao Brasil, pelo alargamento da posse da terra immensa, aquelle hiato do dominio exclusivo de Portugal em sua colonia americana.

Tivesse podido aquelle historiador conhecer a exposição de Taunay, certo estou de que haveria de ter ampliado aquella sua these, mesmo porque — bem me parece, apesar do vulto daquelle beneficio ao Norte — maior foi ainda a somma de vantagens advindas ao Sul em consequencia daquelle periodo de dominação espanhola no Brasil.

Rio — setembro — 1925.

expedição até então partida de S. Paulo, sertão a dentro»; e que «eram uns 400 homens brancos e uns 2.500 a 3.000 tupys que partiam para assaltar os *pueblos* da Companhia e, em Março de 1641, deviam soffrer a derrota terrivel de Mbororés (tom. II pag. 302), «que para sempre os afastou daquellas paragens» (pag. 308).

Diogo Antonio Feijó - Um fantasma do Segundo Reinado

DIOGO ANTONIO FEIJÓ

Um fantasma do Segundo Reinado

I

Diogo Antonio Feijó merece, em verdade, uma biographia alentada. Grande já foi o castigo soffrido, de um silencio historico aviltante. Começa em 1843 com a sobriedade de noticias sobre o seu fallecimento. Ao relê-las, treme o leitor do presente, face a face com a miseria do passado. Feijó, mesmo morto, ainda era temido... O necrologio do "Jornal do Commercio" foi profundamente symptomatico no seu laconismo doloroso: "O sr. Diogo Antonio Feijó, senador do imperio pela provincia do Rio de Janeiro, ex-ministro da Justiça e ex-regente, falleceu na cidade de São Paulo"...

Desapparecido Feijó, foi então criada no 2.º reinado uma imagem falsa de sua figura — o seu "fantasma". Lembravam-no, timoratos, os politicos da época, não como o ministro formidavel de 1831-32 ou como o regente severissimo de 1835-37; recordavam nelle o padre, que propuséra annullar o celibato do cléro, e o politico, que melhor realizára a experiencia republicana no governo central.

A sua consagração veio, de facto, lenta, sonogado que foi o seu verdadeiro perfil pelo 2.º reinado. Ha disso dois exemplos eloquentes, pelo silencio com que fôram recebidos. Mello Moraes, sem coragem por certo de assignar o primeiro esboço de sua biographia, attribuiu as notas colligidas por elle impressas a um amigo anonymo. . . E Homem de Mello (1858, "*Esboços Biographicos*") compondo um perfil honesto e vigoroso do regente, viu-se isolado, sem applausos ou adhesões no silencio esteril de paginas não citadas.

A reabilitação, trouxe-a em verdade a Republica. Suetonio, no mesmo livro em que apostrophou o reinado com veemencia pouco limpa, evocou algumas linhas essenciaes de seu perfil. Joaquim Nabuco compreendeu e elogiou a experiencia politica audaciosa da regencia, distribuindo então, galhardamente, uma parte grande da gloria ao animo viril do padre ousado de Itú. João Ribeiro viu nelle personificada a energia de seu tempo. Euclides, salientando o valor de sua obra, num momento sobremodo critico de nossa evolução, focalizou melhor ainda a sua gloria, affirmando então lembrar o padre como heróe providencial carlyleano. Oliveira Lima endossou, por sua vez, o elogio, justificando-o com a sua autoridade equilibrada. E Eugenio Egas (1912), lamentando que um escritor vigoroso não tivesse tomado ainda o encargo do estudo do grande vulto,

compendiou então, com zeloso devotamento, os elementos essenciaes — olvidados nos archivos — para a empreitada que desafia as capacidades de algum obreiro próbo, culto e ousado.

E, como se não bastasse tão grande esquecimento historico no passado, foi perdido o proprio sarcophago de Feijó, vazio que ficára com o tempo de qualquer visita consagratoria, até que Afonso de Freitas, com paciencia devotada, de novo o encontrasse no anonymato humilde de um tumulo limpo de inscrições. . .

Ministro da Regencia trina durante um anno apenas (Junho 1831 — Julho 1832), e regente unico durante menos de dois annos (Outubro 1835 — Setembro 1837), peado por entraves de toda sorte, obrigado de continuo a descer ás funcções repressivas de méro chefe de policia, violentamente atacado por seus adversarios politicos que lhe tornavam dispersiva a acção, Feijó entregou o poder — numa e noutra vez — aos inimigos que o combatiam. Essa a sua maior originalidade como homem de governo. Abandonava, mas não cedia: era um estoico.

Euclides da Cunha julgou timorato, como regente, o homem que lhe parecêra formidavel, como ministro. . . Não creio, todavia, acertado o julgamento. Por não se querer fazer tyranno, apoiando-se na força armada, para humilhar o Parlamento — assim me parece — Feijó abando-

nou o governo — tanto num como noutro caso — quando a Assembléa não lhe deu, dentro da legalidade, os meios, os applausos e as armas coercitivas por elle mesmo anteriormente pedidos. Como ministro, teve a opposição violenta de Martin Francisco e, com ella, a do partido mais culto do tempo. Ao descobrir o patriarcha tramando contra o seu proprio governo, nada occultou, tornando publico o seu dilemma: “Ou José Bonifacio deixa a tutoria, ou eu deixo a pasta da Justiça”. E vencido por um voto no Senado, depois de victoria na Camara, cumpriu a palavra, demittindo-se. Dois dias depois, com o ministerio e, logo após, com a regencia, fazia o mesmo — renunciava-os.

Evaristo da Veiga vaticinou então admiravelmente sobre as vantagens da unidade da Regencia e, mais, sobre a vinda proxima de Feijó, como chefe supremo do governo. E acertou. Regente, teve Feijó em Bernardo de Vasconcellos o seu maior oppositor. Em Evaristo, o seu “leader” devotado, cêdo roubado á vida em meio de suas funcções de defensor da regencia. Depois, uma segunda vez vencido por não haver obtido o apoio da Camara e do Senado, passa tranquillo o governo ás mãos de seus oppositores e volta sereno para São Paulo.

O que é admiravel nelle é a presteza de decisões. Parecia distraído, plantando chá em sua

chacara do Paraíso, e estava, no entanto, de todo alerta. Chamado não titubeia. Faz o seu testamento, aprompta as malas e traz consigo um programma completo de governo. Como ministro, elle fôra, antes de tudo, um chefe de policia. Como regente, elle mostrará porém a sua envergadura de estadista. O momento era grave, sobremodo perigoso, possivel que lhe parecia a desaggregação e secessão das provincias mal coesas ainda sob a unidade do Imperio. Não esconde, porém, o seu temor: assignala-o, dominadoramente, em documento energico e severo. Não vacilla: encara face a face a realidade agra e causticante e reage. A primeira lei por elle promulgada definia uma preocupação symptomatica pela conservação da unidade: estabelecia condições para as ligações ferroviarias entre a côrte, Minas e São Paulo. Logo depois, favorecia a navegação entre a Bahia e o Rio por navios da companhia organizada por John Sturz, e pensava na navegação a vapor do Amazonas e Rio Doce. Ao federalismo victorioso pelo "Acto Addicional", oppunha Feijó uma politica centralizadora eminentemente intelligente. Grande era o seu animo em realizal-a, minguados, porém, os recursos offercidos pelo ambiente de seu tempo. As estradas de ferro aguardariam, por duas décadas, Mauá e Ottoni. Os vapores se demandariam com o tempo, por seu turno, antes de navegarem, efficientemente.

O programma de governo era largo e fecundo. Como disse, estava prompto, sufficientemente elaborado em seu cerebro. Parecendo distraído, entre o ministerio e a regencia, Feijó estava de facto alerta. Nove dias depois de regente, nomeia Barbacena embaixador em Londres com poderes amplos para tratar do trafico, abolindo-o como era intento seu. Era uma cartada formidavel e perigosa. Feijó pensava em extinguir o commercio negreiro, mas logo procurava facilitar a immigração do braço livre. Inimigo de José Bonifacio, tentava executar, no entanto, um programma, cujas idéas basilares haviam precipitado o ostracismo politico do patriarcha.

Vejo, em verdade, nesse pensamento governamental, a razão mesma da precariedade de um governo longo como regente. Era prematura, de facto, a dispensa do braço escravo. Duas décadas depois, Eusebio de Queiroz mostraria as difficuldades com que teria de lutar, embora protegido e apoiado pela diplomacia inglêsa. Era errado, mas estava certo naquelle tempo... A nossa civilização "vinha", de facto, da Costa d'Africa, como dizia Bernardo de Vasconcellos... Grande demais, colonizado por portuguezes tarados de preconceitos em relação ao trabalho manual, a nossa riqueza agricola exigia em verdade o suor do negro, para regar a terra em que o indigena não se deixára escravizar a contento do colonizador lusita-

no. Joaquim Nabuco viu na queda prematura de José Bonifácio um resultado do seu avanço sobre as idéas escravagistas do seu tempo. Admira-me, por isso mesmo, que nem qualquer outro historiadór tivesse visto phenomeno analogo no caso de Feijó. Em verdade, o regente não queria a emancipação immediata. Seria na época crime e loucura impossiveis ao equilibrio admiravel de seu espirito. Mas pretendia a abolição do trafico. E mais. Queria facilitar uma emancipação progressiva. Confirma-o o seu proprio testamento, naquelle ponto em que falou de seus escravos, respeitando o ventre negro e facilitando-se a alforria.

Nomeado bispo de Mariana, Feijó não exerceu nem accitou o cargo. Nada queria do cléro, a não ser melhora-lo, eleva-lo, normaliza-lo. E, para isso, sentia-se melhor armado sendo padre — apenas vestido de sua loba — quer para tratar com os bispos nas suas circulares energicas, procurando sanear a Igreja brasileira, quer para tratar com o papa, quando, intimorato, o ameaçava de cortar relações com a Santa Sé. No seu testamento, feito ao assumir a Regencia, preparando-se com tranquillidade de animo para qualquer desfecho violento, elle confessou sem nenhum subterfugio ou alarde de renome como reformador: “sou e sempre fui catholico romano; tudo quanto fiz contra a Igreja tem sido por seu zelo”...

Certo, elle quis o matrimonio. Por largo tempo, antes de ser governo, bateu-se denodadamente pela innovação corajosa. Mas era austero. Não advogava, nesse ponto, como Luthero, a sua propria causa. Lembra-se apenas de ser um filho espurio e queria, com o casamento, moralizar o proprio cléro. Então, invocava a seu favor a opinião, através da historia, de muitos maiores da Igreja, antes da decisão em contrario victoriosa de Hildebrando.

E, como se não bastasse tanta clareza em suas acções para definir o seu character pragmatico de homem afeito ás asperezas dos embates rudes da vida, com o senso vivo das opporrtunidades que devem ser aproveitadas, elle deixou por escrito a sua propria divisa, o melhor dos epitaphios que lhe poderia ser em summa dedicado: “Sem ordem, não ha governo: sem justiça, não ha liberdade”.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ

Um fantasma do Segundo Reinado

II

Todavia, apesar das tentativas opulentas de reformas e mau grado o programma vasto de governo nitidamente traçado, a obra politica realizada por Feijó fôra escassa, dímínuta que foi no tempo a sua actuação como ministro e como regente. Avulta, apenas, a obra de consolidação da autoridade civil, o respeito á lei, a austeridade e a majestade severas com que dignificou os cargos occupados.

Mas Feijó não podia ter dominado o chaos, demasiadamente curto que foi o seu governo para uma anarchia amplamente generalizada. A sua acção foi principalmente a de um “excitador” de mentalidades, de um desses homens raros que governam e dirigem os vivos mesmo depois de mortos. Nesse sentido, mas só sob esse aspecto, elle foi de facto o heróe providencial de que falou Euclydes. Padre, sem nada ter querido do ciéro, elle forjou, na humildade com que evitou as pompas de um bispado, as suas proprias armas de resistencia. Homem de governo — o maior de seu tempo — sem nada ter querido para si, elle dedi-

cou-se, como nenhum outro, ao serviço de sua pátria. Sem descendentes, elle era temível, por não estar com a attenção desviada para os carinhos da familia. Sem ascendentes — filho espurio que fôra do amor — elle era temeroso pela independencia selvagem com que agia.

Por tudo isso, a sua funcção pôde ser definida como a de um verdadeiro “excitador” de homens. Preparou, insufflou, electrizou e procriou mentalidades politicas com o contacto social de sua austeridade energica. Depois, retirou-se. Quando pensaram — ou fingiram acreditar — os homens de seu tempo vêr, na sua permanencia como governo, uma razão robusta para a continuidade da luta fratricida ao Sul, elle abandonou a chefia com a mesma dignidade desprendida com que a recebêra. E isolou-se. Reapparece em 1842, endossando uma causa de todo ingrata. Preso por Lima e Silva — cujos detalhes da scena dolorosa fôrão exhumados recentemente por Vilhena de Moraes — soffre depois do governo vexames inominaveis durante a trajectoria estouvada de seu degredo até Victoria (Esp. Santo). Defende-se, pouco depois, a custo, paralytico e de voz sumida, falando sentado no Senado. Morre em 1843, baldo de recursos, sem poder gozar a pensão que lhe fôra concedida depois do muito que soffrêra, quando lhe sonegaram os seus vencimentos de senador.

O processo de 1842 carece ainda de revisão histórica. Evitou o assumpto Eugenio Egas (1912), o compendiador cuidadoso e intelligente da biographia de Feijó. A causa politica foi, de facto, por demais ingrata. Todavia, não se pôde lêr o que disseram Feijó e Vergueiro — dentro do Senado — sem respeitar a coragem com que não se desdisseram de seus actos ou sem lamentar a covardia com que fôram tratados pelo governo depois de feitos prisioneiros.

* * *

“O homem não é mais do que a natureza attingindo a consciencia de si mesma”. A phrase é de Elysée Reclus. Melhor seria, porém, applical-a especialmente aos chefes de outros homens, aos orientadores das massas humanas, aos propulsores de seus sentimentos ou aos realizadores de suas proprias necessidades. O conceito pertence, porém, ao seculo XIX. E pertence-lhe ainda a proposição complementar inversa: o proprio sólo — com todas as suas características individualizaças — constitue a estructura fundamental, a ossatura basilar dos organismos sociaes.

A primeira affirmação define a complexidade da funcção que liga o homem ao sólo; a segunda amplia o conceito, alarga a comprehensão do gráo de complexidade daquella relação de meio e exige a

acitação dos superorganismos — imagem ampliada dos organismos estudados na historia natural.

O Brasil endossa melhor do que qualquer outro país a necessidade dessas duas asserções: a influencia esmagadora da segunda em todo o seu conceito geographico moderno e os empecilhos graves da evolução historica que retardam no homem o dominio da parcella do planeta que lhe foi dado como patria.

Mas o seculo XIX foi além. Balanceou a propria historia dos povos. Compreendeu e explicou os simplismos contumazes dos historiadores tarados de preconceitos, dos chronistas ingenuos ou dos commentadores enfatuados — e acabou descobrindo um paradoxo formidavel e immenso.

Fixou-o, melhor do que outros, o verbo claro de Gustave Le Bon: “difficilmente imaginamos a existencia de um povo governado por suas proprias realidades em vez da invocação ás illusões religiosas, politicas e sociaes; basta lembrar (acrescentou) não haver exemp'lo disso na historia” . . .

Desse modo, historiographos, criticos, politicos e commentadores, trocando as realidades pelas illusões, esquecem-se, muitas vezes, das forças occultas e anonymas que forjam a verdadeira resultante dos destinos dos povos. Dahi, as fantasias, os elogios faccis aos governantes ou as criticas — não menos aligeiradas — de que são victimas cons-

tantes como se em suas mãos estivessem, em verdade, os destinos das nacionalidades que representam. Dahi, ainda, o simplismo com que se acredita serem as instituições governamentais e não as mentalidades dos proprios povos os modeladores dos perfis dos organismos sociais vigorosos incorporados á historia da humanidade.

Os bons governos prevêm, orientam e previnem. A mentalidade do povo forma inicialmente, porém, a “opinião publica”, sem a qual nenhum governo poderá ser util, opportuno e criador. Jefferson dizia por isso mesmo, admiravelmente, com a sua grande autoridade de estadista republicano, preferir — se lhe fôsse dado escolher — um povo sem governo, mas com opinião publica energica, a um povo crente della, embora dotado de órgãos de governo.

A opinião publica, dentro de um organismo social, pôde, de facto, ser definida como aquillo a que Reclus chamou em bella imagem “a natureza attingindo a consciencia de si mesma”, exaggerando, então, o conceito na applicação que fez della ao homem individualizado.

Bons governos presuppõem, pois, forças vigorosas de opinião publica sufficientemente formadas. Esse, o governo dos “vivos”. Mas os “mortos” também governam. . .

Falou nesse genero de governo o genio de A. Comte em axioma tornado celebre. E acertou.

Apenas, como falava dentro de uma nacionalidade robusta, esqueceu de anotar que só possuem essa especie de governo aquelles povos que attingiram a consciencia de sua propria nacionalidade organica. Compreendendo isso — e sem fazer no entanto nenhuma referencia ao pensamento de Comte — dizia Le Bon recentemente, ao evocar o caso enormissimo e doloroso da defecção do imperio russo depois da guerra: “Nos grandes acontecimentos que ameaçam a existencia de um povo, a vontade dos mortos sustenta com energia a vontade dos vivos. Só resistem, nesses periodos, as nações que possuem mortos em numero sufficiente para defendel-as” . . .

Le Bon reeditava, em summa, illustrando-a com um exemplo formidavel, a phrase lapidar que Lamartine proferira uma vez, ao pensar nas riquezas espirituaes eminentes da historia da França: “C’est la cendre des morts qui créa la Patrie”.

Dentro de um povo evoluido como o francês, A. Comte podia, de facto, estabelecer que “os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos”. Esqueceu, porém, de dizer que os povos jovens são, ao contrario, preponderantemente governados pelos nascituros; pelas esperanças no futuro, em summa, á mingua de tradições historicas robustas.

A figura de Feijó, no Brasil, é especialmente interessante pelo muito que nos faz ella compreen-

der das insufficiências da opinião pública e, consequentemente, das dificuldades de bons governos. Feijó tem sido, em verdade, um dos poucos “mortos” que nos têm, de facto, governado. Nenhuma outra figura se lhe avantajava na robustez das evocações, por isso que nenhuma outra jogára a vida — sem os deveres dos militares — com maior despreendimento a serviço da pátria em momento como aquelle tão perigoso de nossa história.

Fantasma temível durante os primeiros decênios que se seguiram á maioridade, por isso que o seu nome recordava o federalismo e lembrava uma experiência republicana sobremodo energética, a sua figura veio, pouco a pouco, emergindo do olvido e ganhando relevo e estabilidade histórica inconfundíveis, como marco de referência das energias da raça, quando devidamente impulsionadas.

Sonegada pelo segundo império, a glória de Diogo Antonio Feijó renascerá, então, em pleno regime republicano. Todavia, como disse, a sua consagração histórica não recebeu ainda a modelagem definitiva exigida pelas linhas magníficas de seu perfil vigorosamente original.

A' margem do Segundo Reinado

Historia politica

A historia politica do Brasil ficou longo tempo adstricta á propria historia dos partidos politicos. Era commodo e facil jogar com datas e nomes, evitando destarte uma comprehensão mais profunda dos phenomenos sociaes ou uma investigação mais sensata sobre as bases asseguradoras do condicionamento do evoluir do organismo social brasileiro.

Veio, pois, a proposito, o julgamento celebre do segundo Rio Branco: "Depois de 1836, a historia politica do Brasil se resume na luta dos dois partidos, o conservador e o liberal". Era uma synthese larga, compendiando meio seculo de historia do Imperio. Dahi a sua acceitação generalizada. Mas não dizia tudo e pouco explicava.

Pouco explicava, porque no commentar a sequencia de mutação dos partidos durante o segundo reinado, jogando, ora com liberaes, ora com conservadores, esquecia o historiador que um terceiro partido surgira desde 1870, vigoroso bastante para, duas décadas depois, exigir o sacrificio do proprio throno. Joaquim Nabuco, por exemplo, distraído em acompanhar o rythmo dos par-

tidos que haviam sido governo, não percebeu o crescimento da força que se fizera realidade fóra do parlamento, fugindo ao bafejo imperial. Assustou-se, commovido, em 1896, como logo após a Republica também se atemorizara Tito Franco, recolhido ás terras do Pará, um e outro, escrevendo com remorsos lóas ao Imperio e a Pedro II, depois de havel-os ambos criticado com dureza antes do advento da Republica. Eucluydes da Cunha, embora seguindo o caminho seguro traçado, primeiro, por B. Mossé (Rio Branco) no dedalar a sequência dos partidos no poder, teve, porém, a engenhosidade de compreender a verdade occulta, que não ficára registada nos annaes do Parlamento, nem em outros documentos officiaes. Reagiu intelligentemente. E evitando falar em Pedro II, para não lembrar ao leitor, nem de longe, a obra de Mossé, insistiu, porém, na formação da *idéa republicana*, diluindo o “soliloquio” ingenuo a que se referira Nabyco, ou o “isolamento ingrato”, não menos ingenuo a que se referira Mossé sobre a attitude de alguns fazendeiros logo depois de 1888.

E diria, então, a verdade, incisivamente logica, soldando a expansão republicana das ultimas décadas ao sopro inicial do liberalismo democratico, por occasião da independencia..

O julgamento historico de Rio-Branco dizia, de facto, pouco.

Até 1834, com a morte de Pedro I e com ella o suicidio do partido restaurador (Caramuru, José Bonifacio, Cayrú, Paranaguá, Martim Francisco), eram tres os partidos politicos que se degladiavam durante a regencia. Tres eram tambem as aggremações partidarias desde 1870. Mas intervalladas de meio seculo, o segundo periodo assistiu á victoria do que seria impossivel, inopportuno, prematuro e perigoso no primeiro: a democracia, a federação, a republica. Todavia, num e noutro caso, mais influente do que o peso do throno, a resistencia da lei, ou a força demolidora do discurso, influiu um elemento anonymo, organico, imprescindivel: o *cscrawo*. Veio tarde essa descoberta historica. Realizou-a Gilberto Amado, em seriados de grande descortino historico, em que reeditou, devidamente ampliado, o conceito admiravel contido na phrase celebre de Bernardo de Vasconcellos, phrase que não podia ser antes devidamente comprehendida, nem mesmo por quem a proferira: “A nossa civilização vem da Costa d’Africa” . . .

Não ha como occultar.

A victoria da Inglaterra contra o trafico trouxe, de facto, o primeiro estremecimento do throno e, com elle, um abalo forte no poder conservador. Não houve nenhum acaso de datas. Houve uma verdadeira subordinación de função de phenomenos. O *bill* Aberdeen é de 1845; o

traficio continuou, porém, intenso até 1853, apesar de ser de 1850 a lei de Euzebio de Queiroz. Falha o congraçamento politico de 1848, a primeira tentativa de conciliação. Falha, como falhou em 48 ou 50, a extincção do trafico. Vinga, no entanto, em 53, o mesmo anno que viu a realidade do commercio de escravos nullificado.

Desamparado dos conservadores extremados, onde procurar apoio o throno senão recorrendo aos liberaes? Dahi, a idéa da *conciliação*; dahi, a noção salvadora de que o pensamento della emanava directamente de Pedro II, sendo Paraná, de facto, um méro excçutor. A conciliação por essa época significava, integralmente, uma “confusão” politica...

Havendo sido o negro escravizado o movimentador occulto dos partidos, fica sufficientemente claro que não havia propriamente idéas politicas de victoria.

Eram agrupamentos de homens politicos.

Nada mais. E como haver?

Onde a cultura das realidades em que fôssem desenvolvidas?

Com a victoria dos liberaes em 1863, estava extincta a missão historica do partido conservador. As denominações dos partidos tornam-se, em verdade, palavras vazias de sentido. Não sentiu isso Joaquim Nabuco. Viram, porém, o phenomeno lucidamente exposto, Euclýdes da Cunha

e Gilberto Amado. E, como se não bastasse o attestado publico da confusão dos partidos, reformas liberaes são levadas a effeito por conservadores, e reacções conservadoras por liberaes. A mentira das eleições, a mentira dos nomes, a reedição do reinado da mentira de Vieira...

O ministerio Rio Branco esgotou quase o programma da reacção liberal de 1869 expôsto no manifesto dirigido por Nabuco de Araujo, disse-o Euclides, repetindo Joaquim Nabuco. Em 84, em 88, em 89, repetir-se-ia o illogismo politico: os liberaes são conservadores e vice-versa...

Todavia, o embate violento entre os partidos, bem reflectindo as insufficiencias organicas da nação, foi adiado. Protelou-o a guerra do Paraguay, como observou ainda Euclides, havendo ficado esse acontecimento externo inconfundivelmente gravado em nossa historia como um *divisor de aguas especialissimo*, como opinára, antes, Joaquim Nabuco. Porque, de facto, a guerra separára a agitação monarchica, fermentada dentro dos partidos — de acanhada significação politica aliás — da evolução democratica republicana firmemente esboçada desde 1870. Passa-se, em verdade, da figura isolada de Theophilo Ottoni, agitador destimorato de 1862, ás reacções de 1869 e 1870, em que os manifestos dos liberaes e dos republicanos indicam, de facto, um começo de unidade de vistas, uma aggremação de idéas, um programma em

summa. Havia uma novidade larga, estrondosa, percuciente que o país não vira desde a regencia: havia a representação do povo no seio do parlamento. E, apesar da victoria da guerra, alguns tribunos perderam o respeito exaggeradamente palaciano de outrora pelo monarcha. Havia o verbo de Silveira Martins, "uma eloquencia quase selvagem na sua extrema rudeza", que escandalizava e agitava uma camara de oradores aulicos, emphaticos, sonoros, pomposos, mas vazios de energia e débeis de acção.

E, seja como fôr, a guerra do Paraguay, serena e friamente analysada, mostrou, pelo proprio desencadear dos acontecimentos, a situação lamentavel de fraqueza dos partidos politicos do imperio. Sem significação justa internamente confundidos desde a suspensão do trafico, sem contacto com as massas, sem prestigio, sem apoio interior, os partidos politicos aventuraram-se ao *imperialismo continental*. Claudicavam em casa e mostravam-se arrogantes, exigentes, intemoratos com os vizinhos...

Certo, o exemplo vinha de longe. Demais, a intervenção de 1851-52 redundára em successo grande e rápido.

Mas nada exigia a intervenção guerreira no Uruguay de 1864.

Certamente, queixavam-se os brasileiros lá residentes de represalias soffridas, mas nada legi-

timava os excessos de Tamandaré. A situação interna dos partidos periclitava. Occultas estavam as causas na somnolencia das razões profundas. Eram, porém, impressionantes os resultados: a queda dos conservadores com Caxias em 1862 (maio), o fracasso do gabinete liberal meteorico de tres dias, de Zacharias, o recurso aos ultimos "velhos" (gabinete do marquez de Olinda), a maioria temerosamente alarmante de liberaes e democratas nas eleições de 1863, a exaltação dos animos populares, que desde 1862 fructificava sob o influxo de Theophilo Ottoni. Era a *transição em summa*: depois de 16 annos de governo (um simples hiato de maio de 1867 a dezembro de 1858), desde setembro de 1848 até janeiro de 1864, os conservadores cediam o passo aos liberaes, ou melhor, mais justo: *triumphava a opposição*.

E, sedentos de gloria e de renome, temerosos quanto á situação interna, calamitosa mais tarde (mesmo em 1864) reflectida através da crise violentissima da capital do imperio, aproveitando o incendio do patriotismo popular em consequencia da questão inglesa (em 1864), lançaram os liberaes o país na aventura de uma guerra externa.

O desenrolar dos acontecimentos, quer no Uruguay, quer no Paraguay, mostra, com attenuantes excusas, como se degladiavam os politicos

do tempo. Primeiro, Saraiva: enviado ao Uruguaý, em missão delicadíssima, para ser retirado do Rio por conveniência do chefe do gabinete. Atacado por Francisco José Furtado, Saraiva é substituído pelo visconde do Rio Branco, cuja obra de admirável prudência (o convenio com o Uruguay, de 20 de fevereiro) não é approvada pelo gabinete Furtado que recorre, então, aos talentos diplomaticos de Francisco Octaviano. A auto-defesa violenta de Rio Branco já não encontra de pé a situação de Furtado.

As miserias da época, as violencias commettidas por Tamandaré, repontam na exposição honesta e criteriosa de Helio Lobo (*As portas da guerra*: de igual sorte a defesa sensata de Saraiva ("*A missão Saraiva*"); o ataque "partidario" a Saraiva data de Tito Franco ("*O conselheiro Furtado*"; a defesa de Rio Branco corre, aliás, impressa em seus proprios discursos no Senado, logo que chegado ao Rio. Não ha como occultar o espanto sensato do leitor. Dahi, a pergunta sem resposta: Onde a unidade de vistas tão louvada do imperio, fallhando em momento como aquelle tão gravemente incerto? Rio Branco reassumirá mais tarde a politica exterior. Zacharias voltará a atacal-o. . .

Os partidos estavam, de facto, gastos, cansados, fóra de época. E incapazes de manter a harmonia desejada da ordem interna, aventura-

ram-se em *missões civilizadoras* do continente... mediam forças em represalias vigorosas contra os vizinhos...

A crise de 1864

O mal do officialismo prolongado fez com que o "Brasil se formasse ás avessas, começasse pelo fim", observou recentemente com displicencia culta Tristão de Athayde, numa enumeração larga e interessante em que, entre outras, foi compendiada a nossa situação esdruxula de "termos bancos antes de termos economia".

Os historiographos silenciam, em geral, sobre essa crise violentamente irrompida, no Rio, com a fallencia de casas bancarias fortes, com o retraimento do commercio, o panico, a desconfiança, a duvida e o mal-estar subsequentes.

Os compendios de historia financeira nunca a analysaram em seus devidos termos: sempre apresentada como um disequilibrio meramente financeiro, um ponto maximo de circulação de numerario depois da plethora anterior que permittira a eclosão artificial de varios bancos. E' a opinião de Carreira; como fôra a da commissão do inquerito de 1865; como é a de Amaro Cavalcanti ou a de Pandiá Calogeras, recentemente. Em summa, nenhum d'elles esclareceu o assumpto tratado por Antonio Ferreira Vianna no proprio

anno da crise (“*A crise commercial do Rio em 1864*): são relatados os remedios urgentes, os recursos com que o Banco do Brasil interveio em soccorro da propria praça. As causas estão, porém, veladas ou, quando muito, medrosamente esboçadas.

“A crise veio de um grande numero de operações mal concebidas; de empresas temerarias; do jogo dos fundos publicos; das acções das companhias e dos graves transtornos por que passou a lavoura”.

Essa, a opinião geral daquelles expositores. Um apenas fez excepção: Mauá. Tratando do caso na exposição de motivos aos seus credores (1878), assim se referiu ao phenomeno o grande banqueiro honestamente fallido: “Aos decretos governativos seguiu-se em curto prazo a calamidade de algumas más colheitas successivas, o que acarretou o “desequilíbrio” (sendo a “produção” o verdadeiro regulador das finanças do Brasil), e a “crise da lavoura”, impropriamente chamada “crise bancaria”, estalou em 1 de setembro de 1864”...

Ali, precisamente o segredo, a chave do enigma: *crise agricola*, profunda, surda, tormentosa, de que a *crise bancaria* de 1864 foi apenas um reverbero violento.

• Vinha de longe o phenomeno. Vinha de 1853, com a cessação do tráfico, com a média

annual de 30.000 escravos que deixaram de entrar no país, com a deslocação abrupta, subsequente, dos capitães até então empregados nesse commercio. Era a jogatina dos negócios, a febre plethorica de companhias que avassalou o Rio. Descobriu-a Castro Carreira. Confirmou-a Mauá, quando explicou o successo de sua carreira ousada: percebendo soltos os capitães depois de 1850, fez-se banqueiro: canalizou-os, dirigiu-os, reproduziu-os.

Isso era a realidade. Certo, não a vislumbra-ram os políticos do tempo. Olhos fixos na Europa, imitavam com pompa fôfa o parlamentarismo inglês, e nenhum delles via o incendio que ia sobre a riqueza do país, *a unica riqueza nacional do tempo*: a agricultura.

E o commercio era estrangeiro.

Dahi, a gravidade da situação, porque não só o commercio, como as casas bancarias, estavam em mãos de portuguezes, como dessa nacionalidade já haviam sido os maiores importadores de negros até 1853. O que espanta é a victoria da reacção moralizadora de Euzebio de Queiroz, tão perigosa que só mesmo (como disse Nabuco) a influencia inglesa poderia ter realizado. Era a luta aberta ao *capitalismo portuguez* da época. Venciam os políticos brasileiros, mas, depois delles, haveriam de sof-

frer os agricultores nacionaes, abruptamente desprotegidos pelo governo.

A grande maioria das casas commerciaes e bancarias, a cujas mãos se entregavam os fazendeiros em momentos de aperto, era de facto portuguesa. Não ha estatistica, mas se comprehende o caso, em virtude da propria transição capitalista que trouxe a suppressão do trafico. Ha, porém, uma referencia symptomaticamente dolorosa por mim colhida num folheto posterior áquella época, em que o autor aproveitára as estatisticas levadas a effeito no governo de Rio Branco. Outros numeros não poderiam dizer com maior clareza da situação em 1876. Ouçamol-os: “de 10.264 contribuintes do Rio ao imposto de industrias e profissões, 1.791 apenas eram brasileiros, sendo 7.394 portuguezes e os restantes 1.079 de outras nacionalidades; na estatistica geral de casas commerciaes do país (57.452), eram brasileiras 31.436, portuguezas 19.512 e de outras nacionalidades 6.504”. (*“O Governo e o povo”*, 1877, Boisguillebert, pseudonymo de Manuel Thomaz Alves Nogueira). Tudo isso em 1876. O que seria então em 64, em 56, em 40, ou nos dias tormentosos da regencia? E a crise continuaria. Como dizia, sob anonymato, esse mesmo folheto interessantissimo. “a producção do café estava estacionaria desde 1856, pois que nos annos de 1865, 67, 69 e 75, o augmento derivava, tão somente, da abun-

dancia de colheita sem nenhuma dilatação de cultivo de novas terras”.

Mauá tinha evidentemente razão: só a *produção* poderia ser o regulador das finanças do Brasil. Ouro não existia mais. João VI raspava o fundo do cofre. Pedro I teve depois medo de ver a fallencia (these sustentada por Armitage) estourando em suas mãos. A economia nacional era minguada. Não permittia que o ouro affluisse do estrangeiro, nem circulasse. O cambio estava alto. Mas a economia do país insufficientemente desenvolvida, assentando com exclusividade quase no trabalho agricola dos escravos. A crise financeira de 1864 deveria, pois, ter sido tomada como um aviso. Um aviso e um indice. Não o foi. A lição posterior de 1888 haveria de ser, como foi, por isso mesmo, bem mais séria.

Economia na historia

O atraso, na historia dos povos, das referencias aos problemas e condicionamentos economicos é apenas o reflexo da lentidão com que teve o homem de aguardar fôsse a sua attenção voltada para os problemas economicos e sociaes. O retardo da synthetização da economia politica como sciencia explica, pois, a ingenuidade corriqueira das historias dos povos, em que, por largo tempo, fôram

os organismos sociaes apresentados como corpos, vivendo apenas de *idéas e sentimentos*, sem que nesses relatos interviesse o exame das necessidades potentes por aquelles mesmas criadas.

A excepção não haveria de apparecer extemporanea no Brasil. Destarte, foi perfeitamente logica a simplicidade dos historiographos nacionaes, honrando, aliás, a descendencia, directa ou indirecta, dos aborigenes, no descaso e na desatenção pelos factores economicos, acceleradores vigorosos ou retardadores perigosos da evolução dos organismos sociaes.

O caso é que, apesar da reacção em contrario, já esboçada no país recentemente, o trabalho por fazer desafia ainda a actividade de alguns obreiros corajosos. E a empresa será opportunamente propicia, por isso que não são de nenhum modo escassos os exemplos das falhas lamentaveis, em capitulos varios de nossa historia patria.

Lembro a clareza das theses economicas, o brilho proprio desse genero de argumentos desoxydando os documentos historicos, avivando-os, desbastando-lhes o anonymato entre causas julgadas secundarias. Exemplifico.

Victor Vianna estudou, originalmente, a influencia decisiva dos economistas na transformação do Brasil (1808 a 1830); insistiu na descendencia espiritual de Cayrú, Rodrigues de Brito, Januario da Cunha Barbosa, Gonçalves Ledo dos

economistas europeus da época; justificou, racionalmente, o regime colonial português do Brasil depois de haver definido as *idéas do tempo*, idéas tornadas retrogradadas depois que o *mercantilismo* trouxe ao continente americano um enxerto novo de energia e, consequentemente, um programma de commettimentos e realizações de todo novas. Gilberto Amado, por seu turno, descobriu que, por detrás dos partidos politicos do imperio, forças economicas occultas exigiam a satisfação de suas necessidades, cabendo-lhe então mostrar, com originalidade, como o trabalho do braço negro escravizado dirigia, no anonymato humilde de sua força economica, a luta pomposa entre os chefes dos partidos do tempo, degladiando-se no tablado politico do Imperio, movimentado então pela mão occulta da Inglaterra, intervindo e exigindo a suppressão do trafico.

Não ha como esconder. A historia exige, para ser honesta e verdadeira, o fundamento de condições estructuraes economicas. A vida dos povos é uma vida de *necessidades organicas*, anonymas e inconscientes muitas vezes, mas que, por isso mesmo, exigem dos historiadores robustos o esforço de uma exhumação clarividente. O paralelo de Ingenieros, confrontando o inconsciente psychologico individual ao inconsciente sociologico das collectividades, é perfeitamente logico. O problema ultimo do historiador é em verdade dar, na tessitura

do relato, *consciência social* aos acontecimentos inconsciente e organicamente evoluídos.

Imaginativos de origem, por clima e por educação, fallece aos brasileiros, muitas vezes, a curiosidade do entretenimento dos factos economicos. Dahi, as fantasias historicas perigosas, ou, em outra escala, enganos não menos lamentaveis.

O logro de Rio Branco (Mossé), em 1869, o de Nabuco, em 96, o de Rocha Pombo, quase em nossos dias, são symptomaticos: vendo a pompa da encenação parlamentar, acreditaram ingenuamente nella esses historiographos, sem perceberem, no entanto, que a politica imperial parlamentar fôra uma miragem enganadora, sem solução, como ficaram os "problemas essenciaes e decisivos da nacionalidade". Mimetismo de letras e de instituições politicas de discursos, de livros, de interpretações sociaes de toda especie. "Politica e literariamente o Brasil impuséra uma physionomia propria e imperial que se destacava em toda a America. Só mais tarde, se veio a sentir como eram precarios os fundamentos dessa figura e superficial a sua serenidade de traços." (Tristão de Athayde) (1).

"Joaquim Nabuco foi o ultimo momento feliz de uma raça e de uma instituição", disse continuando o discurso, o mesmo autor citado, numa

(1) *A' margem da Historia da Republica*, Inquerito por escriptores da geração nascida com a Republica.

compreensão felicíssima de quem contempla, a olhos talvez não enxutos, as realidades temerosas brasileiras. Tobias Barreto, como Sylvio Romero, — deveria ter acrescentado então a mesma pena — fôram os desiludidos, as victimas ceifadas pelo pessimismo prematuro. Entre um e outro está, de facto, Raul Pompéa, lá apontado, o grande artista da geração, tragicamente vencido: desenganado do que via, sem encontrar solução salvadora, que amainasse a excitação de seu espirito... suicidou-se.

Vendo homens, admirando ou criticando instituições, regimes ou lutas partidarias, os historiadores esqueceram-se das *necessidades sociaes* occultas e profundas, mal dissimuladas nos principios e nas idéas dominantes da época, já por si difficeis de serem focalizadas, dado o feitio simplista costumeiro dos que, historicamente, bordam commentarios á vida dos organismos sociaes.

Longe de mim o prazer do exaggero critico. Preciso defender-me no que faço summariamente, lembrando apenas a maneira superficial péa qual a generalidade de nossos compendios historicos — e mais gravemente ainda os de historia financeira — abordam ou abandonam os phenomenos economicos. Escrevendo em 1914, gozando, portanto, da sedimentação inestimavel do tempo, Ramalho Ortigão diz não ter havido desorganização do trabalho agricola com a emancipação dos escravos e

affirma ser de prosperidade farta o anno de 1889 (em que foi exaurida aquella que fôra até então a mais rica provincia do imperio!) e acredita que ia ser estabelecido o padrão ouro se não fôsse precipitado o regime republicano (!) . . .

Mais graves são talvez, ainda, as faltas por ausencia . . . Convém especificar algumas. Não me lembro, por exemplo, de ter visto em nenhum dos nossos compendios: confronto entre os capitães faceis ingêleses (juros baixos) no Canadá e Australia e a carencia tormentosa desses recursos no Brasil durante o seculo XIX; a explicação da decadencia da mineração de ouro e diamante, durante todo aquelle seculo, impossibilitado de lutar o Brasil (como fizera no tempo da madeira e da agua) com as colonias inglesas da Africa providas de machinas e de carvão; a *descontinuidade de produção agricola*, nesse caso typico do café que veio, em ascendencia e decadencia, percorrendo uma zona enorme do país (Do Ceará ao Paraná).

Os historiographos não falam em finanças. Não contam, como fez Armitage, que Pedro I saiu do país depois da liquidação do Banco do Brasil em 1829 (Banco criado em 1809), com um passivo de mais de 18 mil contos emprestados ao Thesouro, e que o Parlamento se encerrara em 1830 sem resolver a crise de circulação. Os historiadores de finanças, por seu turno, não falam das condições economicas. Por isso, todos viram na

crise de 1864 — inclusive o inquerito official de 1865 — uma crise commercial, sem attenderem ao reflexo que ella era da *desorganização agricola* de então, como desde 1878 ponderára Mauá. Não admira, pois, que falem aquelles mesmos historia-dores em condições de prosperidade franca e segura no proprio momento em que os escravos abandonavam em massa os latifundios agricolas. . .

Eloquencia dos numeros

Dizia Roosevelt, citado por Oliveira Lima, não poder comprehender a razão da queda do throno no Brasil. Era honesto e sincero. Conhecendo os elogios historicos sobre o reinado de Pedro II, desenvolvidos ao calor das referencias ao progresso do país em geral, o seu espirito pratico de politico anglo-saxão não poderia, de facto, comprehender que fôsse o throno sacrificado em terra, onde tão grande fôsse a messe de beneficios colhidos sob o imperio. Roosevelt estava longe. Desculpavel era, pois, que estivesse tambem distante da verdade sobre as condições da economia do país.

Errára Rio Branco e, com elle, Lavasseur e Mossé ao escreverem, nelle inspirados, sobre o Brasil em 1889. Errou depois Joaquim Nabuco ao historiar os acontecimentos politicos contem-

poraneos da vida de seu pae. Compendiando o erro de ambos, repetiu-o depois, longamente, Rocha Pombo com aggravantes de todo lamentaveis. O quadro era, de facto, largo e bello: um imperio immenso, um surto rythmado de progresso forte e continuo, um imperante sabio, probo e devotado aos interesses do país. Apenas mais fantasia do que realidade. . .

Longe estava por isso Rio Branco, em 1889, de imaginar que viria a Republica dentro em pouco. Difficil era a Nabuco, por seu turno, descobrir em 96 as causas occultas que solaparam o throno. Dahi, o exaggero com que falou da ordem pomposa do imperio e a simplicidade com que acreditou em factores subversivos secundarios que, por si, longe estavam de possuir a força de movimento que lhes emprestou Nabuco. Refiro-me, mui especialmente, ao "soliloquio dos republicanos", ao "inesperado 15 de novembro", á possibilidade de ser impedido o movimento republicano, "se a attitude dos monarchistas tivesse sido precavida e previdente contra semelhante perigo. . ."

Mas a situação era outra.

João Ribeiro, Euclides da Cunha e Oliveira Lima evitaram, por seu turno, descer á pesquisa das condições economicas do momento historico anterior a 89. João Ribeiro invocou a phrase feliz de Ferrero, para explicar a transi-

ção politica brasileira. Euclides evitou falar em Pedro II, commentou insufficientemente o problema da emancipação sem sondar as raizes profundas do elemento escravo e, republicano que era, recordou o que sabiam os republicanos de sua geração: a fatalidade historica do advento do novo regime. Oliveira Lima evitou a auscultação detalhada do ambiente do tempo, para dizer de suas condições de saúde. Honestamente, porém, depois de focalizar a atenção do leitor sobre a gravidade do problema da emancipação em consequencia da desorganização trazida ás forças agricolas do país, mostrou, todavia, não ter sido Pedro II o homem indicado para a solução exigida pelo momento, e logo explicou o prejuizo com que o seu "brasileirismo" evitou que se tivesse tornado efficientemente util uma grande corrente immigratoria para o Brasil durante o seu reinado.

Entretidos com a pompa do imperio, admiradores de um ou de outro dos partidos politicos, entusiastas das lutas parlamentares, historiadores e historiographos deixaram geralmente de lado o exame das *realidades brasileiras*. Dahi, as fantasias historicas, tão bem ajustadas ao serviço de nossa imaginação tropicalista.

No entanto, falam por si, com eloquencia triste, as estatisticas nacionaes e estrangeiras devidamente compulsadas.

Certo, houve progresso durante o segundo reinado, houve augmento valioso das energias economicas do país. *Apenas esse augmento não foi o que deveria ter sido.* O confronto com a evolução do Canadá, Argentina, Australia não nos é, de modo algum, favoravel. Os dados estatisticos de Rio Branco na obra de Lavasseur (1889) são verdadeiros: mostram, de facto, grande augmento, quando confrontados com os de 1840 ou 1822. Mas exigem *pontos de referencia.* E, sem elles, as estatisticas tornam-se geralmente perigosas.

Encontrei, todavia, o desejado num livro cheio de bom senso, mas raramente citado, (*Ensaios Economicos*, Carvalho Moura, 1885). Unico no genero, notavel por haver sido escrito antes da abolição, reproduzo aqui alguns de seus commentarios syntheticos bem denunciadores de um mal-estar generalizado.

“Em um periodo de 38 annos (1844-1882), não pudemos sem ao menos augmentar a nossa exportação na razão de 85%, ao passo que a nossa população cresceu em uma razão de 125 %, segundo os calculos mais possiveis, e as exigencias financeiras do Estado se elevaram na razão de 514,99% no mesmo periodo” (pag. 271). “Em Pernambuco, a provincia mais adiantada do norte, sob o ponto de vista agricola, uma quarta parte, pelo menos, de seus productores es-

tava onerada de compromissos muito superiores á totalidade de todos os seus haveres” (pag. 46).

Demais, tão crítica fôra a situação commercial no Recife, em 1882, que o governo imperial fôra obrigado a supprimir os impostos provinciaes de consumo (pag. 83). A crise era geral. Os dados são impressionantes. “Os capitaes empregados no norte do imperio em terras, engenhos, escravos, machinismos agricolas e instrumentos de trabalho acham-se onerados com um débito médio nunca inferior a 60 % de sua totalidade” (pag. 46). “Nas provincias de São Paulo, Minas e Espirito Santo, existiam 773 fazendas de café, das quaes 726 se achavam hypothecadas pela quantia primitiva de 42 mil contos”... (pag. 47).

Tudo isso, antes da Emancipação... Carvalho Moura não quis e com razão falar em “desorganização” de nossas forças agricolas. Observando o feitiço embryonario da economia nacional, criticou-a sempre como em estado de *méra inorganização*.

Em 1884, em pleno Parlamento, uma confissão gravissima de Andrade Figueira, traduzindo o abalo das fugas dos escravos em grandes massas, bem diria o perigo do momento. “O povo já perdeu a confiança na unica industria que alimenta a nossa riqueza, a industria agricola. Os capitaes só procuram agora emprego

nas apolices, não enxergando segurança em outra parte”.

Uma these grave

“Nem a nossa geração, nem a que lhe succeder, verá o brilho da Republica que estamos fundando: eu considero a America em Chrysallida... por fim haverá uma nova fusão de todas as taças, a qual produzirá a homogeneidade do povo”. A these é de Bolivar. A esperança nos resultados da immigração européa é, porém, geralmente americana. Ao findar as lutas da independencia, as colonias ibericas estavam exhaustas (these desenvolvida por Oliveira Lima). Sem escravidão organizada como o Brasil, o recurso unico seria, por isso mesmo, a colonização intensiva.

Os argentinos, desde cêdo, acreditaram nelle com fervor. Baldos de recursos ao limiar do seculo XIX, com uma população de meio milhão perdida em latifundios desertos de qualquer cultura, nella pensaram com vigor os emancipadores da patria.

Endossou a opinião Sarmiênto, ao inaugurar em 1872 a estatua de Belgrano, em discurso tornado celebre. E, depois d'elle, Ingenieros, cujo desejo de ver rapido o progresso trazido

com sangue novo importado, de continuo, da Europa, lhe permittiu um desprendimento grande no olhar com attenção diminuta o remanescente da população “criolla” sem lhe esconder os vicios e os defeitos.

Entre nós, a colonização nunca foi desejada com a mesma forma de interesse. O erro vinha de cima: do proprio Pedro II. Explicou-o Oliveira Lima, lembrando que a honestidade do imperador temia uma transformação do caracter do Brasil antigo, “inspirando-lhe por isso mesmo uma repulsão invencivel por uma colonização abundante”.

A historia administrativa relata, porém, de outro modo, o evoluir do problema, tantas fôram as medidas, os projectos, os estudos realizados no Imperio. Verdade é, entretanto, que muita cousa foi apenas feita no papel, sem nenhuma preocupação séria de realização posterior, illustrando, sem parcimonia, a *mentalidade de relatorios*, com que os nossos politicos, de hontem como os de hoje — no Imperio como na Republica — escondem sua inepecia de acção, as suas insufficiencias de pragmatismo politico, e fingem, pela palavra facil de taes papeis officiaes, capacidades de estadistas.

E não errará quem affirmar haver sido o interesse real de João VI pelo trabalho livre maior do que o de Pedro II. O caso é que Hyp-

polito da Costa, em 1810, no seu jornal londrino, via com maior clareza o problema do que os jornalistas do segundo imperio.

Olharam-no face a face, sem temel-o, José Bonifacio e Diogo Feijó, ambos conscientes do pequeno resultado do trabalho escravo e da precariedade no tempo de sua conservação. A época, porém, não os comportava. Joaquim Nabuco viu nas idéas politicas de José Bonifacio contra a escravidão a razão de seu ostracismo politico prematuro. Admira-me que não tivesse visto o mesmo em relação a Feijó. Pedro I acreditava com ingenuidade, em 1830, que estivesse extinto o tráfico: pedia a entrada de braços uteis e a distribuição de terras incultas.

Compendiando o interesse historico pela colonização no Brasil, Agenor de Rôure synthetizou, uma vez, as datas e os nomes que melhor a pôdem definir: os projectos admiraveis de José Bonifacio, a tentativa de Feijó em 1836 como Regente e as falas do trono de 1843, 1850, 53, 54, 59, 61, 62, 63, 72, 75, 77, 84, 85, 86, que bem demonstram o interesse "verbal" em torno da questão do braço livre e, especialmente, as attitudes assumidas por Bom Retiro, Paranaguá (1882), Lafayette (1883), Saraiva (1885), secundando todos o programma, traçado por mão de mestre, de Rio Branco (1874).

Foi, porém, esquecido no compendiamiento de Agenor de Roure o senador Vergueiro. Este sózinho fez mais do que leis, projectos, relatórios e discursos embora operosissimo que sempre foi como deputado e senador: Vergueiro "*realizou praticamente a colonização particular no Brasil (São Paulo)*: é o seu maior título de benemerencia, o seu maior padrão de justa gloria. Vergueiro foi o *maior e o melhor fazendeiro de seu tempo*, o organizador da agricultura do café, o aparelhador da maior riqueza brasileira.

Retratou-o, recentemente, exhumando do olvido o seu perfil vigorosissimo, Djalma Forjaz.

Tudo isso explica a salvação posterior de São Paulo nos annos duros de 1882 e 1888, por occasião da fuga em massa dos escravos, precursora que foi da emancipação official dos ultimos contingentes: São Paulo foi, de facto, dos quatro grandes nucleos agricolas do tempo, o unico que não soffreu abalo sério: melhorou ao contrario, depois da Abolição, vencendo os concorrentes, os proprios recursos de sua economia.

Como disse, os *projectos* de colonização eram officiaes: ficaram officiaes, theoreticos, artificiaes. A *opinião publica* pouco cuidou, exceptuando São Paulo, onde Antonio Prado, especialmente, continuava e modernizava, com exito de seu exemplo, a politica sadia de Vergueiro. Ha historias da colonização: são histo-

rias administrativas apenas. Não houve a realidade esplendida de uma colonização intensa em pleno imperio: com a ressalva de São Paulo, a corrente immigratoria só se accentuára mais tarde, depois de 88, depois, em summa, do advento da Republica. Bastará lembrar, nesse sentido, o reflexo comprobatorio dos historiographos nacionaes, escassas que são sempre as referencias do problema immigratorio no Brasil. O livro de Handelmann constitue, de facto, uma excepção de relevo, attentamente que foi estudado pelo prussiano perspicaz o caso brasileiro difficilimo de tentativa de organização efficiente do trabalho livre.

A gravidade do problema da emancipação

Os nossos historiographos não se interessaram, de facto, pelo evoluir da colonização durante o seculo XIX, e isso pelas mesmas razões que orientaram os seus cuidados pelo problema de emancipação de negros, nelles vendo, antes de tudo, o lado philanthropico e humanitario: é que *não comprehenderam a gravidade e importancia desses dois phenomenos economicos basicos de nossa organização agricola.*

O character dado até agora ao relato dos acontecimentos da abolição — nas mais recen-

tes exposições — constitue prova robusta do affirmado, illustrando um caso franco e contumaz de desrespeito aos phenomenos economicos.

Nem vem fóra de proposito recordar a ingenuidade com que Joaquim Nabuco — antes de 1888 — e Ruy Barbosa — depois de 89 — falaram ambos em “ligação secreta” entre o throno e a escravidão. Pois não haveria de haver, se o escravo sempre foi a garantia maxima da submissão do senhor nobre, especulador da escravaria ao proprio monarcha?

O que admira não é a “ligação”; é, ao contrario — como reconheceu depois o proprio Nabuco — o interesse individual de Pedro II sobre o assumpto, pioneiro que foi elle, entre os seus politicos, em varias phases do movimento abolicionista.

Em nossos dias, Rocha Pombo disse ainda, ao fazer o balanço do segundo reinado, que a ordem e o progresso eram geraes, estabilizada a riqueza, não perturbada a economia agricola pela solução com que a colonização livre substituiu o braço escravo; asserções todas sem fundamento mas repetidas no entanto por Gallanti e outros historiographos de menos vulto.

E o proprio Encydes da Cunha nas paginas admiraveis do “*Da Indapendencia á Republica*” não percebeu a gravidade do problema economico, que agitava occultamente as engrenagens

gastas da machina monarchica. Elle viu, antes de tudo, o renascimento do espirito democratico republicano que não pudera medrar sufficientemente robusto no inicio do seculo; sentiu a força logica, inadiavel, invencivel dos acontecimentos republicanos ha muito condensados no ambiente politico da nação: mas não insistiu na desorganização da riqueza agricola do país. E, temeroso em attribuil-a ás causas politicas, calou o seu proprio julgamento. No entanto, bem examinado o seu balanço historico, verifica-se que elle vae até 1875 tão somente; não descreve as duas décadas do despenhadeiro republicano, desculpa-se, então, com uma phrase feliz, eminentemente curta e sagaz; ao invés de historiar a evolução das forças republicanas, lembrou que em 1889 “a revolução já estava feita”.

Admira-me, por isso mesmo, que elle não tivesse tambem resumido: “porque a 13 de maio de 1888 a emancipação já estava proxima-mente realizada”. E estava. Acredito pelo menos que o tenho provado, pelo facto de liaver prestado mais attenção aos numeros das estatisticas do que aos discursos e pamphletos dos abolicionistas do tempo. (V. L. Cardoso, “*Afirmações e Commentarios*”).

Desapparelhamento economico

Eça de Queiroz observou uma vez que, enquanto as flannels iam numa semana de Londres a Lisbôa, a importação de algumas idéas da Inglaterra não se fizera senão depois de um seculo de trabalho e de esperas... No Brasil, as relações desse commercio com a patria inglesa fôram de igual sorte esdruxulas. Importavam-se a attitude, o gesto, a cartola e a sobrecasaca, o nome do orador e o seu proprio discurso. Mas ninguem via o que estava por detrás da legislação bancaria de Robert Peel, com as reformas de 1833 a 1844, fazendo a grandeza financeira da nação *leader do seculo*. Ninguem via a *machina* de Watt melhorada, amplificada e applicada com os recursos faceis do carvão a todas as industrias inglesas. Ninguem via a machina de fiar de Hargreaves, o tear mechanico de Ark Wright, a locomotiva de Stephenson e o barco de Fulton importado de Norte-América. Ninguem comprehendia, em summa, que a prosperidade da Inglaterra assentava num apparelhamento economico extraordinariamente inedito, formidavel, colossal.

Dahi, como disse, o ridiculo e a ingenuidade.

Ridículo em pensar que o nome de Peel repetido aqui poderia trazer alguma melhoria ao nosso atrazo. Ingenuidade em suppôr que eram os discursos dos parlamentares inglêses que vigorizavam a Inglaterra, pilotando-lhes os barcos, incentivando-lhes a industria, o commercio e os bancos.

E, por isso, como já foi lembrado, os nossos politicos mais uteis do imperio não fôram os mais cultos: fôram os que citavam menos, os que viam mais as nossas insufficiencias organicas, os que reagiam um pouco ao ambiente de pomposidades ôcas e fôfas do parlamentarismo rhetorico nacional. Tudo foi copiado da Inglaterra: a attitude, o discurso, o gésto, a propria palavra. *Faltava apenas o que os navios não transportavam: a acção.*

O seculo XIX foi um seculo, de facto, novo: o seculo do carvão, do aço, da machina. Elle marca a *transição economica* mais violenta até hoje operada entre os povos: o desthronamento do binario *ouro e escravo* pelo binario mais energetico *machina e carvão*.

Só esse seculo contestou a Aristoteles, quando o philosopho grego via nas sociedades, com o seu genio fertil em focalizar realidades, a necessidade dos escravos. Só aquelle binario explica, de certo, a novidade historica da emancipação dos escravos: a Inglaterra, que importá-

ra dois milhões delles no fim do seculo XVIII, será no seculo seguinte a pioneira da abolição no mundo inteiro. . .

Olhado sob esse aspecto de organização e aparelhamento economico, o reinado de Pedro II, foi de uma pobreza innominavel e alarmante. João VI ao menos reagira, tentára o impossivel, mas realizára o util, o opportuno, o viavel para o seu tempo: fracassando as fabricas officiaes de ferro de Ipanema (Varnhagen) e Serro Frio (Camara), Eschwege conseguira fixar, *abrasileirar*, em summa, um fôrno pratico, rendoso e eminentemente util, cujo trabalho em varios pontos de adaptação nos dera o instrumental — grossoeiro mas nacional — dos primeiros annos do Imperio.

A anarchia das duas décadas da Independencia e da Regencia explica o adiamento de soluções para o futuro. Mas nenhuma desculpa pôde merecer o desinteresse de Pedro II pe'o assumpto, com todos os seus ministros, viscondes, conselheiros, barões e senadores vitalicios: sem expressão que ficou o *pensamento economico brasileiro*, sem ter havido nenhuma compreensão official sufficientemente energica de nossas realidades mais prementes.

Um homem, apenas, olhou o avesso do quadro e reagiu: Mauá. Estava só, desamparadamente só. Na Inglaterra, viu o que era em 1840

a industria do ferro: a “base imprescindivel” de qualquer empreendimento industrial de um povo. Com difficuldades graves, organizou o que premeditára: fundiu, forjou, armou, construiu: enxadas, engenhos, tubos, caldeiras e navios. Sem o amparo merecido, victima da concorrência desabalada de productores estrangeiros, fraqueou por não ter do governo o apoio que lhe devêra ser concedido. Ainda assim, apparelhou fazendas de machinismos, construiu uma fróta mercante que fez á grandeza da Amazonia e salvou os brios nacionaes com os vasos de guerra que levaram depois a victoria de nossas armas junto ás barrancas do Paraguay.

O isolamento de Mauá, o valor de sua obra — de todo esquecida pela historia e só agora exhumada pela pericia intelligente de Alberto de Faria — bem demonstra o acanhado do pensamento nacional daquelle tempo, bisonho em sentir as realidades da vida, simplista em apalpar as necessidades concretas da sociedade.

Todavia, como se uma só lição não bastasse, houve outra ainda sem resultado aproveitavel. Mauá procurára ensinar, durante a paz, que o ferro constitue, de facto, o esqueleto economico dos organismos sociaes modernos. Em 1864, veio a guerra, e, apesar do periodo largo de sacrificios innumeraveis, nenhum homem do Imperio aprendeu a lição amarga que aquella re-

sistencia heroica dos vencidos illustrára com tamanha pompa, evocando para os mestiços bronzeados da America resistencias talvez desconhecidas pelos dolicocephalos louros da Europa inteira. . . . Porque a grande lição a colher, o grande exemplo a aprender seria a comprehensão de que se foi López o continuador de Francia no forjar a fibra de resistencia do homem paraguayo submettido a um regime theocratico, originalissimo mas atrazado fôram os ingêses os fundidores das peças materiaes em que se apoiára aquella resistencia heroica.

Porque o que espanta não são só os cinco annos de resistencia physica e psychica. O que me interessa na campanha, não é o computo de soldados e suas armas que tanto prendem a attenção de Schneider e seus commentadores e traductores: é a resistencia economica, a renovação, preparo e remonte das armas, a fundição dos canhões, o aproveitamento integral de todo o "ferro velho" em continuos revides de vigor novo.

Essa, a grande lição do Paraguay. Ninguem, porém, a comprehendeu em seus devidos termos, como nenhum politico comprehendêra antes a lição admiravel de Mauá desenvolvida nos estabelecimentos ousados de Ponta da Areia. Mauá foi, aliás, dos raros homiens do tempo que não approvaram a aventura daquella guerra. . . . Datará, tal-

vez daí, o segredo de seu desamparo official posterior?...

O caso é que, se a mentalidade de Pedro II tivesse o vigor constructivo da cerebração de Mauá, teriamos constituído na historia dos povos um caso de evolução interessantissima. Se ao invés de professores de sanskrito e de arabe, se ao invés de lições sobre linguas indigenas, o imperador mantivesse um contacto utilitario com ingleses, francêses e allemães, que nos pudessem ensinar as novidades technicas de seu tempo, então teriamos tido um surto vigoroso de aparelhamento material, base logica fundamental para outros surtos de progresso mais elevados (e estaveis) que haveriam de surgir por estas terras.

O homem e o meio

As relações de condicionamento reciproco entre o *homem e o meio* adquirem no Brasil intensidade ou desfallecimento, desconheciveis na Europa occidental, terra em que primeiro os autores falaram dessas mesmas relações interessantissimas compendiadas pela sociologia. Só a Russia, entre os povos civilizados, lembra o caso brasileiro. Todavia, o exemplo japonês seria mais util, mais opportuno, mais especialmente desejado se pudesse ser repetivel no Brasil.

Ambos imperios — o caso russo interessa-me por ver o pouco que pôde obter num ambiente sem coesão, baldio de recursos, um formador de nacionalidades da fibra robusta de um Pedro o Grande. Ambos imperios — o caso japonês — só recentemente tornado publico — interessa-me de modo vivaz pelo accelerado com que pôde um director de homens transformar (num meio propicio por ser coeso, continuo, unido) as forças amorphas de uma sociedade num organismo de energias bem aparelhadas e dirigidas.

O caso brasileiro exige esses dois typos diversos de paralelo. Interessei-me eu mesmo uma vez pelo caso russo e vi então a somma grande de ensinamentos nelle contida (V. L. Cardoso — “*Vultos e Idéas*”). O confronto com a Inglaterra, com a França ou com a Allemanha é muitas vezes inoportuno e rhetorico. Ao contrario, o caso japonês, pela victoria de realizações esplendidas de um povo de mestiços em tempo diminuto, e o caso russo, pela obra embora falhada em varios pontos de civilizamento de um conglomerado de raças, pôdem ser immensamente fartos de lições, maxime corrigido o paralelo com o exemplo opulentissimo da democracia norte-americana.

O Japão mostra o valor de um *ambiente social* na continuidade de uma acção politica bem dirigida: em meio seculo, realizou um milagre formi-

davel. A Russia illustra a difficuldade com que mesmo um politico de genio vê amortecida a sua acção social, quando em contacto com um ambiente ingrato, sáfaro, rude pela immensidade. Os Estados Unidos, por não terem rei, corrigirem as illusões de um e de outro caso, por isso que *melhor* reflectem o valor da *opinião nacional*, o mérito da vontade social anonyma, a energia das massas devidamente orientadas.

Ora, no Brasil, tivemos todas as difficuldades proprias a cada um daquelles tres exemplos invocados, sem que tivessesmos logrado possuir as vantagens vigorosas que acceleraram os respectivos progressos daquelles povos. Não tivemos, de facto, politicos geniaes como Pedro o Grande e Catharina da Russia; as facilidades do ambiente coéso do Japão; as energias esplendidas dos colonizadores ingêleses desde cêdo bem orientados, sem o prazer do luxo e da riqueza, no conquistar pelo trabalho as energias da terra boa e larga. Faltaram-nos, por assim dizer, "cabeça e corpo". Faltou a continuidade do genio politico que brilhou em José Bonifacio e relampejou em Feijó, que estava em Washington, em Lincoln, em San Martin, em Bolivar, em Sarmiento. Faltou o que pedia Euclides em 91 para a Republica, bisonho em sua estréa na imprensa, sob a impressão dolorosa de dias tristes; faltou o que Bryce, no limiar do se-

culo XX, dizia ser necessário ao Brasil: o *genio politico*. Ou, mais doloroso ainda, faltou-nos “corpo”: organização social sufficientemente evoluída, que permittisse a eclosão dos dois maiores pensadores politicos da raça — Tavares Bastos, no Imperio, e Alberto Torres, na Republica — alimentando-os com o carinho de seu estímulo em vez de soterral-os pelo silencio reticente dos organismos sem vida.

Faltou um corpo, em verdade. a *opinião publica*, que Jefferson dizia preferir (por ser mais util) ao proprio governo. Questões graves, os problemas mais serios, desafiando as melhores intelligencias do país, fôram postos de lado num desinteresse crininosamente doloroso.

Examinando sociologicamente o Brasil, sem dithyrambos, sem arroubos de eloquencia, sem figuras de rhetorica, mas pelo confronto honesto com outros povos em evolução durante o mesmo tempo, força é convir que o nosso caso pesa, infelizmente, pouco na balança das cousas realizadas. A politica, olhada por esse prisma, perde o seu character literario, para tornar-se experimentalmente observada. A sociologia exige balanços, confrontos, comparações, aferições que permittam depois o julgamento seguro do caso examinado.

Pedro II, com todas as suas qualidades e valores, fálhou como *realizador politico* em nosso meio. Sceptico, por não poder ser pessimista,

visceralmente bom, honesto, sem nenhum esforço ou alarde, liberal por ser tolerante, tolerante por ser culto, Pedro II teria sido admirável, governando a Inglaterra: teria sido, talvez, o melhor e o maior monarca de todos os tempos, de todas as raças. Ao contrario da rainha Victoria, com vicios imperdoaveis, e de Eduardo VII que personificava a vacuidade aprimorada do espirito depois de uma geração de soberanos de maneiras ultrapolidas, Pedro II teria feito lá de sua cõrte um cenaculo admiravel de sabios do mundo inteiro, congregando-os com a bondade de seu espirito e a intelligencia do seu coração, e teria, talvez, sido aquillo que Victor Hugo lhe chamára, sem bem attender no ambiente em que vivêra, o neto bastardo de Marco Aurelio.

Conforta saber que o Brasil teria sido capaz de exportar o melhor rei do mundo para o maior Imperio de todos os tempos. Conforta, de facto, confrontar os méritos pessoaes de Pedro II com as testas coroadas de seu seculo, para melhor, então, sentir e compreender o verdadeiro milagre desta terra boa e immensa, procriando aquella majestade de animo e sentimento, depois de receber semente tão pouco esperançosa.

No Brasil, porém, falhou.

E não vejo, no caso, nenhuma attitude paradoxal. Para ser rei aqui, onde havia um Imperio por construir, fallecia-lhe capacidade organizado-

ra. E mais. Minguava-lhe a qualidade única que salvára a mediocridade de João VI, conforme observou e descobriu Oliveira Lima, focalizando o valor de seus ministros: minguava-lhe o tacto de descobrir homens habeis. Descobrir e criar. Essa é, ao justo, a maior qualidade dos homens de genio. Geralmente, de descendencia esteril ou definhada, elles procriam corpo a corpo. Napoleão, como Bolivar, criou um esquadrão de generaes notaveis; Diderot procriou philosophos; Miguel Angelo, como Raphael, como Rubens, como Leonardo, gerou artistas varios.

Pedro II não procriou ninguem. Mais ainda: não descobriu os melhores talentos de seu tempo; o *critico* e o *constructor*, o “homem do norte” e o “homem do sul”. Tavares Bastos, o pensador politico. Mauá, o realizador e solucionador magnifico de casos economicos e problemas financeiros. Fôram os maiores auscultadores de nossas realidades e não lograram, no entanto, a cooperação que seria de almejar na machina administrativa do país. Claro que nada pediram. Eram grandes demais para isso, mas por isso mesmo deveriam ter sido chamados. Tavares Bastos morreu desilludido na flôr da idade das realizações, depois de uma obra notabilissima para o ambiente em que viveu: os seus volumes tão cheios de realidades, tão seguros e pejados de bom senso, tão opportunos, tão organicamente criticos por serem cons-

tractores, valem mais do que volumes innumeraveis em que fôsse enfeixada a oratoria parlamentar de uma parte grande do reinado. Mauá tambem ficou á margem. Todavia, foi deputado, como Tavares Bastos tambem o fôra. E, talvez por isso mesmo, esse contacto desagradavel com a oratoria pomposa dos politicos do tempo isolou a ambos das realidades do governo. . . .

No entanto, Pedro II salvou do naufragio natural em que sossobriariam os seus talentos, dois mestiços de genio, permittindo, pelo apoio e conforto pecuniario que lhes foi dispensado, que expandissem as suas capacidades de escol: Carlos Gomes e Pedro Americo, o maior compositor e o maior pintor (apesar do valor do concorrente venezuelano) das Americas. Protegeu varias intelligencias nacionaes e outras estrangeiras, cujos agradecimentos fôram mais de uma vez tornados publicos na propria dedicatoria de seus livros. E tentou ainda, com argucia notavel, chamar ao Brasil o genio magnifico de Wagner, antes da tutela de Ludwig II da Baviera.

Mas não fez o que poderia, o que devia, o que seria de esperar, se possuísse olhos para ver e sentir as misérias organicas que amarguraram o espirito de Tavares Bastos, ou se reunisse em seu cerebro as capacidades de acção que tornaram Mauá um empreendedor infatigavel vestido de uma honestidade peregrina. Se, ao invés do sans-

krito, conhecesse o valor da machina na economia dos povos modernos, se, em lugar de se cartear com os egyptologos, elle cuidasse de ouvir a opinião dos technicos que poderiam orientar o problema basico dos combustiveis no Brasil, se, ao contrario dos professores de tupy ou de arabe, elle mantivesse junto de si professores de energia, homens que lhe explicassem a decadencia dos povos ibericos, a evolução dos anglo-saxonios, o resurgimento germanico e a obra admiravel de assimilação e organização norte-americana, então — assim o creio — bem outra haveria de ter sido a utilidade de seu reinado longo no tempo, mas ephemero nas verdadeiras realizações que influem ou que decidem do anonymato dos povos.

O elogio de Pedro II não pôde ser feito ingenuamente, sem o confronto das comparações que trazem equilibrio aos julgamentos. Lembrei Pedro o Grande, como lembrei o imperador japonês Mutsuhito pela analogia dos imperios, pela longura dos reinados, muito emborá a diversidade das condições constitucionaes desses exemplos. Não invoco o genio politico pratico de Washington ou de Lincoln, delineando, dentro da paz ou em dias de guerra, directrizes seguras de governo, tão pouco o de Franklin, o primeiro genio argamassado com o barro americano. Mas lembro a tutela genial de José Bonifacio, cujas directrizes politicas, no interferir a gravidade de nossos problemas fun-

damentaes, denotavam uma visão de estadistas como não haveria de fornecer mais tarde nenhum dos partidos do segundo reinado. E lembro, de igual sorte, Sarmiento, o pro-homem argentino, organizador da nacionalidade da sua patria depois que a guerra do Paraguay amainou, sob Mitre, as rivalidades entre federaes e unitarios, criando-lhes a consciencia vigorosa do ideal de uma patria acima dos partidos.

O Brasil carecia da cultura de José Bonifacio, da energia de Diogo Feijó e da crença de Pedro II, para com elles fundir a figura complexa do *modelador* de sua nacionalidade. A cultura do patriarcha, porque ella era de facto grande, solida e sadia, embebida que estava nas sciencias naturaes compendiadas em seu tempo; a energia de Feijó, por ter sido eloquentemente vigorosa num momento por demais critico de nossa historia, a crença de Pedro II no Brasil, porque ella foi tão serena e confortadora, que constituiu a sua propria religião, a finalidade, em summa, de sua vida. Espanta, em verdade, a fidelidade do crente. Contrariamente a José Bonifacio, que conspirou quando, velho, cuidava como tutor do espirito do rei criança, e a Diogo Feijó que, doente, endossou a revolta ingrata de 1842 — Pedro II não tentou conspirar depois de deposto. E fez mais. Foi o unico monarchista que respeitou a Republica, nos dias ingratos dos primeiros annos. Não perdea a

compostura cívica de seus ideaes, nem a linha elegante de suas crenças. Não blasphemou, não descompôs, não aggreuiu, não mentiu; acceitou os factos: respeitou-os.

Democratização pela terra

A influencia sociologica do meio physico é deveras interessante. Só recentemente estudada, ella começa a trazer explicações sobremodo sensatas á phenomenalidade historica dos povos, illuminando meandros obscuros ou ventilando sitios escusos, não desoxydados pela verdade. Não me refiro, é bem de vêr, aos estudos tornados classicos de geographia social. Reporto-me ás obseruações de modificabilidade social de um mesmo povo ao contacto com terras novas. Malthus, espantado com as proporções exaggeradas por elle mesmo criadas, atemorizou-se com o effeito das terras velhas que se superpopulizam. O seculo XIX haveria de descobrir o “phenomeno inverso”: a melhoria das raças velhas em terras novas, o rejuvenescimento da estirpe, o revigoroamento da vitalidade dos povos sob o estimulante de condições cosmicas propicias. Os Estados Unidos offerecem um exemplo notavelmente claro.

Fôram terras novas do Centro reconquistado que acabaram de *democratizar* as massas do Éste, que haviam feito a republica de Washington,

Jefferson e Franklin; a grande democratização do período Jacksoniano — demonstrou-o recentemente Schlesinger — era força directa da terra nova e de seu modo de colonização. Não foi o presidente Jackson quem revigorou o espirito democratico: foi a terra que assim o exigiu de seu governo, corrigindo o fundo aristocratico da Constituição republicana, onde a palavra “Man” excluía nada menos do que um terço da população adulta masculina. Não são menos interessantes os casos brasileiros, apesar de não haverem sido ainda sufficientemente observados.

No Brasil, terra sem eleitores, foi o café o *eleitor maximo*, primeiro, da Monarchia, depois, da Republica.

Expliquemol-o. No começo do seculo XIX a economia brasileira estava abaladissima, desorganizadas e decadentes que se encontravam as fontes de riqueza de outróra: o ouro, os diamantes, o assucar. João VI excitára as tétas todas sem successo; estavam, de facto, definhadas. Dañi, as tentativas novas realizadas, desde o chá, que ficaria como uma experiencia de luxo, até ao café, que se tornaria, depois, a peça maxima da resistencia economica nacional. Zonas florescentes no seculo XVIII estavam exaustas.

Flagranciam-no as revoluções sem ideaes perfectamente seguros, revoluções platonicas, impossiveis de vingarem, ousadissimas, reflectindo si-

tuações difíceis de desequilíbrio orgânico inconsciente: forças económicas em torvelinho, desencadeando fermentos sentimentaes mascarados de aspirações políticas. A conspiração mineira, attestando o que João VI viria conhecer de perto: a decadência da mineração; as revoluções de 1817 e 1824, flagranciando a economia instavelmente garantida pelo assucar que, desde a expulsão dos hollandêses, perdêra no Nordeste a supremacia productora, lograda em confronto com outras zonas do planeta.

O café normalizára, depois, uma nova base económica brasileira, formando a riqueza da Bahia e do Rio de Janeiro: são, de facto, para as lavouras de café as levas de negros de continuo importadas até 1853, constituidoras dos melhores elementos da estabilidade do throno.

Seccada a fonte do braço escravo, o café “emigra”: deixa o Norte á medida que se desorganizam as ultimas lavouras e procura o Sul, alargando e intensificando a sua área conquistada na provincia de São Paulo. Apenas aqui o braço, sendo livre, outro seria o voto do café: torna-se *republicana* a rubiacea. E, de certo, a partir de 1870, na agitação democratica, que nos levára á republica de 89, torna-se insophismavel a preponderancia do paulista, a ascendencia sobre a aristocracia rural fluminense, mineira ou nortista da democracia de S. Paulo, logo apoiada pelo estimu-

lo energico dos criadores riograndenses, apesar do hiato dos campos ainda vazios do Paraná e Santa Catharina.

O senador Vergueiro, lançando as bases da colonização com o braço europeu importado, organizando a fazenda de café modelo com os primeiros locomoveis inglêses, estava, logo depois da Maioridade, forjando, sem o saber, as melhores armas da Republica; *republicanizava o café*, o maior esteio do throno, o esteio que subsistira durante a Regencia, apesar da precariedade das situações, quando a unidade do Imperio repousava sobre as esperanças de uma criança coroada. Facilitando a alforria de seus escravos, como fizeram José Bonifacio e Feijó, não lhes permittiu o ambiente que ficassem, um e outro, de pé por largo espaço no scenario politico de seu tempo. A civilização — que era a monarchia na phrase admiravel de Bernardo de Vasconcellos — exigia, de facto, negros da costa d'Africa. . . E sem elles teriamos proxivamente feito o que todos os povos hispano-americanos realizaram; a republica prematura e com ella a desorganização da economia agricola rudimentar de então com a abolição abrupta dos escravos: dois trabalhos em summa, duas épocas que não se poderiam interferir sem choques violentos: uma *destruição organica* rapida sob o influxo de ideaes platonicos e, depois, uma *criação organica* lenta, baseada no desenvolvimento do

trabalho livre estabelecido com o braço branco importado.

Ser republicano não é, como se pensa geralmente, uma *attitude mental*; ao contrario, exige como fundamento uma *realidade* social perfeitamente organica. Isso explica a lentidão do processo evolutivo no Brasil; lenta e logica, quando confrontada com os casos americanos. Não poderiam ser republicanos os filhos de senhores de escravos, nem os filhos de escravos; uns e outros estavam por demais habituados ao vergar da espinha dorsal no cumprimento ou no castigo... Republicanos haveriam de ser os netos de monarchistas ou, quando muito, os filhos de aulicos já desiludidos.

Certamente, o espirito republicano existiu larvado por largo tempo no Brasil. Mas, sem ambiente proprio, não lograria vingar. Historiou uma vez esse evoluir interessante (1914), explicando as razões que lhe eram proprias, Levi Carneiro, compendiando num trabalho de folego as tentativas, os surtos e as primeiras realizações do federalismo republicano. E, recentemente (1924), Celso Vieira retomou com brilho a mesma these ao evocar os antecedentes historicos da Republica no Brasil.

Todavia, a verdadeira razão da fallencia das tentativas ousadas e prematuras exige a intervenção explicativa da *democratização pela terra* no

evoluir daquelle phenomeno social. Nada melhor esclarece o aborto das revoluções republicanas regionaes de 1817 e 1824 do que um dado estatistico, inédito ainda, agora descoberto por Alcides Bezerra. Pernambuco recebeu de 1800 a 1823 cento e trinta mil escravos para as suas lavouras. Com essa “injecção” energica de monarchismo no ambiente social daquella provincia, seria em verdade impossivel o amplo germinar das idéas republicanas. O cléro nacional era sympathico á Republica, mas especialmente por não serem os paes possuidores de escravos. . .

O Brasil constitue, de facto, um *caso médio* na phenomenalidade americana. Sem emancipação economica propria realizada, como os Estados Unidos (agricola e industrial), teve o Brasil, porém, no negro, o elemento estabilizador (á falta de trabalho livre organizado como seria de desejar) de seu condicionamento economico agricola, solução que faltou ás colonias espanholas, cuja exploração colonial fôra visceralmente mineira, sem oportunidade de estabelecimento de uma organização agricola estavel. Isso explica — bem mais do que a diversidade de formas iniciaes de governo — a turbulencia perigosa das republicas hispano-americanas durante o seculo XIX, em face da ordem relativa — se bem que muitas vezes ficticia nas pompas parlamentares — apresentada pelo imperio brasileiro.

A illusão dos partidos

“As palavras, sobretudo em sociedades de cultura imperfeita, significam mais do que as proprias idéas”, observou notavelmente Oliveira Lima, ao examinar o phenomeno do *republicanismo* geral americano, em organismos sociaes, que não estavam sufficientemente evoluídos para repetir o exemplo norte-americano, latinizando-o na America. E poderia, igualmente, ter applicado a realidade do conceito á illusão dos partidos do Imperio. Inicialmente justos, opportunos e diferenciados, elles tornaram-se depois de 1860, ou, menos rigorosamente, desde a Conciliação de 1853, meramente convencionaes. Com o tráfico extincto (1853), ficou profundamente abalado o partido *conservador*; sem coragem de um programma de organização do *trabalho livre*, estavam, por seu turno, acobardados os *liberaes*; a *conciliação* durou depois de cinco annos, com a tentativa de fusão dos dois partidos (1853-57), verdadeiro regime da *confusão*, e, depois d'elle, o começo da *maré democratica* de que falou Joaquim Nabuco. Todavia, o poder continúa conservador até 1862. O discurso do “uti-possidetis” de Nabuco de Araujo definiu bem a situação: 14 annos de governo de “conservadores sem programma politico, e, ao seu lado, os moderados e libe-

raes tambem sem nenhum programma definido"... a não ser "dar combate ao "uti-possidetis" do partido conservador". O que vem depois é meramente nominal: "a liga", congregando moderados e liberaes; o partido "progressista", com o seu programma de acção prejudicado pelo ataque dos liberaes historiccs; a fusão em 68, no "Club da Reforma", dos gladiadores de 64 (liberaes progressistas e liberaes historicos)...

O remanso dos *velhos* com Olinda, e depois, em 68, a reacção perigosa dos conservadores, com Itaborahy, fazem espocar os revides liberaes: o manifesto de 69, em que Nabuco de Araujo compendia o endosso politico de intelligencias robustas, e o manifesto republicano de 70, desafiando a propria commemoração do anniversario do monarcha. Depois, o antagonismo esdruxuto, em que liberaes executam medidas conservadoras e os conservadores programmas liberaes como legitimos, Euclydes, seguindo as pegadas do relato conservador de B. Mossé (Rio Branco) de um lado, e apoiado do outro, na exposição liberal de Joaquim Nabuco, em que fôra mostrado se haverem fartado os conservadores de realizar o programma dos liberaes em 1869...

Em resumo: escravagistas e traficantes, mantendo vivos os dois partidos diferenciados até 1853; fsão, conciliação, confusão politica;

luta desenfreada de posições de mando depois de 1860, quando os partidos, sem programmas definidos, perdem a significação de aggremações políticas, reduzidas tão somente a partidos do *governo* e da *opposição*.

Mas não era, de nenhum modo facil, na época, perceber a realidade dos factos aqui summariados; illusões grandes de nomes procuravam manter ainda de pé o prestigio daquillo que fôra, profundamente, abalado desde a extincção pratica do tráfico (1853).

“O rei reina e não governa”, eis a bandeira ampla agora desfraldada. E, no meio da confusão politica, uma phrase eminentemente clara de Christiano Ottoni (1868), o irmão daquelle que desde 1860, com os seus pamphletos e discursos, corporificava a demagogia liberal da época sem ponto de apoio, antes em summa de poder ser definida pela solução republicana proposta em 70, dois menses depois do advento da republica em França. “Nosso compromisso, dizia de facto Christiano Ottoni, nosso empenho é fazer na legislação os retoques necessarios para satisfazer aquelle anhelos da fala do throno deste anno, quando disse, ao contrario dos actuaes ministros: “*não ha neste país liberdade de voto*”. Mas, em 1863, o triumpho dos liberaes fôra completo, bem mais ainda do que o de 1860. No municipio da côrte, os

conservadores não haviam nem mesmo apresentado candidatos. Foi symptomatico.

Chefe de governo, na tentativa liberal, resurgindo o ensaio fusionista do partido conservador de Paraná, dirá Zacharias: “reputo-me liberal, ou liberal moderado, o que para mim é o mesmo que conservador moderado ou progressista; a denominação é nada, a idéa é tudo”.

Era a conciliação ás avessas... Não admira, pois, nesse cháos, o grito sem éco de um reaccionario robusto (Itaborahy): “o rei reina, governa e administra”...

Não exaggero. Simplifico, synthetizo, espremo a realidade historica de um bagaço amplo de commentarios. Evoco a palavra do tempo, appello para o testemunho dos criticos do reinado, através das décadas historicas atropeladas pela confusão partidaria.

Em 1886, o testemunho do deputado Affonso Celso, quando profligava o pouco asseio moral e mental de “partidos sem idéas”, de “liberaes e conservadores, que se revezavam no poder sem nada deixarem que os diversificasse”.

Em 1884, a accusação honesta de Christiano Ottoni, insistindo em analysar a desmoralização organica dos partidos, no commentario á queda de Lafayette e á difficuldade da organização de um novo ministerio, vencendo as resistencias de Dantas.

Em 1883 (antes de ser ministro), o ataque violentíssimo de Ferreira Vianna ao pregar no Parlamento a concentração das hostes conservadoras, como medida última, para evitar que continuasse a degradação de “ser a politica conservadora feita por liberaes e a liberal por conservadores”...

Em 1877, o amargor de Tito Franco desesperançado com a situação do Imperio, dada a gravidade da situação financeira, triplicada que fôra a divida publica num unico decennio (1864-74): “sem uma só das virtudes dos povos novos, já temos quase todos os vicios das sociedades em decrepitude”. Já em 1867, aggredera directamente Zacharias, por vêr nelle o typo do cameleão politico... Em 1877, combate sem tréguas os conservadores, por julgal-os criminosos nos desbaratos dos cofres publicos...

Em 1865, sob a máscara de Erasmo, a diatribe epistolar, larga e violenta, de José de Alencar (antes de ser ministro em 1869), inciçndo em grande parte sobre a “dissolução dos principios que tinham até 1854 nutrido a vida publica no Brasil” antes da “prostituição politica de uma época inteira”.

Descansem, pois, os homens da Republica, da illusão passadista agradavel com que o espirito, fatigado em vêr e observar a confusão do presente, repousa no passado transfigurado pela nos-

sa imaginação de tropicaes fertes: não ha partidos políticos hoje, pelas mesmas razões por que, desde 1853, deixaram de ter significação real os existentes: não ha idéas organicas, não ha programmas constructores, não ha equacionamento de problemas economicos e sociaes propostos. Não existem partidos na Republica, pelas razões apresentadas por Alberto Torres: são os mesmos com que, meio seculo antes, Tavares profligára a pobreza franciscana da politica, com que os homens do segundo reinado deixaram succumbir, exangues um e outros, os partidos de seu tempo.

O “abysmo dos desilludidos”

Um de nossos peores males é, sem duvida, o “saudosismo”, herança directa do sebastianismo dos portugêses...

Sem crenças robustas no futuro, fantasiamos o passado, á “mingua” de tradições volumosas e, com elle assim desvirtuado, alimentamos a nossa imaginação de tropicaes pouco afeita á experiencia forjada na propria historia patria. Senhamos, divagando, e projectamos sobre o passado uma aureola engenhosa de il'usões acalentadoras, como se com isso sarássemos o espirito atormentado diante das realidades cruas do presente. Dahi, o aspecto esdruxulo, muitas vezes apresentado,

de “povo velho”. Velho, por possuir crenças escassas no futuro. Mas velho fingido ou precoce, pela ausencia de tradições de vulto. E, destarte, acocorados, para evitar a attitude dos que andam e pensam erguidos, esquecemo-nos de que *commemoriar o passado no Brasil deve significar implicitamente projectar para o futuro*.

O facto é que a ingenuidade com que se elogia hoje o segundo reinado, como maneira ironica e maldosa de fazer a critica dos tempos presentes, é a mesma que levava, naquell'as décadas, o espirito critico a invocar um passado mais longinquo ainda: a regencia. Os homens desta evocavam tambem, por sua vez, o primeiro Imperio, como época de maior segurança de costumes ou de menor anarchia. E, pelas mesmas razões, os politicos de Pedro I apostrophavam o seu tempo com a lembrança do governo amplo da época de João VI... Era, evidentemente, o sebastianismo politico...

Analysados, os criticos nacionaes de todo o seculo — como ainda os de hoje — insistem nas mesmas simplicidades, nos mesmos vicios, nos mesmos detalhes que não são senão os aspectos superficiaes das insufficiencias organicas visceralmente profundas do Brasil. Estas não fôram senão de raro em raro percebidas: organização do trabalho, formação da cultura popular, eclosão livre das elites, trafego de actividade e de pensamento, formulação e solução das equações econo-

micas visceralmente nacionaes, retardadoras de nosso progresso social e politico. . .

Homens, despeitados quase todos — ou porque não tivessem ainda alcançado ou por já haverem perdido o governo — aos criticos da monarchia faltava o equilibrio severissimo, se bem que doloroso ao espirito, dos que vêem a gravidade da tormenta, bem sabendo da ausencia de algum porto de salvamento proximo. Viam o encapelado das ondas, sem bem avaliarem os pontos frageis da nau que os conduzia.

Tavares Bastos, isolado, foi, porém, uma excepção.

Em 1861, adolescente ainda, elle presentiu a “morte dos partidos”; era a estréa sob anonymato, tão segura que não faltou quem suppusse nella o talento de Jequitinhonha. Depois, solitariamente, elle percebeu que a molestia do imperio era mais grave. Não era uma infecção aguda decorrente da decomposição dos partidos depois da conciliação, depois da confusão conciliatoria, não era defeito especial de conservadores ou deficiencia propria de liberaes, não era uma questão de prepotencia ou de apathia do poder moderador, não era, tão pouco, uma questão de voto popular, nem de nomes politicos, nem de designação de partido: era mais sério o caso, organica que lhe parecia então aos seus olhos de vidente a propria crise do país. Vinha de longe, compreendeu então Ta-

vares Bastos; e haveria de ir bem longe, ainda, sentenciou também com igual convicção. E só, fugindo aos interesses subalternos dos partidos, acreditando prematuras as idéas republicanas, elle foi o unico homem do tempo, que não atacou nomes nem pessoas. Fez cousa melhor. Estudou, visitou, observou, analysou o organismo do Imperio. Combateu o perigo da politica exterior, prevendo o isolamento americano e a aventura da guerra do Paraguay; desmontou a "centralização", documentando as deficiencias do systema, os attributos passivos, as energias malbaratadas; projectou a "federalização" das unidades componentes, mostrando a diversidade do caso brasileiro confrontado com os padrões politicos europeus; "descobriu" os Estados Unidos, trazendo ao país a confiança na America; visitou o Amazonas, forçando o seu civilizamento pela abertura ao commercio estrangeiro; elogiou a regencia em suas tentativas de politica "experimental organica"; vilipendiou a escravidão; pediu a colonização; bradou com energia pela educação do povo, detalhando um programma vastissimo de politica constructora. Ao fim, exausto de gritar sem ouvir nenhum éco aos seus discursos, cansado de pensar sem valimento aos outros, fatigado pelo esforço herculeo logo apagado pelo silencio reticente, torturado por se sentir tão grande entre gentes tão pequenas e barulhentas, tombou sem que ninguem

percebesse o vazio enorme que deixava. Em 1872, às suas últimas palavras de político, os seus conselhos de quem via a luta entre a constituição que queria amainar a tormenta e a revolução que queria subir demolidoramente: elogia Pedro II, sem lhe declinar o nome, e abandona a luta ingloria, morrendo logo depois (1875) na idade em que se exercitam geralmente as melhores energias.

Os outros criticos eram diferentes. Bem diferentes. Não merecem, junto a Tavares Bastos, nenhum respeito de destaque. Servem justamente, com a ingenuidade partidaria e a ironia aleivosa de suas criticas, para que melhor se avalie o pensamento constructor daquelle critico formidavel de todos os nossos males, escarpellador de nossas insufficiencias organicas, vidente intimorato dos erros relativos á falta de uma *consciencia* brasilica da propria terra que nos ccubera no planeta, como berço cosmico de nossa nacionalidade.

De imaginação facil, com o espirito ferrado de cultura litteraria, os politicos do Imperio não possuíam, senão raramente, a capacidade de sentir o relevo concreto de nossos problemas fundamentaes: tinham a habilidade de vêr o Brasil inteiro — throno, instituições, gentes, partidos e terra — através do que haviam lido: realidades montanhosas eram por elles olhadas como se fôsem sim-

ples sombras não esclarecidas, por aquelles discursos falados ou escritos de Chatham, Fox, Burke, Canning, Guizot, Thiers, Mirabeau, Palmerston, O'Connell, tão de continuo invocados em suas orações das *realidades rethoricas e litterarias*. A' procura de sensações da realidade do tempo, li-os com difficuldade, maldizendo-os, quando, ao invés de alguma observação sagaz sobre as nossas cousas, pervagavam, e logo adduziam, com ou sem proposito, um paralelo na destreza com que rememoravam uma anecdota historica européa.

Não seria difficil compendiar aqui os resumos daquelles criticos, sempre incidentes nos mesmos pontos, a lembrarem demolidores que alvejassem a cupula com receio do ataque decisivo aos alicerces do edificio. Clamavam, despeitados, sem nenhum equilibrio espirital denotador de robustez de animo, clarividencia de espirito ou assombro de energia. Discursavam com veemencia, mas falavam, apenas, sem dar á palavra um desejo de acção propiciatoria. Demoliam com a mesma *mentalidade verbal* com que compunham relatorios sobre instrucção, immigração ou outros problemas graves, quando ministros: para falarem, para serem vistos. lidos ou citados. Falleciam-lhes convicções, crenças, animo no encarar e almejar o futuro. Os mais adeptos do monarcha haviam

sido os seus maiores adversarios, como Salles Torres Homem. Silveira Martins ia ser ministro em 89. Ferreira Vianna fôra depois de 1884. E Ouro Preto foi, de facto, o ultimo apoio do throno. Os maiores adversarios eram ministros em villegiatura roubada á opposição... Dahi, precisamente, a falta de coragem para a defesa das instituições abalançadas.

Feita a Republica, os estadistas mais convictos logo adherem, facilitando a plasticidade daquelles que se conservariam conselheiros, do novo regime: "Saraiva, Paranaguá, Sinimbú, Paulino de Souza, Corrêa, Duarte de Azevedo, Dantas, etc., declararam solennemente que o patriotismo aconselhava a acceitação do facto consummiado" (Christiano Ottoni). Já houve, aliás, quem compendiasse todas essas adhesões precipitadas dos primeiros dias da Republica... O que permittia, porém, essa especie de adhesão sem esforço era phenomeno analogo ao que facilitára o ataque facil dos proprios monarchistas durante o regime: a violencia de Ferreira Vianna (1883) sobre "os quarenta annos de mentiras de Cesar caricato"; a critica de Cotegipe sobre a preponderancia da corôa, corroborando a opinião causticante de Saraiva e Paulino de Souza; "polypo monstruoso", a que se referia José de Alencar fantasiado de Erasmo, quando avançava que, desde

1854, tudo começára a desandar; a “cousa pôdre”, por cair de cima, de que falava Paula Souza; a “immoralidade politica” em que insistiam elementos dos dois grupos adversos; o vesicatorio politico do manifesto reformista de 1869 com a gravidade da responsabilidade daquellas assignaturas notaveis; o ataque de Silveira da Motta á “degeneração do systema representativo” (1869); a objurgatoria, em summa, dos liberaes generalizada de norte (Gomes de Souza) e sul (Silveira Martins e Felix da Cunha) ao centro (Theophilo Ottoni e José Bonifacio).

Illustravam todos o conceito de *Le Bon*: em politica, a verdade indiscutivel não é senão muitas vezes um erro sufficientemente repetido...

No fundo do quadro, bem longe, um critico valente e perspicaz, pouco citado, uma figura elegante de intellectual culto, desprendido de toleimas litterarias, um escritor naturalmente classico, que olhava e observava o ambiente de seu tempo: João Francisco Lisboa. E', de facto, notavel o que disse o maranhense illustre logo depois de 1852, no seu *Jornal de Timon*, criticando os governos provinciaes, os partidos politicos, as ligas, fusões, dissoluções, organizações e recomposições dos partiços. A historia politica não deverá esquecel-o como tem feito, sem reclamar uma parte de sua figura ampla, archivada apenas nos compendios de historia litteraria.

A realidade do chãos

Como disse, excluido Tavares Bastos, a personificação da critica politica organica e sensata, e pôsto á margem Mauá, cuja actividade commercial o isolára da politica, e que teria sido o constructor ideal de nossa economia official, os demais homens da época não sentiam a realidade do chãos. Viam despenhadeiros isolados e clamavam, quando se sentiam no ostracismo politico ou quando abraçavam desilludidos o pessimismo ou, ainda, quando republicanos de attitude, procuravam proselytos para seus crédos politicos. Eram visões parcelladas do abysmo, impressões simplicistas de uma realidade chaótica temivel e torturante para aquelles capazes de vel-as e de ouvil-as, para entende!-as. O vidente de 61 a 72, ao morrer aos 36 annos, em 1875, mostrou que as olhava face a face. O anniquilado desse mesmo anno, cujo perfil acaba de ser intelligentemente promettido por Alberto de Faria ao falar como "defunto" em 1878, na admiravel exposição de motivos aos seus credores, mostrou, por seu turno, que havia dissecado as nossas insufficiencias economicas fundamentaes, alicerces de todos os nossos vicios sociaes e politicos.

Anno fatidico o de 1875, cujo destino ironico elevára o cambio a altura a que nunca mais al-

cançaria, numa especie de fogo de artificio commemorando o governo largo e fecundo de Rio Branco, que se findára.

Afóra esses dois gigantes e exceptuados um Francisco Lisboa, deslocado no Maranhão, um Paraná, um Rio Branco e poucos outros, que procuravam vêr e comprehender praticamente o Brasil, os demais tudo explicavam sem nenhuma observação, com experimentação escassa e com zelosos odios acirrados; tudo viam através dos campos opticos de seus proprios partidos sem programmas, arremedos ingenuos de arregimentações politicas européas.

Criticavam, mas não projectavam. Demoliam e não construiam. No parlamento, na imprensa, no livro, no pamphletto, a attitude era sempre a mesma: a critica mais ou menos violenta ao regime, aos homens ou ás instituições, sem nenhum exame sério e sagaz do *corpo social* do Brasil, para a comprovação dolorosa da insufficiencia funcional de varios de seus órgãos para a dissecação da precariedade organica de seus tecidos e systema. Como Sylvio Romero e Eduardo Prado, no novo regime — um republicano, outro monarchista — atacavam sem “alvejar o casco”, fantasiavam causas fundamentaes em que se eximiam de uma observação mais profunda da complexidade dos phenomenos em jogo. Criticos organicos, espiritos constructores fóra daquellas excepções

apontadas, não havia propriamente no país. Dahi, o isolamento doloroso de Tavares Bastos, só explicavel e comprehensivel, quando se rememora a segregação criminosa a que foi votada modernamente a energia mental de Alberto Torres, sem ambiente propicio que fizesse espocar o seu genio de politico constructor.

As realidades mais visiveis não eram vistas.

No Brasil, a terra é grande demais. Empequenece o homem; depois, esgota-o. Não ha continuidade de seiva, não ha rythmo de vida, não ha sequencia de energia. Quando a corrente deve vir com maior vigor e experiencia, o veio sécca. São Paulo esgotára-se, uma vez, depois dos bandeirantes e antes da geração emancipadora. De igual sorte, Minas torna-se exhausta depois do apogeu do ouro e do diamante. O Maranhão dá de uma só vez quatro centelhas de genio (Gomes de Souza, Odorico Mendes, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa), que se vão todos, symptomaticamente, findar fóra da patria; depois pára. A Bahia gera de uma só vez meia duzia dos melhores politicos do segundo reinado. São Paulo gera o republicanismo; Bahia e Rio de Janeiro alimentam o Imperio; o Rio Grande faz amadurecer praticamente, em dias tormentosos, o federalismo incipiente e prematuro dos padres ousados de Pernambuco; Minas insufla o isolamento conserva-

dor: a Amazonia concretiza o perigo político do “deserto” da vastidão...

Não há sequencia, não há ordem: é por demais violento o atrito passivo da simultaneidade de espaços vários e diferenciados dentro de um mesmo tempo. Não há pendulo regulador que mantenha o equilíbrio; nenhum volante que se sustente por si mesmo. E, desse modo, o acelerado de alguns órgãos, em contraste com o movimento retardado de outras peças do organismo, bem define a situação caótica do systema por inteiro.

O Brasil é, de facto, o symbolo concreto de todas as nossas riquezas em potencial para o futuro. Elle é, porém, também o symbolo vivo de todas as nossas difficuldades gravissimas e tenebrosas, do presente.

“E que era, em 89, com o suicidio do throno?

Um ambiente social sem coesão constituído de forças sem componentes definidos, um mundo social em formação em summa: um chãos de insufficiencias accionado por um complexo veemente de componentes flacidas, sem nenhuma resultante categorica final”. (*Affirmações e commentarios*, 1925, Vic. L. Cardoso).

E que era, em 1840, por occasião da maioridade? A nebulosa, a nebulosa politica accionada ainda pelas crenças robustas deixadas por José Bonifacio e Diogo Feijó...

Instrucção e educação

Compreender o chãos social brasileiro, na aggravante de sua complexidade ethnica e sob o perigo constante da força dissolvente de suas insufficiencias culturaes, seria trajetoria segura para a gloria de um *estadista*. Seria, porque me refiro ao Imperio. Será tambem, posso dizer, se quiser o leitor pensar no seu proprio tempo presente, vago, que continúa o maior e melhor cargo do regime: o de *estadista*.

Apesar de seu amor ao estudo e seu desvelado carinho pelas artes e sciencias, Pedro II não foi o *educador* que seria de desejar para o seu povo. Verdade é que lhe minguava a *opinião publica*, a atmospheria propicia á eclosão dos planos constructores elevados. Mas, ainda assim, não reagiu como devia e podia, alliando a pompa de seu cargo ao tempo largo em que o exercêra. Não invoco o exemplo norte-americano, por isso que o nivel mental dos colonizadores foi muito maior do que o dos ibericos dos mesmos seculos (XVII e XVIII); as suas communitades pediam e exigiam as suas proprias escolas publicas e o exemplo é o melhor aferidor daque!la cultura colonial — desde que houvesse meio cento de crianças para frequental-as. Mas rememoro o exemplo argentino, por isso que a evolução desse povo durante o seculo XIX é

extremamente interessante, transformado que foi um conglomerado de meio milhão de gaúchos broncos — capineados pelo genio de San Martin e meia duzia de homens sem medo e com fome de gloria — numa nacionalidade de energias sociaes e politicas esplendidamente cultivadas. E toda a transformação caldeadora, cauterizando os vicios organicos e despertando com o sopro das crenças as energias adormecidas dos pampas, foi feita numa ebulição ardente em que actuaram dois reagentes poderosos; *governar é povoar*, executou primeiro Alberdi, ampliando a idéa de Rivadavia; *governar é educar* executou depois Sarmiento, revigorando o ideal esboçado pelos primeiros emancipadores politicos de sua patria.

Retenhamos o exemplo. Nunca é tarde na vida para aprender.

Todavia, a oratoria brasileira, secundando a parte escrita compendiada nos programmas officiaes dos ministros, não foi de nenhum modo pequena. Summariando as melhores medidas através de nossa historia e esquecendo a reacção individual interessante de Macahubas, disse uma vez José Verissimo, um devotado, que não nos haviam faltado jámais reformas, regulamentos e projectos... apenas faltava em todos elles a “alma” do autor, a “crença” do executor, o “apoio” dos governos. E acertou.

A historia da idéa educacional no Brasil daria, de facto, um bom volume. Mais de um, folgadoamente, os annaes do Congresso em que fôram discutidos taes assumptos. De real, de pratico foi, porém, escasso o lucro. Foi e é ainda, apesar dos 36 annos de regime republicano, accrescentemos. Nessas questões falam os numeros das estatisticas. E os confrontos que elles permitem com os países civilizados fôram, como são ainda, esmagadoramente tristes. Mas não será difficil quem descubra em tão grande avolumado de reformas e programmas um interesse largo de Pedro II sobre o assumpto, apresentando-o até mesmo como o educador magnanimo de seu povo. . . Eu, porém, respeito os numeros, pouco acreditando nas palavras e nos desejos que não fôrem electrizados pela acção e, por isso, em nome de Tavares Bastos, de Liberato Barroso e Silveira da Motta, os grandes batalhadores isolados em seu tempo pela causa sagrada, accuso o segundo reinado pelo descaso, desatenção e inépcia com que protelou, sem estimular, a solução dos problemas educativos das massas.

O que foi projectado por Tavares Bastos na *Provincia* constituiria por si, caso executado, bronze historico para o melhor padrão de gloria.

Pedro II, afóra desvelos parcellados por altas instituições de cultura e de ensino, nacionaes e estrangeiras, não teve nenhum gésto que merecesse o conceito de *democrata coroado* com que saudára

Mitre ao seu governo. E seria facil, opportuno, memorabilissimo. A recusa de uma estatua equestre em beneficio de uma escola foi, na realidade, gésto nobilissimo, mas isolado. Isoladas, tambem, fôram as attitudes do governo nessa esphera, como demonstra pelo relevo inconfundivel a actuação de Rio Branco. Bom Retiro, o amigo unido, devotado, foi dos aulicos o que mais falou em instrucção e colonização. Talvez por isso Pedro II tenha tambem falado nunha e noutra cousa.

A historia não deve ser fabricante de elogios ou deposito sebento de criticas póstumias. A historia deve explicar: decompôr o passado com a experiencia do presente, animando o espirito pela crença do futuro. Elogia, quando explica. Será facilimo apresentar Pedro II como um devotado ao ensino publico. Facilimo e falso. Nem difficil será tambem apresental-o como um monarcha somnolento que não leu o programma de Tavares Bastos em 1870, nem entendeu o projecto de Ruy em 1882. A historia deve explicar a *inercia do meio*, que foi grande, de facto, bem reflectida na passividade acanhadissima da *opinião publica* do tempo. Mas deve, tambem, fazer comprehender o beneficio immenso que, durante meio seculo, teria o imperador prestado ao Brasil, saneando os seus subditos mentalmente, se tivesse — junto áquella ronda de viscondes, conselheiros, marquezes e ba-

rões — lavado todos os titulos, nomes e commendas da aristocracia de seu reinado com o estimulo evidenciante do aviltamento de uma nobreza fina ser alimentada por massas tão dilatadas de analphabetos de letras e de officios. Não esqueci Ruy Barbosa. Apenas o seu procedimento me parece de todo inexplicavel. Aquelle relatorio de 1882 é, de facto, monumental; modelar nas medidas suggeridas; admiravel na oportunidade do diagnostico; opulento no prognostico dos alvitres propostos. Quem esqueceu o relatorio foi o Ruy republicano, o tribuno, o jornalista, o politico, o collaborador robusto da Constituinte, o senador de tres décadas republicanas, o candidato varias vezes á presidencia da Republica. Foi elle proprio quem nunca mais falou naquelle magistral programma, molde oracular em que podia ter sido vasado o *idealismo organico* da Republica.

A historia é, positivamente, a memoria do passado. Dahi, a força evocativa de alguns detalhes que fazem enrubescer os proprios marmores da via publica. Meio seculo de reinado não foi sufficiente para comprehensão do que deveria ser o ensino profissional. Desveladamente, cuidou Pedro II, apenas, modelar e humanitariamente da educação profissional... dos cegos e surdos-mudos... deixados que ficaram sem esse ensino os milhões de normaes que delle careciam. O vicio é, de facto, organico. A constituição de um

país, que acabava de alforriar os captivos, não falou também uma só vez em educação profissional!... E mesmo agora, na última reforma republicana do ensino, pomposa, dolorosamente, foi chamado de profissional aquelle mesmo ensino ministrado... aos cegos e aos surdos-mudos, herda-do do imperio.

Politica exterior

A politica exterior do Brasil teve, naturalmente, como paradigma as usanças diplomaticas dos imperios europeus daquella época: foi fraca com os fortes e energica com povos fracos. “O crime era do tempo”...

A originalidade decorria da excepção de possuímos, durante o século XIX, uma politica exterior com continuidade de funções e estabilidade de archivos, cousa que na America, como nós, de longa data, só realizaram os Estados Unidos. No tempo de Pedro II, represalias e violencias inominaveis fôram commettidas no mundo, de povo a povo. Seria, pois, estultice condemnar alguns actos exteriores do Brasil daquella época, desrespeitando a historia vulgar do tempo e criando com isso anachronismos estereis. Muito menos limpa do que a intervenção armada do Brasil no Uruguay, foi a brutalidade posterior de um decennio,

com que inglêses e francêses tomaram contas aos japonêses em sua propria casa. Cito esse exemplo unico, pelo relevo especial que lhe é proprio. O numero de casos por invocar seria verdadeiramente vasto... Demais, o Brasil aprendêra a agir com a Inglaterra, que lhe ensinara antes, aqui no Rio, que represalias armadas não representavam estado ou declaração de guerra...

Sendo anachronica a critica ao passado com as idéas do presente, é por outro lado lamentavel — em historia que se respeita — a sonegação de qualquer parte da verdade, para applauso desmedido aos factos do passado. E já temos peccado bastante nesse assumpto...

Embora geralmente prudente, foi algumas vezes afoita e ridicula a nossa diplomacia: o reconhecimento da comedia monarchica europêa no Mexico, trazendo-nos antipathias justificadas no continente; a reclamação junto ao papa em virtude da questão reigiosa, favorecendo inutilidades, são ambos exemplos lucidos do affirmado. O onus herdado do primeiro imperio não fôra, aliás, pequeno. Criámos cêdo, por isso mesmo, o habito util da defesa, sobretudo sendo poderosa a cubicadora maxima de pretensões em nossa casa: a Inglaterra. Ha, de resto, um capitulo inteiro por escrever ainda da historia diplomatica; aquelle em que se processou a tutoria interessantissima, economica e politica, da Inglaterra sobre o Bra-

sil. Defendeu-nos mais de uma vez Barbacena, esse diplomata de finíssima cultura — com perfil não esculpido ainda — a quem Pedro I e Feijó recorreram, quando em situações delicadas. Não era, pois, de admirar que deixasse escola: escola de defesa habil bem seguida naquelles annos perigosos em que a nossa innocencia economica de latinos lutou com a hypocrisia esperta dos anglosaxónicos na questão do trafico, nome com que o mais sério dos problemas economicos do começo do seculo foi transformado numa campanha humanitaria... Na America Saxonica, tecemos com cautela uma amizade esdruxula: a attracção das grandes massas geographicas vencia, de facto, o antagonismo dos ideaes politicos dos dois povos *leaders*. Na America Latina, criámos desconfianças, inimizades e odios: cultivámos as heranças dos ibericos. Mais de uma vez, declarámo-nos “protectores” dos fracos e esforçámo-nos nessas funcções de civilizadores temerosos. Mas sempre com lucro, com interesse, premeditando renda. O receio de um vizinho poderoso ao sul fez com que criássemos um inimigo e forçassemos uma amizade interesseira: ajudámos a armar o Paraguay contra a Argentina e depois ferimo-nos; ajudámos a defender o Uruguay contra a Argentina e depois ficámos presos á intervenção que nos levaria á aventura de uma guerra de glorias longas demais. O certo é que não resolvemos as nossas con-

tendas geographicas emmaranhadas de longa data. Seria facil liquidar algumas, mas o Imperio adiou-as por aguardar sempre a esperteza de melhor momento. Ha duas excepções: as fronteiras com o Uruguay e com o Paraguay, ambas assentadas depois da guerra. Aguardariam os vizinhos a oportunidade de outras guerras para solucionar connosco as suas dividas? Tinham, de facto, o direito de assim nos criticar. Demais, a Constituição de 1824 não delimitára o Imperio, deixando, propositadamente, margem para novas anexações... a exemplo da Cisplatina “federalizada”.

A critica á politica americana do imperio foi feita por Tavares Bastos. Escrita antes de 64, revelou-se uma prophesia admiravel e unsuspeita. Talvez essa tivesse sido a razão maxima de todo o seu ostracismo politico posterior. Insistindo na anomalia de “duas politicas externas” do Brasil, uma ao “norte”, que fechava o Amazonas, obrigando o Brasil a desattender aos convites de Congressos Americanos, mantendo-se isolado; outra ao “sul”, que forçava pela intervenção armada a abertura do Prata, a qual forjava allianças incongruentes, insistindo nessa falta de logica berrante, Tavares Bastos prophetizou o perigo de uma guerra proxima e lembrou o calor com que a antipathia dos povos americanos criava o desprestigio continental do “imperio de escravos”: “Houve uma irritação surda contra o Brasil, desde o orien-

te até o Prata. Vê-se, no Imperio, um pretensioso ou um usurpador... O exclusivismo attrae-nos a antipathia. Só a franqueza, só a *idéa americana* poderá congraçar-nos com o mundo”.

E a obra da Republica seria, de facto, essa: *congraçamento americano*. O ambiente republicano diluiu o imperialismo congenito de Rio Branco e orientou-o numa direcção esplendida, transformando-o no delimitador gigantesco de quase toda aquella linha immensa por que pelejára victoriosamente Alexandre de Gusmão, no anno médio do seculo XVIII, a serviço de Pombal. Os homens do segundo reinado eram filhos, certamente, dos homens do primeiro imperio, netos directos daquelles que serviram e applaudiram a politica imperialista de João VI na Guyanna e na Banda Oriental e por isso não podiam vêr, nas nacionalidades sul-americanas, como nós, em formação, *povos irmãos*, povos de ideaes semelhantes, onde mais cêdo germinára a *força da terra*, e, com ella, o sentimento republicano das massas, e, consequentemente, a americanicidade de suas consciencias. Ironia do destino, lição sabia e amarissima da historia: haveriamos de perder todas as *conquistas officiaes* (Guyanna, Cisplatina) e artificiaes dos imperantes, para que vingassem, tão sómente, as *conquistas anonymas* (dois terços de nosso territorio, obra dos bandeirantes), organicas, espontaneas, necessarias...

Os homens do tempo de João VI forjavam á força aventuras de todo graves, como a annexação “offerecida” pela Cisplatina; os homens da época de Pedro I insinuavam na Europa a transformação das republicas espanholas em monarchias, como recordou Teixeira Mendes, exhumando uma instrucção de Miguel Calmon du Pin e Almeida (1830) ao marquez de Santo Amaro. Era natural, pois, que os homens do reinado de Pedro II pensassem ainda em dirigir a politica de outros povos na illusão secular criada de que com isso não se viesse a realizar o renascimento do vice-reinado platino. Não admira, pois, que o Chile e a Argentina déssem em Lastarria e Alberdi oppositores violentos aos nossos processos diplomaticos na America.

Felizmente, os historiadores patrios modernos têm sabido ser razoaveis na apreciação da guerra do Paraguay. Não ha como esconder os erros de uma e de outra parte, nem a bravura dos vencedores precisa desrespeitar a heroicidade dos vencidos. Teixeira Mendes analysou os factos friamente, com a independencia dos que pensam sob o influxo da historia da humanidade. Joaquim Nabuco defendeu-nos sem elogios demasiados. João Ribeiro summariou os acontecimentos sem lhes attribuir exaggerada importancia. Euclides da Cunha evitou-os. Oliveira Lima descreveu-os como frutos da fatalidade historica. To-

davia, a dívida contraída com a victoria não foi ainda pelos alliados saldada, como fôra de desejar. Num balanço historico, compativel com a sedimentação semi-secular dos acontecimentos, bem se percebe que o lucro foi maior do que o sacrificio das vidas immoladas, tanto mais quanto a desproporção foi crimosamente desproporcionada. (alliados: 39.390 homens; paraguayos: 85.000). O valor da guerra está, antes de tudo, na precipitação trazida á formação das nacionalidades allia-das, fecundando-lhes as energias, como bem demonstram os factos historicos subsequentes, tendentes todos a acelerar a *unificação* de cada uma das patrias em separado. O caso brasileiro, por ser o mais complexo, é tambem o de mais difficil observação. O facto é que López representou, na America do Sul, as funcções de um centralizador de energias. Desencadeando as que Francia criára dentro de seu povo preparado para o sacrificio, elle fez desenvolver, em seguida, as energias exteriores necessarias á extincção do seu incendio louco.

A guerra marca, porém, robusta e insophismavelmente, a formação de uma *consciencia nacional* no Uruguay, acima dos partidos, de uma *consciencia politica* unitaria na Argentina, dissolvendo os federalismos regionaes e a *systematização da unidade do imperio* no Brasil. Ao apontar os detalhes do phenomeno social interessante,

synthetizei uma vez os resultados complexos advindos: “Amollecido primeiro nos charcos do Paraguay, foi em verdade só depois desse trabalho, que o *barro americano* acabou sendo modelado com a formação dessas novas nacionalidades americanas”. (Vic. L. Cardoso, “*Pensamentos brasileiros*”).

Historiando a Missão Saraiva e focalizando o momento historico americano em seu outro livro — *A's portas da guerra*”, não escondeu Helio Lobo as falhas da diplomacia brasileira, os arbitrios violentos de Tamandaré e as responsabilidades de todos quantos, com o encosso de Pedro II, levaram o país áquella aventura fatal e inevitavel, depois de tudo quanto succedêra durante a primeira metade daquelle seculo. E mais tarde, Pinto da Rocha (1914), evitando o commentario directo da campanha do Paraguay, analysou toda a politica brasileira no Prata até á guerra contra Rosas, mostrando os absurdos dos tratados, os subterfugios da diplomacia, as intromissões indebitas, as “tutorias” gratuitas e os interesses sempre occultos, mas energicos, com que o Imperio viü, todavia, ser o Prata “uma illusão geographica que pouco a pouco se apaga”. A phrase era de Euclydes com um exaggero demasiadamente prolixo: o autor applicou-a no sentido politico rigorosamente exacto. E o erro, o grande erro da diplomacia brasileira foi, de facto, consequencia de um *erro*

geographico... Foi a natureza que quis o Uruguay e o Paraguay separados da Argentina da maneira pela qual isolou os territorios vizinhos com as correntes de um systema fluvial especialissimo. Durante o seculo XIX não haveria nenhum perigo de vencimento do vice-reinado amplo que a junta governativa de Buenos Aires planeára em 1811. Só agora, o trafego ferroviario facil e intenso, as linhas aereas, os bancos, os telephones e as communições sem fio poderão ou não exigil-o...

Mas o Imperio soffreu um pesadelo secular. E ingenuamente suppôs, satisfeito com os sacrificios, que a sua acção intervencionista tivesse sido a responsavel pela separação do Paraguay e do Uruguay evoluídos, divorciados da Argentina...

O ambiente de Pedro II

Pedro II, filho de Pedro I, fazendo virtudes dos vicios pelo avesso de seu pae e conservando a qualidade unica — a *honestidade*, a que se referia Oliveira Lima — que lhe era propria, é, sem duvida, admiravel. Comprova-o ainda a descendencia do avô: o neto conservaria as qualidades unicas que o salvaram do naufragio da historia: a estoicidade apontada por Euclides e o “faro” no

escolher os homens famintos de renome, de que falou Oliveira Lima.

Todavia, o amor do pae parece não ter sido grande, o que mais faz avultar ainda o extraordinario do caso: Pedro II foi gerado, de facto, ao mesmo tempo que uma filha da marquezia de Santos... Mas a terra deu-lhe tudo o mais que faltára ao pae e ao avô: e, especialmente, a *crença immarcescivel nos destinos do Brasil*. E dando-lhe presentes de boa fada, nessa solicitude admiravel com que o viu crescer, forneceu tambem material para mi'agre de outro genero, o do assombro da unidade. Os historiadores brasileiros incidiram, positivamente, num erro, tornado secular, attribuindo todos á realza a causa maxima da impo-nencia da unidade não sacrificada do Imperio. Todos, excepto Euclides, com uma anomalia especialissima, como recordei, ao chamar a depõem naquelle inquerito postumo original os que escreveram a nossa historia patria. Euclides da Cunha vislumbrou, de facto, a *unidade do tabiado geographico* dilatado pelo São Francisco, entre o sul e o norte, como *base physica* da unidade empolgante do Imperio. Mas, ao tratar de nossa evolução politico-historica, ao salientar os *regionalismos diferenciadores*, que tanto atemorizavam Alberto Torres, esqueceu a terra e não viu mais aquelle *factor geographico* poderosissimo, o unificador unico de nossa historia patria, grande bas-

tante para contrariar e diluir os demais factores geographicos categoricamente federalizados como, antes de outros, Tavares Bastos os descobrira.

Deposto o throno, Joaquim Nabuco temia ainda pela unidade esphacelada. Socegou-o, em carta, Pedro II, com resposta singela, em que dizia não esperar levar comsigo para o tumulto a unidade imponentissima de sua patria. Acreditaria no valor unificador opul'entissimo daquelle rio, elle, o imperante que o mandara estudar com desvelado carinho, antes de ouvir os technicos, os projectos utilissimos de ligação ferroviaria ao sul e ao norte (Recife-São Francisco, Bahia-Joazeiro, Central-Rio das Velhas)? O certo é que, mais do que o throno, a religião, a lingua e os costumes, foi a terra vehiculada por um systema fluvial interessante que tceeu, permittiu, conservou e ampliou a unidade duvidosa e abstracta da colonia. A costa era diversificada com a variedade de climas, culturas, gentes e recursos, mas *por dentro* — e o São Francisco fez caminhar populações do sul e outras do norte — *o Brasil era todo igual*: um só todo unificado pela mesma carencia de recursos e riqueza de abandono, pela mesma vastidão do latifundio, pelo achatamento igual de todo homem desamparado na luta com o deserto da distancia... A maior fraqueza do cháos redundava na melhor força de coesão: differente pela costa

afóra, o Brasil era igual por dentro. . . Igual porque não evoluia como o littoral, a ponto de tornar-se differente. . . Lembrava o homogeneo das nebulosas. Não admira, pois, que o “poder central no segundo reinado se tornasse uma monstruosa hypertrophia comparado com o poder provincial e o poder municipal”, como resumiu Oliveira Vianna, repetindo o que meio seculo antes dissera Tavares Bastos. Cotegipe falára uma vez nos *cometas politicos*: os navios que demandavam os portos do norte. Como aquelles phenomenos astronomicos, eram tambem assustadoramente esperados taes portadores de mudança de governos, de cargos e de situações. . .

Crescendo o primeiro daquelles poderes no remanso propicio do segundo reinado, depois da energia de Feijó, que velava os vivos com seu fantasma, e depois da paciencia heroica de Caxias, que dissolvia com a sua lealdade os empecilhos graves do regime, com o crescimento do primeiro, dizia, era natural que diminuissent, intimidados, aquelles dois outros poderes. Demais, seriam sempre perigosos, se abrupta e prematuramente desenvolvidos. Duas vezes foi feita a experencia: o resultado sempre energicamente o mesmo: a politica de Saturno: o volante espedaçado sem conseguir regularizar a marcha desencontrada do machinismo: os periodos tumultuarios defendidos por José Bonifacio e Feijó, de que falaram Ho-

mem de Mello e Euclides da Cunha na mesma invocação a Vergniaud. Depois, o terceiro: a revolta no início da República, com a renovação dos expulsos analogos dos comparsas da vespera. Estaremos, finalmente, livres, realizado agora praticamente o federalismo salutar, prematuro outorá, dentro do qual respiram as unidades componentes dentro de seus rythmos convenientes? Confiemos, acautelando-nos e reagindo com o vigor das realizações opportunas.

Os documentos virgens

Num país de documentação histórica escassa, é assombroso que o maior depósito de dados não tivesse sido até hoje farejado com intelligencia. Refiro-me ao Archivo Nacional, cujo director, Alcides Bezerra, não faz nenhum mysterio dos papeis, valiosissimos alguns, virgens de consultas, que estão sob a tutela culta de sua vigilancia intelligente. De outra sorte, não teria eu acreditado no que vi e ouvi ao “espiar” os papeis catalogados, em cujas dobras está escondida ainda uma parte grande da historia do segundo reinado. Lá, estão os livros, compendiando as relações entre o cléro e o throno, de onde poderá ser desembaraçada um dia a historia interessante da igreja no Brasil, cuja passividade acephala — para não di-

zer decadencia organica — só por tres vezes foi corajosamente accusada e combatida: Feijó, na Regencia; Nabuco de Araujo, no segundo Imperio; Julio Maria, no regime republicano. Lá estão, de igual sorte, as correspondencias entre o governo central e cada uma das provincias; nada menos, pois, do que uma parte larga da historia administrativa de cada uma dessas provincias e, ao mesmo tempo, nellas fundida a historia de toda a centralização politica do segundo Imperio. Lá, estão ainda as actas completas das sessões do Conselho de Estado, sobremodo interessantes pela liberdade sigillosa com que eram discutidas as questões mais importantes, sem os subterfugios ministeriaes cavilosos ou sem a literatice rhetorica e pomposa dos oradores no parlamento. A historia honesta do reinado de Pedro II exige que seja feito esse trabalho preliminar de *digestão de documentos*. Aliás, quer o vulto da documentação, quer a ordem em que fôram os papeis crescendo e surgindo — tudo infunde ao curioso uma impressão de respeito. Pedro II era, de facto, sincero quando dizia que os seus erros — e elles não fôram poucos nem pequenos, observamos — “seriam absolvidos pela posteridade, attendendo ás intenções” (Fé de Officio). Acredito que aquelles documentos contemham alimento espirital sufficiente para estimular energias adormecidas de algum historiador não revelado ainda. Ha, pelo menos, quadros no-

vos, perspectivas especiaes, pontos de vista particulares, que merecem ser devidamente ruminados. Le Bon assignalou que os livros de historia revelam, antes de tudo, a opinião de seu autor. No Brasil, por isso que Joaquim Nabuco escreveu a *historia dos liberaes*, todos lamentam que Rio Branco não tenha, com maior amplitude do que o fez em companhia (sob o nome) de B. Mossé, escrito a *historia dos conservadores*. No Archivo Nacional, existe, porém, material para uma *historia sem partidos*, mesmo porque, depois de 1853, a realidade com que agiram esses partidos politicos — apesar da zoeira de nomes e palavras sem programmas — foi bem restricta. E, o que é mais, os actos do Conselho de Estado corrigem a maior critica soffrida pelo monarcha durante o seu governo; pacientemente presente sempre naquellas sessões exhaustivas de duas e quatro horas, a sua palavra ficou nellas *integralmente ausente*; ouvia sem opinar, perguntava sem responder, consultava sem dar conselhos. E lá está na sessão de 11 de maio de 1863 a photographia do momento historico num flagrante admiravel, inteiramente inédito, apanhado por Jequitinhonha: “O throno está isolado e só tem por base o patriotismo e a dedicação daquelles que tudo sacrificaram pela consolidação das instituições monarchicas representativas; estes formam, sem duvida, o partido conservador”... Havendo documentos vir-

gens, valiosissimos, sobre o reinado, escasseiam, no entanto, papeis que focalizem a individualidade de Pedro II. Não os encontrei pelo menos, e confesso-me timorato em repetir — sem esse apoio — os elogios multiplos prodigalizados pe'os historiographos entusiastas do Imperio. Elle teria sido mesmo o maior de seus politicos, como opinou Joaquim Nabuco? “o mais nobre dos homens e o mais perfectos dos soberanos”, no julgamento de Oliveira Lima? o philosopho, o artista e o scien-tista que se mostrára aos seus aulicos?”

Penso que elle foi um homem admiravel, um dos raros — como disse ao fazer o elogio de Benjamin Constant — que não conspurcaram, não deshonraram, nem desmereceram, sob o manto pomposo da realza, a dignidade da criatura humana vestida de soberano. E creio, como Ferrero, que “na philosophia e no saber tivesse elle por fim perdido a consciencia do monarcha”, resignando-se á Republica com uma serenidade que prova como elle não estava persuadido de ter o direito de exercer uma tão desmedida autoridade. Como disse até agora, não existem documentos tornados publicos. Sempre estranhei esse silencio, não compativel com o espirito de quem soubéra viver no isolamento fecundo de si mesmo. Annunciam presentemente o seu *Diario*, o seu longo diario de imperante, trazido pelo neto, já maduro. Confio que seja interessantissimo. Só assim ficará

explicado o seu absentismo de amigos — exceptuada a amizade de Bom Retiro, cuja história prometeu contar Jonathas Serrano — amigo de si mesmo que elle o era, compondo então com bondosa alegria a história de sua própria vida.

As annotações ao livro de Tito Franco são, com verdade, fartas, mas o livro é pouco valioso. Outras annotações á obra de Merou, aos pamphletos de Joaquim Nabuco ou a outros livros, são escassas e isoladas. Cartas do imperante não existem: são sempre bilhetes, e o silencio prolongado póde bem ser que seja o melhor dos elogios.

Deposto, foi fertil em noticias ao visconde de Taunay. Estava doente. Ora conta demais, e o leitor duvida... quando fala em methodos de mathematica. que aprende e investiga, nas sessões do Instituto, a que assiste, nas traducções da “Biblia” e das “Mil e uma Noites” em que elabora. Ora conta de menos, como fez na *Fé de Officio*, onde teria assumpto — se pudesse desenvolvê-lo — para mostrar se Victor Hugo exorbitára ou não no elogio evocativo a Marco Aurelio.

O relato da viagem ao Alto Nilo (1876) é devéras interessante pelo que revela, na despreocupação litteraria ou scientifica, dos verdadeiros méritos do observador culto e sagaz: está, porém, incompleto, sem revisão, sem que cuidasse o autor de tornal-o publico, casualmente apenas que o veio a ser.

Aguardemos, pois, o *Diario*, o grande diario de Pedro II.

E, até lá, retardaremos o seu perfil mental. A historia é tecida muitas vezes com paciencia. Então, poderemos ver se Victor Hugo, Lamartine, Darwin, Pasteur, Gladstone fôram felizes nas phrases que deixaram, ou se fôram faceis, como europeus cultos e educados, no elogio agradavel a um phenomeno sobremodo unico: um *monarcha americano*. E, seja como fôr, observemos. desde já, o maior elogio a Pedro II foi, de facto, dado pelo tempo. Só o seu mérito pessoal explica a realidade longa de seu throno no Brasil. Se afoito, como o pae, teria sido prematuramente expulso. Se consciente demais, como o avô, na escolha de seus ministros, declarando-se *liberal* ou *conservador*, o que soube evitar com mestria, teria precipitado a Republica.

Esse, pois, o maior elogio archivado pela propria historia: Pedro II conseguiu pela individualidade de sua pessoa, *protegido por condições especiaes da evolução brasileira na America*, retardar de meio seculo o advento da Republica, proteger, em summa, aquillo que a Regencia experimentára antes com perigo, por isso que fôra prematura, mas sem desfallecimentos de energia.

O imperante

Tolerante em tudo, Pedro II exerceu uma ditadura única — sem hesitações ou digressões protelatorias — como alvitrou Oliveira Vianna — a da moralidade.

Desse modo, mantendo fechado o thesouro publico, deixou proximamente livre a imprensa, sem inquinari a atmospheria em que conspiraram aquelles monarchistas ou republicanos — que desde Justiniano José da Rocha, Francisco Lisbôa, Torres Homem, Francisco Octaviano até Theophilo Ottomni, Quintino Bocayuva e Ruy Barbosa — honraram os manes de Hypolito da Costa, Gonçalves Ledo e Evaristo da Veiga. A liberdade foi grande. Todavia, o anonymato foi commum, usado como teve de ser por lidadores valentes e libellistas anestrados. Houve tambem imprensa paga. Ficaram as confissões. Campos Salles tinha, sem o saber, o apoio historico de Nabuco de Araujo. . . Este poderia, por seu turno, invocar Diogo Feijó que, entre as condições impostas como ministro, havia exigido, honestamente, a da redacção de um jornal por elle proprio.

Lidos hoje, os criticos do Imperio eram de ingenuidade pasmosa. Já exceptuei Tavares Bastos; foi o unico *critico constructor*; o unico politico que não defendeu um partido em detrimento do outro,

elogiando aliás honestamente o imperador, sem ambicionar o ministerio, e sem lhe declinar sequer o proprio nome: comprova-o o seu "canto de cysne" de 1872, em que elogia a parcela escassa do governo exercido pelo monarcha.

João Ribeiro e, depois, Oliveira Lima mostraram ambos que, evitando a *camaradagem politica* dos partidos, Pedro II julgava os interesses nationaes de mais alto, com dignidade mais ampla e independencia mais culta. Foi, de facto, admiravel o seu *isolamento partidario*. Isso explica a dissolução pelo tempo da maior parte da critica que lhe fôra feita: unilateraes os ataques, não resistiram á pá-tina da historia: fundiram-se sob a intemperie dos tempos. Cansado como liberal do ostracismo, dirá Tito Franco, como estribilho, em sua accusação violentamente velada a Pedro II: "O Imperialismo, assim como todo partido da côrte, sem allianças, influencia, nem raizes no país real, dispondo unicamente da acção governamental, era condemnado então a navegar ainda e sempre de um para outro partido, cujas côres procurava alternadamente reflectir, como cameleão, salvo a constante e perseverante intenção de trahil-os ambos".

E nisso, precisamente, o maior dos elogios... Pedro II, com o segredo de se fazer servir pelos capazes, teceu, incontestavelmente, neste país immenso de analphabetos e incipiente de cultura, um dos poucos mantos imperiaes que a historia pôde

admirar sem menosprezo da dignidade humana. Elle realizou em verdade, por tempo dilatado, aquillo que Euclides da Cunha elogiou com admiração, como sendo a summula da obra de Diogo Feijó, a energia salvadora no momento talvez mais critico de nossa historia: nobilitou a lei, resuscitou a autoridade civil, dignificou o governo (Vic. L. Cardoso — *Pensamentos Brasileiros*, 1924). E admira que assim tivesse sido. Era frondosa “a sombra da velha arvore de Bernardo de Vasconcellos”, a que se referira Nabuco de Araujo, insistindo na dilatação do poder Central, outorgando na lei de 3 de maio de 1841, aparando as franquias e regalias do Acto Addicional da Regencia; era logicamente clara, por seu turno, a argumentação do visconde de Uruguay ao esboçar em sua obra os limites do “poder moderador”, estabelecido na constituição com que Pedro I nobilitára o seu governo premido pelo medo. Mas, apesar disso, Pedro II foi de uma sobriedade governamental sabiamente austera. Sendo a historia politica do segundo reinado o reflexo dos movimentos sociaes dirigidos pelas forças economicas insufficientemente orientadas, fica por isso mesmo documentado o governo pequenissimo que exerceu Pedro II durante o seu meio seculo do reinado.

Elle fingiu com mestria sábia que governára. Disse-o bem Joaquim Nabuco, ao corrigir o pensamento critico de um impulsivo da época: “A ver-

dade sobre o seu reinado está resumida no epigramma attribuido a Ferreira Vianna: "O imperador levou cincoenta annos a fingir que governava um povo livre"; o que quer dizer, a elevar-lhe a reputação perante o mundo, escondendo a indifferença geral dos cidadãos pela causa publica, pelos seus direitos e liberdades, praticando e zelando o culto da Constituição, como da divindade politica, do Imperio".

Completo-o um outro julgamento valioso de Affonso Celso: "Na mão de um soberano arbitrario, voluntarioso, despotico, as amplissimas attribuições conferidas pela Constituição houveram sido detestaveis. Nas de Pedro II, fôram benignas, instrumentos de paz, moralidade e progresso".

Elle integrou, melhor do que nenhum outro, todas as qualidades e defeitos dos homens de seu tempo; todas as facilidades do espirito agil de mestiços tropicaes, latinizados pelo sol e pela cultura, todas as insufficiencias organicas de imaginativos assombrados e distraídos com abstracções mentaes desregradas em detrimento da observação das realidades concretas experimentaveis. A bondade de seu espirito, a agilidade de sua intelligencia fertil nas assimilações dispares e na curiosidade das causas novas, a rectidão de seu character — grande por ser espontanea — fôram sem duvida as melhores de suas qualidades. As facilidades de leitura, farta e mal orientada, ausentando o seu espirito

da *realidade brasileira*, propiciaram, porém, os seus maiores erros e orientaram as melhores de suas fraquezas.

O trato continuado com os seus nobres, acabou fazendo-o acreditar que governava um país de homens cultos, tal o desinteresse protelatório com que não quis descobrir a razão do silencio esteril — no trabalho das realizações — dos milhões de analphabetos de letras e de officios, deshonrando a grandeza da terra immensa. *Acreditava talvez demais no Brasil*. Por isso mesmo, não o analysava, nem o observava: adorava-o, cultuava-o num respeito por demais sagrado. Sceptico por ser bastante culto, elle nunca duvidou de suas crenças, de sua “religião”, do objecto de seu proprio culto ao serviço da grandeza de um Brasil maior.

Mas, estabilizando o “tempo” de seu reinado, em vez de dynamizal-o, elle protelou, sem resolver, problemas sociaes organicos de todo graves.

E foi habil. Eminentemente habil; na adoração de sua patria, elle soube, de facto, fingir com mestria que a governára.

Rio — dezembro — 1925.

Euclýdes da Cunha

A Fernando de Azevedo

I

A maior descoberta de Euclides

Euclides descobriu a Terra, as terras interiores e as gentes dellas, os curibócas, os sertanejos e os caucheiros, os sertões adustos do Nordeste e aquella Amazonia perigosissima e estuante, “a ultima pagina a escrever-se do Genesis”, a “terra infante, a terra em sêr, a terra que está ainda crescendo. . .”

E, não contente, realizou ainda uma das maiores descobertas que havia por fazer em nossa historia, qual aquella que explica a razão de ser do assombro da unidade politica mantida dentro do Imperio, invocando para isso as funções do *unificador central* — o rio S. Francisco — o unico dos factores geographicos que não foi, como todos os outros, um perturbador da unidade ethnica, social e politica de nosso povo.

Cabe-lhe, de facto, por direito, a descoberta. Ninguem tanto se impressionára com os desequeili-

brios de nossa historia, como o “insulamento em que se perdiam as nossas gentes no país vastissimo”, “distanciadas pelo meio, isoladas por destinos divergentes e separadas por discordancias ethnicas profundas. Ninguem melhor synthetizára antes as perturbações graves da ordem publica nacional, occorridas em consequencia do choque varias vezes repetido entre os “centros littoraneos” e os “centros sertanejos”, rebeldes estes na assimilação de cultura daquelles, protegidos que sempre ficaram por seus respectivos insulamentos. “Era, em summa, o crescente disequilibrio entre os homens do sertão e os do littoral. O raio civilizador refrangia na costa. Deixava na penumbra os planaltos. O massiço de um continente composto e vasto talhava uma physionomia dupla á nacionalidade nascente” (“*A' margem da Historia*”). E, destarte, com propriedade muito justa e muito sóbria, observára Euçlydes, concluindo, que os “cabanos” e os “balaíos”, os “cangaceiros”, e, posteriormente, os “jagunços” constituíam todos — as insurreições que lhes tomaram os proprios nomes — “nomes diversos de uma diathese social unica”.

Jogando, pois, impressionado com os factores geographicos differenciadores de nossa unidade ethnica, social e politica, haveria de caber-lhe descobrir depois o *factor unificador central* que até então não fôra devidamente comprehendido em

nossa historia: — *o caminho interior* do S. Francisco.

Porque, não ha negar, o descaso em não lastrear a nossa historia com os condicionamentos ditados pela geographia tem sido, além de geral, sobretudo grave e contraproducente. Isso explica, muitas vezes, o paradoxal de nossa historia patria melhor aprendida nos livros geraes sobre o Brasil do que, propriamente, nos compendios de seus historiographos... Não exaggero, não devaneio. Ao contrário, especifico a anomalia esdruxula, invocando exemplos valiosos: *a memoria* de Martius mais util do que a historia de Armitage; a *obra politica* de Tavares Bastos muito mais clara do que a *historia* pomposa e ficticia de Pereira da Silva; o *commentario* de Euclides ("*Da Independencia á Republica*") — muito mais verdadeiro do que o *relato historico* de Nabuco de um trecho largo do 2.º reinado... e mais ainda, para tornar contemporaneo o exemplo: num simples volume de Oliveira Vianna ("*Evolução do Povo Brasileiro*") aprenderá mais o leitor intelligente do que nos dez tomos alentados da *historia* de Rocha Pombo...

Em particular, sobre o rio S. Francisco, o certo é que se o relato dos historiographos sobre o povoamento do valle desse rio foi mingudadamente bordado num tecido composto de vazios, menor foi ainda a attenção por elle merecida por parte dos autores de nossa historia patria, ou dos escrito-

res que reproduziram a nossa evolução social, descrevendo as aventuras vencidas e os destinos prováveis de nosso povo, nesse jogar veemente em que se embaralharam gentes de todas as côres num tablado geographico formidavel.

Porque não ha como occultar a generalidade do descaso. Esforcei-me eu mesmo uma vez por compendial-o, ao estudar o *Rio de S. Francisco — rio sem historia*. E depois de tornar flagrante o silencio sobre o assumpto — com a resalva da phrase admiravel de Capistrano e da passagem notavel de João Ribeiro — quer dos historiographos, quer dos sociologos, admirei-me do proprio silencio posterior de Euclides, por isso que em seus outros escritos não retomou aquella these opulentamente esboçada, nos “*Sertões*”, com a aggravante especialissima de a ter olvidado naquelle balanço imponente (“*Da Independencia à Republica*”) em que falou com pompa austera da historia do Imperio, focalizando os defeitos graves de nosso processo evolutivo e revelando as directrizes mestras que presidiram á formação de nossa nacionalidade.

Esse “silencio posterior” de Euclides, de todo inesperado, esclarece melhor do que qualquer outro facto a difficuldade da propria descoberta... Ao escrever “*Os Sertões*”, sentiu Euclides o Brasil ao ar livre, viu, antes de tudo, a terra, e agindo sobre ella o homem: todos sabem, de resto, que

escreveu elle o livro em contacto com a propria natureza: abarracado numa simples choupana de engenheiro, depois da viagem interessantissima realizada ao sector nordestino. Ao contrario. *A' Margem da Historia* foi escripto num gabinete de trabalho, e, se bem que sem citações, em contacto com os nossos compendios, os quaes silenciára todos — exceptuadas duas referencias de Tavares Bastos sobre o não aproveitamento da navegação fluvial, a phrase de Capistrano e a passagem de João Ribeiro — sobre aquelle factor importantissimo, orientador veemente de nossa unidade politica. A carencia de citações indica pois, no caso, a companhia dos compendios da historia patria consultados...

Mas, lembrando aqui aquelle silencio posterior do proprio autor, eu quero apenas insistir sobre a difficuldade da descoberta... E não insisto em vão. Quero, pelo menos, avisar qualquer incauto do risco que correrá "fingindo" amanhã em seus escritos haver descoberto por conta propria o rio São Francisco em nossa historia patria... Porque é de facto doloroso verificar a audacia com que se sonegam citações entre nós; a coragem com que se abusa da desculpa da raridade de nossos livros, para evitar referencias; a ousadia com que "fingem", os novos que surgem, desconhecer a obra de nossos maiores que já se fôram. Infelizmente, entanto, não é de hoje o mal. Vem de lon-

ge, estampado como está no silencio horrível feito em torno da obra de Tavares Bastos por todos quantos, como Ruy Barbosa e Sylvio Romero, lá se abeberaram. Agora, apenas, torna-se maior o conspurco. . . por ser maior o numero dos que escrevem. Nem maior exemplo, nem mais opportuno, nem mais doloroso poderia aqui lembrar do que esse da falta de coragem generalizada em citar Alberto Torres, por parte de todos esses “constitucionalistas” ineditos que falam, agitando-o, em nossos proprios dias, sobre o problema da reforma constitucional. . .

Não, não era de nenhum modo fácil o “descobrimento” do São Francisco. . . Provou-o o proprio Euclides da Cunha, mesmo depois de haver visitado um sector do grande rio. Nem me foi fácil, convém acrescentar, o interesse pelo mesmo assumpto. Descobri o rio em verdade, mas só depois de haver percorrido um trecho largo de seu curso. A these por mim ha pouco agitada em conferencia na Sociedade de Geographia — “*O rio São Francisco, base physica da unidade do Imperio*” — não foi propriamente formulada por Euclides da Cunha, diverso que era o seu ponto de vista, e presa como estava então a sua attenção, especialmente para a Campanha de Canudos. Mas, com a mesma honestidade com que elle reverenciou a passagem singela de João Ribeiro, citando-a em

seu proprio texto, antes de bordar os seus commentarios argutos sobre a funcção historica desse rio na penetração das gentes do sul e do norte pelo nosso territorio, muito me alegra affirmar que procedi de igual modo, focalizando o valor eminente da obra alheia anteriormente tornada publica, sem que porém, apesar de quatro lustros decorridos, nenhum outro escritor houvesse tomado interesse pelo assumpto.

Mas, por isso mesmo que não desejo tomar parte na paternidade do descobrimento — e reputo dos maiores que havia ainda por fazer em nossa historia — insisto na miseria moral daquelles que em breve haverão de “fingir”, sem citações, ser tambem descobridores do São Francisco. — Aviso-os pois, de antemão, com aquelle “silencio posterior” de Euclides, do perigo em ser fingida a descoberta sem esforço. . .

Não exaggero, todavia. o valor daquella *base physica* como elemento geographico preeminente garantidor da unidade politica de nosso Imperio. Phenomenos complexos, como são os historicos, resultam sempre de causas multiplas. O valor do S. Francisco foi, porém, notavel porque, de facto, esse rio constituiu o factor geographico unico contrariador e contrabalançador de todos os demais factores geographicos categoricamente insuffladores de nosso regionalismo ethnico e social e de nosso federalismo politico, sempre larvado apesar da

pompa ficticia da unidade politica dentro do regime monarchico. Foi respeitavel, é bem de ver, a força centripeta da realêza, revigorada com a vinda inopinada de João VI, reforçada pelo genio politico de José Bonifacio, demandando o animo varonil de Pedro I, refundida pela energia asperrima de Feijó, intensificada, depois, pela intelligencia culta de Pedro II, servida pelo braço firme de Caxias e orientada pela visão politica dos melhores esteios do reinado — mas tudo isso de pouco teria valido se não tivesse o throno representado a sua funcção historica, movimentando-se num *tablado geographico* dentro do qual fôra feita a união dos centros basicos, de norte a sul, mal unidos e mutuamente mal amparados ao longo da costa immensa sem ligações estaveis.

Nem tão pouco esqueço uma outra causa sobremodo valiosa como cooperadora do assombro de nossa unidade, apesar do descaso completo (exceptuada uma parte apenas da these esboçada na obra de Nabuco) com que foi esta posta á margem pelos compendiadores de nossa historia.

Nabuco compreendeu, em seus justos termos, o phenomeno interessante da *republicanização* do exercito brasileiro occorrido durante a luta. Euclydes, por seu turno, mostrou o lucro notavel que trouxe ao país a victoria da campanha ardua, duramente pelejada em terras longinquas, por isso que adiou — embora fôsse em sua opinião sensata

a “guerra do Paraguay um desvio na nossa historia” — e prote!ou o perigo de uma nova *revolução de liberalismo*, anteriormente, com gravidade, esboçada.

Admira-me, todavia, que não tivesse percebido o beneficio que trouxe aquella guerra para o inicio da *formação de nossa propria nacionalidade*, forjando com a premencia do sacrificio feito em commum, pelo Norte e pelo Sul, o sentimento e o espirito de *unidade da patria*. Eu disse uma vez aquillo que verifiquei ser depois uma novidade, desconhecida daquelles que têm escripto sobre a nossa historia patria:

“Na historia dos povos da America do Sul, ainda não se pesou definitivamente o valor benefico para a formação e consolidação das tres nacionalidades alliadas, trazido em consequencia da guerra continental contra a prepotencia a um tempo barbara e heroica de López. Semelhantemente, só modernamente vieram os historiadores europeus a perceber que a grande utilidade de Napoleão foi maior para as nações por elle vencidas do que para a França imperiosa, que, em um momento historico, pretendeu avocar para si o brilho e a gloria de dominadora pela força dos povos europeus”.

“*Amollecido primeiro nos charcos do Paraguay, foi em verdade só depois desse trabalho, que o barro americano acabou sendo modelado com a*

formação incipiente dessas novas nacionalidades americanas”.

“Leia-se com atenção o que ha escrito sobre a historia do Brasil, e ver-se-á que a guerra do Paraguay separa, um do outro, periodos bem diversos de lutas internas: antes, são movimentos perigosos e dissolventes das energias do país, tendendo francamente ao *fraccionamento* do Imperio, se não fôra o tacto dos dirigentes dos negocios publicos servidos pelo pulso viril e nobre de Caxias; depois da guerra, ao contrario, as lutas internas *systematizam-se*, por assim dizer, e ao invés de facções de povo contra povo, em attitude hostil e aggressiva, enfrentam-se os partidos politicos no Parlamento, robustecidos pela acção centralizadora de um *todo* que começou, desde então, a pulsar como um organismo uno e indissolúvel”. (V. L. Cardoso, “*Pensamentos Brasileiros*”, 1924).

Phenomeno complexo, como disse, por ser ethnico, social e politico ao mesmo tempo, a unidade imponente de nosso Imperio só pôde ser com decencia explicada pela interferencia de varias causas. Dahi, a importancia de cada uma dellas em separado, esclarecendo aquillo que politicamente só poderia ser compreendido como um “*milagre*”, tantos fôram os erros de Portugal, commettidos na administração da Colonia americana. *O Rio S. Francisco*, como factor historico-geographico, con-

trabalhando os demais factores cosmicos diferenciadores; a *guerra do Paraguay*, como elemento inestimavel de centralização *social coesiva*, a *força centripeta unificadora da realeza*, constituem as tres causas mais efficientes daquelle phenomeno complexo da unidade, representando, de per si, a concomitancia dos factores ethnicos, sociaes e politicos.

Mas, pela ordem natural das cousas, pelas mesmas razões que fazem com que todos os povos em sua infancia "inventem" primeiro o *adjectivo* antes do descobrimento do *substantivo*, a *causa politica* foi encontrada por nossos historiographos muito antes delles descobrirem aquelle factor historico-geographico preeminente: a *causa social psychica*, em summa, antes da *base physica* . . .

Rio — 12 — agosto — 1925.

II

O erro de Nabuco sobre a prophécia de Mitre

Na sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras, em 1897, pronunciou Joaquim Nabuco, secretario geral, um de seus melhores discursos, notavel que foi o bom senso com que falou do curso provavel das relações entre as letras brasileiras e as portuguezas ao mesmo tempo que, sobremodo opportuno, disse da esperança com que aguardava um periodo fecundo e promissor em nossas letras. Todavia, ao citar uma palavra de vaticinio de Mitre generalizada aos povos sul-americanos, errou Nabuco, mostrando não haver compreendido o verdadeiro pensamento criador contido na phrase, celebrizada depois, do argentino eminente.

Reproduzamos, pois, antes do mais, o referido trecho de Nabuco:

“Eu li ha pouco umas paginas na Bibliotheca de Buenos Aires assignadas pelo general Mitre a quem sinceramente admiro; a idéa é que a litteratura hispano-americana não produziu ainda um livro... Nós podemos compreender-nos na sen-

tença de Mitre: não tivemos ainda o nosso livro nacional, ainda que eu pense que a alma brasileira está definida, limitada e expressa nas obras de seus escritores; somente não está toda em um livro. Esse livro, um extractor habil podia, porém, tiral-o de nossa literatura. O que é essencial está na nossa poesia e no nosso romance. O livro não podemos fazer, porque o livro é uma vida; em um livro, deve estar o homem todo, e nós não sabemos mais fundir o character na obra, sem o que não póde haver criação”.

A logica era admiravel. . . para quem não possuía o livro. . .

Agora depois de um quarto de seculo, o tempo trouxe por si mesmo o testemunho insophismavel de estar a razão do outro lado.

Mitre lamentava, evidentemente, a ausencia de uma *consciencia latino-americana* e, consequentemente, a ausencia de um estylo hispano-americano. Certo, o ponto de vista de Nabuco era diverso. Demais, a Argentina não possuía, quer em poesia, quer em prosa, uma obra que pudesse ser enfrentada áquelle acervo notavel que nos fôra legado por Gonçalves Dias, Castro Alves, Fagundes Varela, Bernardo Guimarães e José de Alencar. Mas no fundo, a razão estava com Mitre, quando procurava sem encontrar, como queria, *o livro da raça, o livro da terra, a consciencia do povo novo estereotypada na le'ra de um livro impresso com os typos*

gerados na terra que lhes servirá de patria. E Nabuco era, de resto, “europeu” demais para compreender a angustia criadora de Mitre. Em uma de suas ultimas obras, escrita logo em francês, elle haveria de tornar publica a sua descendencia espiritual em linha recta de Renan, tão pura quanto a dos proprios francêses gerados ou influenciados pelo mesmo mestre. No “*Estadisia do Imperio*”, o seu livro admiravel, elle documentará, de outro lado, o classicismo de seu espirito. Lendo-o e aprendendo com elle tantas cousas bellas de nossa historia politica do Imperio. . . esquece apenas o leitor estar no Brasil, tal a serenidade do discurso e a elevação do scenario politico por elle apresentado, tal a ausencia de referencias á *terra* em sua energia selvatica bravia, tal, finalmente, a escassez de dados relativos aos typos de nossa raça em formação chaótica.

Mitre, ao contrario, visceralmente americano, queria o livro da terra, o livro da raça em formação, não se contentando, já naquella época, com o “*Facundo*” de Sarmiento que foi, dentro da Argentina, o embasamento vigoroso que tem servido de pedestal ao monumento de suas letras nacionais.

Mas, pensando no problema da formação da *consciencia argentina*, Mitre prophetizava indirectamente para o Brasil. E acertava. Nóte-se bem: o grande valor dos “*Sertões*” é não ter nenhuma

semelhança com o “*Facundo*”. Ambos representam, porém, a mesma cousa para cada uma dessas duas literaturas: um *vagido robusto*.

E, por acreditar que “o Brasil está na immi-nencia talvez possível de falar ao mundo uma pala-vra nova, forjada num typo de literatura que exprima e represente a voz complexa de nossa pro-pria nacionalidade, eu lembro aqui o trabalho dos tres obreiros maximos da independencia espirital do pensamento e da cultura brasileira, para que me-lhor seja então compreendido o legado de respon-sabilidades que os velhos “cipós” deixaram áque-lles que quizerem buscar vida e seiva, sugando o mesmo tronco robusto de nossa raça.

“Euclýdes descobriu a Terra, as terras inte-riores e as gentes dellas, os curibócas, os sertane-jos e os caucheiros, os sertões adustos do Nordeste e aquella Amazonia perigosissima e estuante, “a ultima pagina ainda a escrever do Genesis”, “a terra infante, a terra em sêr, a terra que está ainda crescendo. . .”

“Alberto Torres previu o monumento social e politico, imponentissimo que deverá surgir talvez um dia entre estas terras opulentas e extensissi-mas do Brasil.

“Farias Brito, com optimismo admiravel, con-tinuando o optimismo raro e sadio de Euclýdes e de Alberto Torres, tecendo com as suas maguas de philosopho sem discipulos, um manto diaphano de

dignidades espirituaes, ensaiou então falar das cousas grandes da vida, das harmonias interiores esplendidas da consciencia, e das bellezas sadias que pódem emprestar ao homem os attributos das proprias divindades.

“Mas por isso mesmo, porque viveram no mesmo tempo e sem nenhuma osmose mental, elles denunciaram que trouxeram todos a seiva da mesma fonte — a *força da terra*, a energia criadora e inconsciente ainda da raça em formação chaótica, a força renovadora, emergente da propria terra que não formou ainda a consciencia de sua propria nacionalidade.

“De qualquer modo, pois, as responsabilidades, accumuladas sobre os hombros da geração dos homens a que pertença, são simplesmente formidaveis”. (V. L. Cardoso, — “*Figuras e Conceitos*”, 1924.

Rio — 13 — agosto — 1925.

III

In Memoriam

(Palavras proferidas a 15 de agosto de 1925 junto ao tumulto do escritor, a convite do "Gremio Euclides da Cunha").

Apesar da intimidade que tendes tomado com a figura de Euclides da Cunha, admiradores conscienciosos que sois de sua obra, colleccionadores pacientes de seus papeis esparsos e archivistas honestos dos detalhes de sua vida, penso que vou contar-vos, agora, um caso novo.

Refiro-me ao espanto com que Euclides viu uma vez, na intimidade de um lar fraterno, a mulher de seu amigo, em hora matutina, atarefada em funcção mui caseira de cuidadora serzidora de meias de familia. . . Não vos descreverei a scena; nem a curiosidade mal velada do visitante, nem o espanto correlato da dona daquela casa, intrigada com a novidade confessada á puridade por Euclides, de nunca haver visto semelhante trabalho. . . Deixo-vos, tão somente, o inedito do caso, garantindo-vos, todavia, a sua authenticidade, relatado

que me foi elle por Gastão da Cunha, o grande espirito amigo do de Euclides, e para o qual, melhor do que para outros, se tenha talvez aberto o coração do grande morto, como me foi dado vêr, ainda ha pouco, relendo, commovido, uma parte daquella correspondencia antiga, avara e carinhosamente conservada.

Sem me interessar pelos detalhes do caso, propriamente, banal até mesmo como poderá parecer a muitos, eu vejo nelle, no entanto, um "revelador" adequado, permittindo fixar com côres vivas a belleza da vida tumultuaria do proprio Euclides, exemplo typico que pôde ella constituir entre as vidas de varios de nossos homens cultos, autodidatas, na veemencia e no arrojio com que vingam, forjando, do nada, um nome illustre e preparando, com seus proprios esforços, um "precipitado" energico de cultura em nossas letras.

Porque, não ha negar, a intelligencia nasce virgem muitas vezes no Brasil. E, em verdade, vos digo que essa é a razão principal por que não perco as esperanças que cultivo sobre a grandeza mental de nossa patria, apesar da impressão dolorosa que recebo, de continuo, do nosso quadro social, como a co'hem por si mesmas todas açue'las consciencias graves que sabem que venceremos, folgadamente, todos os grandes países civilizados do globo na percentagem aviltante de analphabetos de letras e de officios.

Mas apresentamos, de facto, essa anomalia notavel de intelligencias robustas formadas sem processos longos de seriação ou depuração através de gerações seguidas. E essa foi, como sabeis, a razão mesma do milagre grego, do milagre realizado por aquelle povo de “crianças” — em face da maturidade do povo egypcio — povo que, em poucos seculos de vida, gerou, na unidade minima de tempos e de espaço, genios formidaveis sob qualquer dos multiplos aspectos por que os queiram considerar e admirar.

Bem diverso tem sido, no entanto, o caso europeu, se devidamente examinado em toda a sua complexidade evolucional. Exceptuado o povo russo, cuja semelhança com o nosso em varios pontos já me feriu a attenção como escritor, e, exceptuados alguns casos esporadicos (communs de resto a todos os povos, relativamente a grandes eleitos nascidos de ascendencias humilimas), o caso commum — principalmente no norte da Europa — é aquelle em que o talento é pacientemente destillado através das gerações que se succedem. Atrás do genio de Sebastian Bach, por exemplo, ha meia duzia de gerações de compositores e de musicos intelligentes. E bem sabeis que foi esse, precisamente esse, o caso invocado por Goethe para dizer da paciencia com que a natureza crystalliza lentamente a genialidade allemã, depurando-a no alambique vivo de gerações seguidas de paes a filhos, no afinamen-

to prévio das qualidades notaveis por conseguir fixar.

Sabeis, de outro lado, quão lenta foi, por isso mesmo, a evolução da Europa, depois de apagada a luz de Roma e da Grecia — falhados os fócios de Alexandria e de Bysancio — que tanto brilho haviam trazido ao mundo antigo. Seculos inteiros fôram consumidos em assimilações soffríveis ou em repetições pouco originaes, tão enfadonhas, que determinaram aquelle elogio sagacissimo de Schopenhauer, saudando em Descartes o homem que havia, depois de varios seculos, feito com que a Europa “pensasse com seu proprio cerebro”, deixando então de abusar da cabeça do genio immenso de Aristóteles.

Oriundos de mestiçagens inferiores — o colono portuguez geralmente analphabeto, o indio catechizado ás pressas e o negro animalizado pela escravidão — nós, brasileiros, apresentamos, ethnica e socialmente, problemas de todo novos, cuja solução entregue ao beneficiador do planeta, o sol, haverá de pôr por terra o artificialismo de doutrinas, theorias e systemas batidos até agora nos estaleiros espirituaes da Europa.

O Japão foi a primeira negativa veemente. Elle mostrou, com a experiencia vigorosa e temivel de milhões de sêres, que as côres dos homens e as mestiçagens das raças são phenomenos secundarios em relação áquelles outros que dizem res-

peito á cultura do cerebro do individuo e á saúde do seu organismo.

Nós seremos, talvez, de futuro, uma reacção concreta mais formidável ainda ás theorias abstractas dos povos brancos europeus. E será por certo “nova” a palavra brasileira, nova que tambem é no mundo a mestiçagem complexa aqui realizada, ao calor de nosso sol, de homens de todas as côres, de todas as raças, de todos os continentes.

E, se são varias as nossas deficiencias nesse tumultuar inconsciente dos cruzamentos, se são graves os nossos defeitos e perigosos os nossos hiatos, possuímos em verdade uma qualidade maravilhosa, de que não nos temos servido ainda como fôra de desejar: possuímos, de facto, a “*virgindade da intelligencia, placas cerebraes*” que não soffreram hereditariamente impressões espirituaes trabalhadas por gerações anteriores; assimilamos, muitas vezes, quero aqui dizer, a intelligencia fecunda e inconsciente da propria terra. Não rengo o beneficio inestimavel da hereditariedade, não desconheço, tão pouco, o valor immenso das especializações, dos habitos, das idéas que se transmitem de geração a geração: esse é o processo ideal das sociedades, altamente cultas. Mas, lembrando aquelles nossos vícios, defeitos e insufficiencias, eu desejo insistir, tão somente, na qualidade unica opposta com que fomos beneficiados: a virgindade habitual de nossas “placas” cerebraes, que é no en-

tanto muitas vezes conspurcada com as primeiras imagens tomadas de importação facil da Europa.

Penso, em summa, que possuímos elementos para sermos *originaes*, e que não nos temos delles servido, todavia, na devida conta.

Abundam os exemplos: nem preciso aqui de detalhal-os.

Em literatura, a *bastardia* reponta a cada canto, ora portuguesa, ora francesa, ora italiana. Em sciencia, cansamo-nos em copiar o sabio allemão; em industria, em tentar reproduzir o norte-americano, com a mesma ingenuidade com que outrora o commercio tomava como padrão de cópia o typo inglês. . .

E, no entanto, tudo indica que já poderíamos querer ser *brasileiros* tão somente. . .

Seja como fôr, o que me parece especialmente notavel em nossa obra realizada, não é o seu valor intrinseco: é antes a veemencia dos realizadores, a celeridade da assimilação prévia necessaria, a eclosão do fruto forte em tempo escasso.

Observemos, friamente. Façamos o flagrante da propria realidade num exemplo sobremodo valioso.

Um inventor, um mecânico habil europeu é geralmente filho, senão neto, de um homem que já se occupava em outras machinas. No Brasil, ao contrario, os melhores mecánicos tiveram que ver e aprender tudo sem nenhuma assimilação ou inci-

tação hereditária paterna. Quase todos os machinistas de nossos navios vieram do norte, onde haviam sido marujos tão somente. Da jangada nordestina ao transatlântico moderno, quantos séculos haverá, no entanto, de intervallo, fundidos em duas décadas apenas de vida de um só homem?

O rei dos belgas tinha razão. . . Conheceis por certo o episodio. Elle percorreu uma vez, curiosamente, quando em viagem, todo o nosso "Minas Geraes", e como não encontrasse ás voltas com as machinas possantes daquelle vaso de guerra senão o nosso homem acaboclado, confessou depois honestamente o seu espanto. . . Sem saber, eu fiz tambem o mesmo, satisfeito, uma outra vez. Depois de haver conhecido o sertanejo bahiano em seu "*habitat*", vendo-o marujo destemido e habil nos barcos rudimentares do São Francisco e visitando-lhe a morada desprovida dos comeseinhos instrumentos hodiernos d aindustria e da cultura, eu admirei-o, mais tarde, quando o encontrei, em viagem, transatlântica, no bojo do "Avaré" — o mesmo homem educado pela machina apenas — manejando os machinismos complexos dos navios modernos fabricados pela cultura technica pacientemente sedimentada dos allemães.

Falei do mecânico por commodidade, apenas, do anonymato do caso.

Presumo que conheci exemplos melhores e de maior robustez em outros campos.

O que ha de mais admiravel na obra honesta de Capistrano de Abreu é a transformação de um rapazola ana'phabeto até aos quinze annos, vivendo num ambiente perfeitamente barbaro, no historiographo acatado por todos nós brasileiros, e no americanista respeitado pelos especialistas estrangeiros, como me foi dado ouvir, com orgulho, em Hamburgo, do prof. Westermann, falando de sua obra (a lingua dos Caxinauás) e enaltecendo o seu mérito em confronto aos estudos indianicos linguísticos modernos. O que assombra em Tobias Barreto, não é a originalidade, aliás escassa, de seu pensamento, é a robustez espiritual do mestiço de ascendencia humilde repensando e criticando as idéas e os systemas europeus. Benjamin Constant, por seu turno, antes de assimilar a obra formidavel de A. Comte, foi moleque em Magé, desanalphabetizado pelo parochó da villa. E Farias Brito construiu a sua obra, notavel pelo vulto, num monturo de miserias accerrimas arrastadas do Ceará ao Rio, via Belém. Foi moleque do norte, mestiço de indios, "caçado" por um estrangeiro que lhe sentiu a habilidade. Pedro Americo, esse que reputo — apesar da gloria vasta e justa do enulo venezuelano Michelena — o maior pintor das Americas, foi moleque no norte. Mestiço de negros, esse outro que assimilou toda a cultura musical italiana de seu tempo e que parece ter sido, tambem, até ago-

ra, o maior compositor americano — Carlos Gomes.

Não foi tão humilde a ascendencia de Euclydes. Foi violenta. Parece certo ter andado numa bisavó o sangue puro de uma india desvirginada por um ilhéu emigrado. O pae fazia versos, disse o proprio Euclides em carta intima, recordando a um amigo a bôa imagem que delle conservava, quando ausente de sua companhia. Mas eu vejo naquelle seu espanto a que me referi, desconhecendo a operação caseira de serzir meias, a virgindade de cultura inicial de seu cerebro robusto, reflexo seguro de humildade de conforto e de habitos de seus progenitores. O bisneto lembra-me, de qualquer fórma, a violencia do estupro da india pura: um corpo de caboclo, como era o seu, que alimentasse o espirito de um tragico coroado na propria Athenas.

Seja como fôr, dada a honestidade do informante, fica archivada a anomalia esdruxula inopinada: aquelle mesmo homem que leu A. Comte, commentou Marx e Spencer, repensou Kant e admirou Shakespeare, sem nenhum espanto, desconhecêra, já varão glorioso, aquelle modestissimo officio caseiro que exige apenas, com a bôa vontade feminina, uma simples agulha, uma bola de madeira e uma velha meia carente de remendos. . .

Nenhuma outra scena mostraria melhor a virgindade inicial de sua intelligencia.

E o seu successo, o seu êxito, a sua gloria, em summa, decorre apenas do facto de haver tido coragem para evitar que não fôsse a sua “chapa cerebral impressionada em demasia pela obra de qualquer vulto europeu entre nós com carinho acclimatada. Evitando Vieira, Victor Hugo, Stendhal, d’Annunzio, Eça de Queiroz, Renan ou Anatole France, contrariamente ao que fizeram outros de seu tempo em nossas letras: admirando-os sem querer delles se dizer discipulo, Euclides fez com que a nossa terra, as nossas gentes, as nossas cousas tão somente deixassem impressões fundas na placa sensível de seu espirito, “revelando-as” depois com o impulso violento de seu coração de artista incontestavel. E, desse modo, ao revelar a photographia da vida colhida por seu cerebro, elle deixou que os posteros viessem a perceber a originalidade de sua obra: Euclides da Cunha foi, de facto, o *photographo da alvorada da consciencia da nacionalidade de nossa raça*.

Cultuemos, pois, com o melhor de nossos fervores, a ousadia de sua intelligencia, o atrevimento de seu espirito, a audacia de seu character em não querer ser *bastardo* de nenhum dos escritores europeus; respeitemos nelle a grande consciencia brasileira de sua obra, o vagido energico de uma nacionalidade que annuncia, em summa, o seu proprio nascimento.

* Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Graphica da «Revista dos Tribunaes», á rua Xavier de Toledo, 72 -- São Paulo, para a Companhia Editora Nacional, em Agosto de 1938.